



NOAM CHOMSKY

O LUCRO

OU AS PESSOAS?

NEOLIBERALISMO E ORDEM GLOBAL

BB
BERTRAND BRASIL

The book cover features a red-tinted background with a faint image of a person's face. Overlaid on this are several vertical black lines of varying thickness, creating a cage-like or prison-bar effect. The author's name is at the top, the title is in large white letters, and the subtitle is in orange. The publisher's logo is at the bottom right.

NOAM CHOMSKY

O LUCRO

OU AS PESSOAS?

NEOLIBERALISMO E ORDEM GLOBAL

B
BERTRAND BRASIL

DADOS DE ODINRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [eLivros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

Sobre nós:

O [eLivros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [eLivros](#).

Como posso contribuir?

Você pode ajudar contribuindo de várias maneiras, enviando livros para gente postar [Envie um livro](#) ;)

Ou ainda podendo ajudar financeiramente a pagar custo de servidores e obras que compramos para postar, [faça uma doação aqui](#) :)

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."

eLivros.love

Converted by [ePubtoPDF](#)

Introdução

Robert W. McChesney

O neoliberalismo é o paradigma econômico e político que define o nosso tempo. Ele consiste em um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com o objetivo de maximizar seus benefícios individuais. Inicialmente associado a Reagan e Thatcher, o neoliberalismo é a principal tendência da política e da economia globais nas últimas duas décadas, seguida, além da direita, por partidos políticos de centro e por boa parte da esquerda tradicional. Esses partidos e suas políticas representam os interesses imediatos de investidores extremamente ricos e de menos de mil grandes empresas.

À parte alguns acadêmicos e membros da comunidade de negócios, o termo neoliberalismo é pouquíssimo conhecido e utilizado pelo grande público, especialmente nos Estados Unidos. Nesse país, ao contrário, as iniciativas neoliberais são caracterizadas como políticas de livre mercado que incentivam o empreendimento privado e a escolha do consumidor, premiam a responsabilidade pessoal e a iniciativa empresarial e freiam a mão pesada do governo incompetente, burocrático e parasitário que não é capaz de fazer nada bem feito mesmo quando bem-intencionado, o que raramente é o caso. Uma geração inteira de esforços de relações públicas financiadas pelas empresas conferiu a essas palavras e ideias uma aura quase sagrada. Como resultado, os seus reclamos raramente necessitam de defesa e são invocados para justificar qualquer coisa, da redução de impostos para os ricos e sucateamento das regulamentações ambientais ao desmantelamento da educação pública e dos programas de seguridade social. Na verdade, qualquer atividade que se interponha ao domínio da sociedade pelas grandes empresas é imediatamente considerada suspeita, porque estaria se interpondo ao funcionamento do livre mercado, tido como o único alocador racional, justo e democrático de bens e serviços. No melhor de sua eloquência, os defensores do neoliberalismo falam como se estivessem prestando aos pobres, ao meio ambiente e a tudo o mais um fantástico serviço quando aprovam políticas em benefício da minoria privilegiada.

As consequências econômicas dessas políticas têm sido as mesmas em todos os lugares e são exatamente as que se poderia esperar: um enorme crescimento da desigualdade econômica e social, um aumento marcante da pobreza absoluta

entre as nações e povos mais atrasados do mundo, um meio ambiente global catastrófico, uma economia global instável e uma bonança sem precedente para os ricos. Diante desses fatos, os defensores da ordem neoliberal nos garantem que a prosperidade chegará inevitavelmente até as camadas mais amplas da população – desde que ninguém se interponha à política neoliberal que exacerba todos esses problemas!

No final, os neoliberais não têm como apresentar, como não apresentam de fato, a defesa empírica do mundo que estão construindo. Ao contrário, eles apresentam – ou melhor, exigem uma fé religiosa na infalibilidade do mercado desregulado, que remonta a teorias do século 19 que pouco têm a ver com o nosso mundo. O grande trunfo dos defensores do neoliberalismo, no entanto, é a alegada inexistência de alternativas. As sociedades comunistas, socialdemocracias e mesmo estados de bem-estar modestos, como os EUA, falharam, proclamam os neoliberais, razão pela qual os seus cidadãos aceitaram o neoliberalismo como o único caminho viável. Pode ser imperfeito, mas é o único sistema econômico possível.

No início do século 20, alguns críticos diziam que o fascismo era “o capitalismo sem luvas”, querendo dizer que esse sistema era o capitalismo puro, sem organizações nem direitos democráticos. Mas sabemos que o fascismo é algo infinitamente mais complexo. O neoliberalismo, sim, é de fato o “capitalismo sem luvas”. Ele representa uma época em que as forças empresariais são maiores, mais agressivas e se defrontam com uma oposição menos organizada do que nunca. Nesse ambiente político elas tratam de normatizar o seu poder político em todas as frentes possíveis, razão pela qual fica cada vez mais difícil contestá-las, tornando complicada – no limite da impossibilidade – a simples existência de forças extra-mercado, não-comerciais e democráticas.

É justamente na opressão das forças extra-mercado que se vê como opera o neoliberalismo, como sistema não apenas econômico, mas também político e cultural. Fica clara então a sua notável diferença em relação ao fascismo, que se caracteriza não só pelo desprezo pela democracia formal, como também por uma forte mobilização social de cunho racista e nacionalista. O neoliberalismo funciona melhor num ambiente de democracia eleitoral formal, mas no qual a população é afastada da informação, do acesso e dos fóruns públicos indispensáveis a uma participação significativa na tomada das decisões. Como diz Milton Friedman, guru do neoliberalismo, em seu livro *Capitalismo e Liberdade*, dado que a busca do lucro é a essência da democracia, todo governo

que seguir uma política anti-mercado estará sendo antidemocrático, independentemente de quanto apoio popular informado seja capaz de granjear. Portanto, o melhor a fazer é dar aos governos a tarefa de proteger a propriedade privada e executar contratos, além de limitar a discussão política a questões menores. Os problemas reais da produção e distribuição de recursos e da organização social devem ser resolvidos pelas forças do mercado.

Equipados com essa perversa concepção de democracia, neoliberais como Milton Friedman não sentiram nenhum mal-estar com o golpe militar que derrubou, em 1973, o presidente chileno, democraticamente eleito, Salvador Allende, porque o governo estava tentando impor controles sobre os negócios da sociedade. Depois de quinze anos de uma ditadura brutal e selvagem – sempre em nome do livre mercado democrático – a democracia formal foi restaurada em 1989, com uma Constituição que tornava muito mais difícil, senão impossível, aos cidadãos contestar o domínio empresarial-militar sobre a sociedade chilena. É a democracia liberal numa casca de noz: debates triviais sobre questões menores entre partidos que seguem basicamente as mesmas políticas pró-grande empresa, independentemente de diferenças formais e de discussões de campanha. A democracia é admissível desde que o controle dos negócios esteja fora do alcance das decisões populares e das mudanças, isto é, desde que não seja democracia.

O sistema neoliberal tem, por conseguinte, um subproduto importante e necessário – uma cidadania despolitizada, marcada pela apatia e pelo cinismo. Se a democracia eleitoral pouco afeta a vida social, é irracional dedicar-lhe demasiada atenção; nos Estados Unidos, o criatório da democracia neoliberal, a abstenção bateu todos os recordes nas eleições para o Congresso em 1998: apenas um terço dos cidadãos com direito a voto compareceu as urnas. Embora cause uma certa preocupação entre os partidos que costumam atrair o voto dos despossuídos, como é o caso do Partido Democrata dos EUA, o baixo comparecimento eleitoral tende a ser aceito e incentivado pelos poderes fáticos como uma coisa ótima, já que entre os não-eleitores há, como era de esperar, uma maioria de pobres e de trabalhadores. As políticas que poderiam aumentar rapidamente o interesse do eleitor e os índices de participação são obstruídas antes mesmo de ingressar na arena pública. Nos Estados Unidos, por exemplo, os dois principais partidos ligados ao mundo dos negócios se recusaram, com o apoio da comunidade empresarial, a reformar a legislação que toma praticamente impossível a criação e a efetivação de novos partidos políticos (que poderiam atrair interesses não-empresariais). Apesar da marcante insatisfação do público, tantas vezes observada, com republicanos e democratas, a política eleitoral é

uma área onde as noções de concorrência e livre escolha têm escasso significado. Sob certos aspectos, a qualidade do debate e das opções nas eleições neoliberais é mais parecida com a que se vê num Estado comunista de partido único do que com a de uma democracia de verdade.

Mas este ainda é um pobre indicativo das perniciosas implicações do neoliberalismo para uma cultura política centrada no civismo. Por um lado, a desigualdade social gerada pelas políticas neoliberais solapa todo e qualquer esforço de realização da igualdade de direitos necessária para que a democracia tenha credibilidade. As grandes empresas têm meios de influenciar a mídia e controlar o processo político, e assim o fazem. Na política eleitoral dos Estados Unidos, por exemplo, 0,25 por cento dos americanos mais ricos são responsáveis por 80 por cento do total de contribuições políticas individuais, e a contribuição das grandes empresas supera a dos trabalhadores em uma proporção de 10 para 1. Sob o neoliberalismo tudo isso faz sentido, uma vez que as eleições refletem princípios de mercado. Já as contribuições são tratadas como investimento. Desse modo, reafirma-se a irrelevância da política eleitoral para a maioria das pessoas e confirma-se o domínio incontestável das grandes empresas.

Por outro lado, para que a democracia seja efetiva é necessário que as pessoas se sintam ligadas aos seus concidadãos e que essa ligação se manifeste por meio de um conjunto de organizações e instituições extra-mercado. Uma cultura política vibrante precisa de grupos comunitários, bibliotecas, escolas públicas, associações de moradores, cooperativas, locais para reuniões públicas, associações voluntárias e sindicatos que propiciem formas de comunicação, encontro e interação entre os concidadãos. A democracia neoliberal, com sua ideia de mercado *über alles*, nunca tem em mira esse setor. Em vez de cidadãos, ela produz consumidores. Em vez de comunidades, produz shopping centers. O que sobra é uma sociedade atomizada, de pessoas sem compromisso, desmoralizadas e socialmente impotentes.

Em suma, o neoliberalismo é o inimigo primeiro e imediato da verdadeira democracia participativa, não apenas nos Estados Unidos, mas em todo o planeta, e assim continuará no futuro previsível.

É justo que Noam Chomsky seja hoje a mais importante figura intelectual da luta pela democracia e contra o neoliberalismo em todo o mundo. Na década de 1960, nos Estados Unidos, Chomsky foi um notável crítico da guerra do Vietnã, vindo a se tornar, quem sabe, o mais incisivo analista dos métodos utilizados pela política externa norte-americana para solapar a democracia, sufocar os direitos humanos e promover os interesses da minoria rica. Na década de 1970,

Noam Chomsky e Edward S. Herman iniciaram uma pesquisa sobre as atividades da mídia norte-americana a serviço dos interesses das elites e em detrimento da capacidade de efetivo exercício do autogoverno democrático por parte dos concidadãos. *Manufacturing Consent*, publicado em 1988, continuará sendo o ponto de partida para qualquer investigação séria sobre o papel da imprensa.

Ao longo desses anos, Chomsky, que pode ser caracterizado como um anarquista ou mais precisamente talvez como um socialista libertário, foi um opositor e crítico democrático principista, consistente e franco dos Estados e partidos políticos comunistas e leninistas. Ensinou a um número incontável de pessoas, até mesmo a mim, que a democracia é uma pedra angular, inegociável, de qualquer sociedade pós-capitalista na qual valha a pena viver ou pela qual valha a pena lutar. Ao mesmo tempo, demonstrou o absurdo de equiparar capitalismo com democracia ou de acreditar que as sociedades capitalistas, mesmo nas mais favoráveis circunstâncias, irão algum dia abrir o acesso à informação ou à tomada de decisões para além das possibilidades mais estritas e controladas. Não conheço outro autor, à exceção talvez de George Orwell, que tenha fustigado de maneira tão sistemática a hipocrisia dos dirigentes e ideólogos de ambas as sociedades, a capitalista e a comunista, que reclamam ser a sua a única forma verdadeira de democracia à disposição da humanidade.

Nos anos 1990, todos esses elementos da obra política de Chomsky – do anti-imperialismo e da análise crítica da mídia aos textos sobre a democracia e o movimento dos trabalhadores – se juntaram, culminando em obras, como a presente, sobre a democracia e a ameaça neoliberal. Chomsky contribuiu muito para fortalecer a compreensão das exigências sociais da democracia, recorrendo tanto aos antigos gregos como aos grandes pensadores das revoluções democráticas dos séculos 17 e 18. Como deixa claro, é impossível ser ao mesmo tempo proponente de uma democracia participativa e defensor do capitalismo ou de qualquer outra sociedade dividida em classes. Ao avaliar as lutas pela democracia ao longo da história, Chomsky mostra também que o neoliberalismo não é absolutamente algo de novo, senão a versão atual da longa guerra da minoria opulenta pela limitação dos direitos políticos e do poder civil da maioria.

Chomsky talvez seja também o maior crítico do mito do mercado “livre” natural, este alegre cântico sobre a economia competitiva, racional, eficiente e justa que é continuamente martelado em nossas cabeças. Como assinala Chomsky, os mercados quase nunca são competitivos. A maior parte da

economia é dominada por empresas gigantescas que possuem um formidável controle sobre seus mercados e que, portanto, praticamente desconhecem aquele gênero de concorrência descrito nos livros de economia e nos discursos dos políticos. E essas empresas são, elas próprias, organizações totalitárias que funcionam com critérios não-democráticos. O fato de a economia girar em torno dessas instituições compromete gravemente a nossa capacidade de construir uma sociedade democrática.

O mito do livre mercado também sugere que os governos são instituições ineficientes que devem ser limitadas para não prejudicar a magia do mercado natural do *laissez-faire*. Na verdade, como Chomsky enfatiza, os governos são peças-chave no sistema capitalista moderno. Eles subsidiam prodigamente as grandes empresas e trabalham para promover os interesses empresariais em numerosas frentes. O regozijo dessas mesmas empresas com a ideologia neoliberal é, geralmente pura hipocrisia: querem e esperam que os governos canalizem para elas o dinheiro dos impostos, que lhes proteja dos concorrentes, mas querem também que não lhes apliquem impostos e que nada façam em benefício de interesses não-empresariais, especialmente dos pobres e da classe trabalhadora. Os governos são hoje maiores do que nunca, mas sob o neoliberalismo já não se mostram nem de longe tão preocupados em dar atenção a interesses extra-empresariais.

E não existe processo em que a centralidade dos governos e da formulação de políticas seja mais visível do que a ascensão da economia de mercado global. Aquilo que os ideólogos dos interesses empresariais apresentam como expansão natural do livre mercado para além-fronteiras é, na verdade, rigorosamente o oposto. A globalização é o produto da ação de governos poderosos, especialmente o dos Estados Unidos, que empurram garganta abaixo dos povos do mundo tratados comerciais e acordos de negócios que ajudam as grandes empresas e os ricos a dominarem as economias das nações sem quaisquer obrigações para com as respectivas populações. Esse processo nunca foi tão claro quanto na criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) no princípio dos anos 1990 e, mais recentemente, nas negociações secretas para a implantação do Acordo Multilateral sobre o Investimento (AMI).

Na verdade, a incapacidade de propiciar uma discussão sincera e honesta sobre o neoliberalismo é realmente uma das mais notáveis características da globalização. A crítica da ordem neoliberal em Chomsky realmente supera os limites da análise corrente, apesar de sua força empírica e por causa do seu compromisso com os valores democráticos. Nesse ponto, é bastante útil a análise

de Chomsky do sistema doutrinário das democracias capitalistas. A mídia empresarial, a indústria das relações públicas, os ideólogos acadêmicos e a cultura intelectual em geral jogam o papel decisivo de fomentar as “ilusões necessárias” para que essa situação intolerável pareça racional, positiva e necessária, quando não necessariamente desejável. Como destaca Chomsky, não se trata aqui de uma conspiração formal de interesses poderosos: não precisa ser. Por meio de uma ampla gama de mecanismos institucionais, enviam-se sinais aos intelectuais, aos eruditos e aos jornalistas, compelindo-os a ver o status quo como o melhor dos mundos possíveis e a não contestar aqueles que dele se beneficiam. O trabalho de Chomsky é um apelo direto aos ativistas democráticos pela reconstrução da nossa mídia, para que ela se abra a perspectivas e investigações anti-neoliberais e anti-grande empresa. É também um desafio a todos os intelectuais, pelo menos àqueles que afirmam ter compromisso com a democracia, para que se olhem bem no espelho e se perguntem em nome de quais interesses ou de quais valores fazem o seu trabalho.

A descrição chomskiana do controle neoliberal/empresarial da economia, da política, da imprensa e da cultura é tão poderosa e avassaladora que pode provocar em alguns leitores um sentimento de resignação. Nestes tempos de desmoralização política, alguns poderão ir além e concluir que estamos enredados neste sistema retrógrado porque, infelizmente, a humanidade é mesmo incapaz de construir uma ordem social mais humana, igualitária e democrática.

Na verdade, talvez a maior contribuição de Chomsky seja a sua insistência nas inclinações democráticas fundamentais dos povos do mundo e no potencial revolucionário implícito em tais impulsos. A melhor prova dessa possibilidade é o ponto a que chegam as forças empresariais para barrar a existência de uma verdadeira democracia política. Os governantes do mundo sabem, implicitamente, que o seu sistema foi estabelecido para atender às necessidades da minoria, não da maioria, e por isso não podem jamais permitir que a maioria questione e modifique o poder das grandes empresas. Mesmo nas democracias claudicantes de fato existentes, a comunidade empresarial trabalha incessantemente para evitar que assuntos importantes como o AMI venham a ser publicamente debatidos. E a comunidade de negócios gasta fortunas financiando um enorme aparato de relações públicas para convencer os norte-americanos de que este é o melhor dos mundos possíveis. Por essa lógica, a hora de se preocupar com a possibilidade de uma mudança social para melhor será aquela em que a comunidade empresarial resolver abandonar as relações públicas e a compra de cargos eletivos, permitir uma mídia representativa e instalar, de moto próprio, uma democracia participativa genuinamente igualitária, por já não temer

o poder da maioria. Mas não há razão para pensar que isso acontecerá um dia.

A mensagem mais enfática do neoliberalismo é a de que não há alternativa para o *status quo* – a humanidade já alcançou o nível mais elevado. Chomsky chama a atenção para o fato de que já houve muitos outros períodos designados como o “fim da história”. Nas décadas de 1920 e 1950, por exemplo, as elites norte-americanas alardeavam que o sistema estava funcionando e que a passividade das massas refletia a satisfação generalizada com o *status quo*. Mas os acontecimentos logo se encarregaram de mostrar a tolice dessa crença. Assim que as forças democráticas conquistarem algumas vitórias tangíveis – creio –, o sangue voltará a correr em suas veias e o discurso elitista de que nenhuma mudança é possível terá o mesmo destino de todas as fantasias pregressas sobre um glorioso domínio que há de durar mil anos.

A ideia de que não pode existir alternativa melhor do que o *status quo* é, mais do que nunca, artificial nos dias de hoje, diante de tantas maravilhas tecnológicas capazes de melhorar a condição humana. É verdade que ainda não está claro como estabelecer uma ordem pós-capitalista viável, livre e humana, ideia que guarda em si mesma algo de utópico. Mas todo progresso histórico, desde a abolição do escravismo e estabelecimento da democracia até a extinção formal do colonialismo, teve de superar, em algum momento, a ideia de sua própria impossibilidade pelo fato de nunca ter sido realizado antes. E, como Chomsky faz questão de destacar, é à atividade política organizada que devemos o grau de democracia que desfrutamos hoje, o sufrágio universal, o direito da mulher, os sindicatos, os direitos civis, as liberdades democráticas. Mesmo que a ideia de uma sociedade pós-capitalista pareça inatingível, sabemos que a atividade política dos homens pode tornar muito mais humano o mundo em que vivemos. Quando nos convenceremos disso, talvez voltemos a ser capazes de pensar em construir uma economia política baseada nos princípios da cooperação... da igualdade, da autodeterminação e da liberdade individual.

Até lá, a batalha pelas mudanças sociais não é um problema hipotético. A atual ordem neoliberal gerou imensas crises políticas e econômicas, do leste da Ásia à Europa Oriental e América Latina. É frágil a qualidade de vida nas nações desenvolvidas da Europa, América do Norte e Japão, sociedades que passam por consideráveis turbulências. Convulsões sociais terríveis nos esperam nos próximos anos e décadas. No entanto, há muitas dúvidas acerca do resultado dessas convulsões e poucas razões para pensar que elas levarão automaticamente a um desfecho democrático e humano, o qual estará determinado pelo modo como nós, o povo, nos organizarmos, respondermos e agirmos. Como diz

Chomsky, se agirmos com a ideia de que não haverá possibilidade de mudança para melhor, estaremos garantindo que não haverá mudança para melhor. A escolha é nossa, a escolha é sua.

Madison, Wisconsin
Outubro de 1998

Capítulo I: Neoliberalismo e Ordem Global

Gostaria, primeiramente, de discutir cada um dos tópicos mencionados no título: Neoliberalismo e Ordem Global. São problemas de grande significado humano, mas ainda pouco compreendidos. Para abordá-los com rigor, devemos começar por distinguir a doutrina da realidade. Muitas vezes descobrimos que há entre elas uma considerável distância.

O termo neoliberalismo sugere um sistema de princípios que, ao mesmo tempo em que é novo, baseia-se em ideias liberais clássicas: Adam Smith é o seu reverenciado santo padroeiro. Esse sistema doutrinário é também conhecido como *Consenso de Washington*, expressão que sugere algo a respeito da ordem global. Um exame mais atento revela que a sugestão sobre a ordem é bastante precisa, mas o resto, não. Essas doutrinas não são novas, e seus pressupostos básicos estão muito distantes daqueles que animaram a tradição liberal desde o Iluminismo.

O Consenso de Washington

O *Consenso [neoliberal] de Washington* é um conjunto de princípios orientados para o mercado, traçados pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que ele controla e por eles mesmos implementados de formas diversas – geralmente, nas sociedades mais vulneráveis, como rígidos programas de ajuste estrutural. Resumidamente, as suas regras básicas são: liberalização do mercado e do sistema financeiro, fixação dos preços pelo mercado (“ajuste de preços”), fim da inflação (“estabilidade macroeconômica”) e privatização. Os governos devem “ficar fora do caminho” – portanto, também a população, se o governo for democrático –, embora essa conclusão permaneça implícita. As decisões daqueles que impõem o “consenso” têm, é claro, um grande impacto sobre a ordem global. Alguns analistas assumem uma posição ainda mais incisiva. A imprensa de negócios internacional se referiu a essas instituições como o núcleo de um “governo mundial de fato” de uma “nova era imperial”.

Precisa ou não, essa descrição serve para nos lembrar de que as instituições governantes não são agentes independentes, mas refletem a distribuição de poder existente na sociedade em geral. Isso é truísmo pelo menos desde Adam Smith, para quem, na Inglaterra, “os grandes arquitetos” de políticas eram “os comerciantes e manufatores”, que punham o poder do Estado a serviço de seus próprios interesses, por mais “penosos” que fossem os resultados dessa prática sobre a população, incluindo a inglesa. Smith estava interessado na “riqueza das nações”, mas entendia que o “interesse nacional” é, em grande parte, uma ilusão: no interior da “nação” existem agudos conflitos de interesse, de modo que para se compreender a política e seus efeitos, é preciso saber com quem está o poder e como é exercido, assunto que mais tarde veio a ser denominado “análise de classes”.

Os “grandes arquitetos” do Consenso [neoliberal] de Washington são os senhores da economia privada, em geral empresas gigantescas que controlam a maior parte da economia internacional e têm meios de ditar a formulação de políticas e a estruturação do pensamento e da opinião. Os Estados Unidos têm um papel especial nesse sistema, por razões óbvias. Nas palavras de Gerald Haines, especialista em história da diplomacia e antigo historiador da CIA: “Depois da 2ª Grande Guerra, os Estados Unidos assumiram, por interesse próprio, a responsabilidade pela prosperidade do sistema capitalista mundial”. O

foco de Haines é o que chama de “americanização do Brasil”, mas apenas como caso particular. E suas palavras são bastante exatas.

Os Estados Unidos já eram a maior economia do planeta desde muito antes da 2ª Grande Guerra, durante a qual prosperou, enquanto seus rivais se enfraqueciam enormemente. A economia de guerra coordenada pelo Estado conseguiu, ao final, superar a Grande Depressão. No fim da guerra, os Estados Unidos detinham a metade da riqueza do planeta e uma posição de poder sem precedentes na história. Os grandes arquitetos de políticas trataram, é claro, de usar esse poder para criar um sistema global que viesse ao encontro de seus interesses.

Documentos do alto nível descrevem a principal ameaça a esses interesses, particularmente na América Latina, como sendo os “regimes nacionalistas” e “radicais” sensíveis à pressão popular pela “melhoria imediata do baixo nível de vida das massas” e por um desenvolvimento voltado ao atendimento das necessidades do país. Essas tendências conflitam com a exigência de “um clima político e econômico propício para o investimento privado”, com a adequada repatriação dos lucros e a “proteção de nossas matérias-primas” – nossas, ainda que localizadas em outro país. Por essa razão, o influente planejador George Kennan nos aconselhou a “parar de falar de objetivos vagos e pouco realistas como os direitos humanos, a elevação do nível de vida e a democratização”, e a “tratar de usar conceitos claros de poder”, “desembaraçados de frases idealistas” sobre “o altruísmo e a beneficência mundial” – ainda que tais expressões sejam perfeitas, até obrigatórias, nos discursos públicos.

Estou citando documentos secretos agora disponíveis, em princípio, mas quase totalmente desconhecidos do grande público e da comunidade intelectual.

O “nacionalismo radical” é por si só intolerável, mas constitui além disso uma “ameaça à estabilidade”, outra expressão que tem um significado especial. Quando Washington se preparava para derrubar o primeiro governo democraticamente eleito da Guatemala, em 1954, um funcionário do Departamento de Estado advertiu que a Guatemala “se tomara uma ameaça crescente à estabilidade de Honduras e El Salvador. Sua reforma agrária é uma poderosa arma de propaganda; seu abrangente programa social de ajuda aos operários e camponeses na luta vitoriosa contra as classes mais altas e as grandes companhias estrangeiras tem um forte apelo sobre as populações de seus vizinhos centro-americanos, onde as condições são semelhantes”. “Estabilidade” quer dizer segurança para “as classes mais altas e as grandes companhias estrangeiras”, cuja prosperidade deve ser preservada.

Tais ameaças à “prosperidade do sistema capitalista mundial” justificam o uso do terror e da subversão para a restauração da “estabilidade”. Uma das primeiras tarefas da CIA foi uma operação de larga escala para minar a democracia italiana em 1948, quando se temeu que o resultado eleitoral pudesse dar errado; planejou-se uma intervenção militar direta para o caso de falhar a subversão. Essa operação foi descrita como destinada a “estabilizar a Itália”. Pode-se até “desestabilizar” para alcançar a “estabilidade”. Assim, o editor do jornal semi-oficial *Foreign Affairs* explica que Washington precisava “desestabilizar um governo marxista livremente eleito no Chile”, porque “estávamos determinados a buscar a estabilidade”. Com uma formação adequada, pode-se superar essa aparente contradição.

Os regimes nacionalistas que ameaçam a “estabilidade” são chamados de “maçons podres” que ameaçam “estragar a caixa inteira” e de “vírus” que podem “infectar” outros países. A Itália de 1948 é um exemplo. Vinte e cinco anos depois, Henry Kissinger descreveu o Chile como um “vírus” capaz de enviar sinais equivocados sobre a possibilidade de mudanças sociais, contaminando países distantes como a Itália, ainda “instável” mesmo após anos e anos de atividades da CIA para subverter a democracia no país. Os vírus têm de ser destruídos, e os demais países, protegidos da infecção: em ambos os casos, a violência costuma ser o meio mais eficiente, deixando atrás de si um rastro de morte, terror, tortura e destruição.

No planejamento secreto do pós-guerra, foi atribuído a cada região do globo um papel específico. A “função primordial” do sudeste da Ásia era fornecer matéria-prima para as potências industriais. A África seria “explorada” em benefício da recuperação econômica da Europa. E assim por diante, no mundo inteiro.

Na América Latina, Washington pretendia implementar a Doutrina Monroe, porém de um modo muito especial, uma vez mais. O presidente Wilson, famoso por seu idealismo e seus elevados princípios morais, admitiu secretamente que, “ao defender a Doutrina Monroe, os Estados Unidos levam em conta os seus próprios interesses”. Os interesses dos povos latino-americanos são meramente “incidentais” e não um problema nosso. Ele reconheceu que “pode parecer que nos baseamos em puro egoísmo”, mas afirmou que “a doutrina não tem motivos mais elevados ou generosos”. Os Estados Unidos lutaram para desalojar a Inglaterra e a França, seus rivais tradicionais, e estabelecer uma aliança regional sob seu controle à parte do sistema mundial, onde tais arranjos não eram admissíveis.

As “funções” da América Latina foram esclarecidas numa conferência hemisférica, em fevereiro de 1945, na qual Washington propôs uma “Carta Econômica das Américas” que eliminaria o nacionalismo econômico “sob todas as suas formas”. Os planejadores de Washington sabiam que não seria fácil impor um tal princípio. Documentos do Departamento de Estado advertiram que os latino-americanos preferem “políticas destinadas a promover uma melhor distribuição da riqueza e a elevar o nível de vida das massas” e estão “convencidos de que o maior beneficiário do desenvolvimento dos recursos de um país deve ser o povo do próprio país”. Tais ideias são inaceitáveis: os “maiores beneficiários” dos recursos de um país são os investidores norte-americanos, e a América Latina deve cumprir a sua função de serviço sem preocupações irracionais com o bem-estar geral ou com um “desenvolvimento industrial excessivo” que possa prejudicar os interesses dos Estados Unidos.

A posição dos Estados Unidos prevaleceu nos anos seguintes, ainda que com uma série de problemas que foram enfrentados com meios que não preciso mencionar.

Quando a Europa e o Japão se recuperaram da devastação causada pela guerra, a ordem mundial assumiu um padrão tripolar. Os Estados Unidos mantiveram a sua posição dominante, apesar dos novos desafios que surgiam, entre eles a concorrência europeia e leste asiática na América do Sul. As mudanças mais importantes aconteceram há vinte e cinco anos, quando o governo Nixon desmantelou o sistema econômico global do pós-guerra, no qual os Estados Unidos eram, na verdade, o banqueiro do mundo, papel que não podiam mais sustentar. Esse ato unilateral (que contou, é certo, com a colaboração das demais potências) levou a uma enorme expansão dos fluxos de capitais não-regulados. Ainda mais notável foi a mudança na composição desses fluxos. Em 1971, 90 por cento das transações financeiras internacionais tinham alguma relação com a economia real – comércio e investimentos de longo prazo – e 10 por cento eram especulativas. Em 1990, essa proporção se inverteu e, por volta de 1995, cerca de 95 por cento de um valor total imensamente maior era de natureza especulativa, com fluxos diários que geralmente excediam as reservas em moeda estrangeira das sete maiores potências industriais somadas, ou seja, mais de um trilhão de dólares, por dia, a curtíssimo prazo: cerca de 80 por cento com prazo de resgate de uma semana ou menos.

Economistas eminentes alertaram, há mais de vinte anos, que esse processo conduziria a uma economia de baixo crescimento e baixos salários, sugerindo medidas bastante simples para evitá-lo. Mas os grandes arquitetos do *Consenso*

de Washington optaram pelos efeitos previsíveis, que incluem lucros elevadíssimos. Esses efeitos foram ampliados pela alta violenta (de curto prazo) do preço do petróleo e pela revolução das telecomunicações, ambos relacionados a um gigantesco setor estatal da economia americana do qual falarei mais adiante.

Os Estados ditos “comunistas” estavam fora desse sistema global. Na década de 1970, a China estava sendo reintegrada. A economia soviética começou a estagnar na década de 1960; vinte anos depois, a totalidade do edifício apodrecido veio abaixo. A região está retomando à sua situação anterior. Setores que faziam parte do mundo ocidental estão retomando a ele, mas a maior parte da região está voltando à sua função de serviço tradicional, quase sempre sob a égide de ex-burocratas comunistas e sócios locais de empresas estrangeiras, para não falar do crime organizado. Trata-se de um modelo conhecido no Terceiro Mundo, assim como os seus resultados. Uma pesquisa da UNICEF realizada em 1993 estimou um incremento, somente na Rússia, de meio milhão de mortes anuais como consequência das “reformas” neoliberais, que tinham o apoio geral. O ministério russo da ação social estimou recentemente que 25 por cento da população caiu abaixo dos níveis mínimos de subsistência, ao passo que os novos dirigentes adquiriram enormes fortunas, outra vez o velho padrão das semi-colônias ocidentais.

São também conhecidos os efeitos da violência em larga escala utilizada para assegurar a “prosperidade do sistema capitalista mundial”. Uma recente conferência jesuítica em San Salvador assinalou que, com o decorrer do tempo, a “cultura do terror acabou por domesticar as expectativas da maioria”. As pessoas talvez nem pensem mais em “alternativas diferentes das apresentadas pelos poderosos”, para os quais isto é uma grande vitória da liberdade e da democracia.

Esses são alguns contornos da ordem global na qual foi forjado o *Consenso de Washington*.

A Novidade do Neoliberalismo

Vejam os mais de perto a novidade do neoliberalismo. Um bom lugar para começar é uma recente publicação do *Royal Institute of International Affairs*, de Londres, que traz importantes artigos sobre problemas políticos e estratégicos. Um deles trata da economia do desenvolvimento. O autor, Paul Krugman, é um conhecido especialista no assunto. Ele destaca cinco pontos principais diretamente relacionados com o nosso tema.

Em primeiro lugar, o conhecimento acerca do desenvolvimento econômico é muito limitado. Nos Estados Unidos, por exemplo, dois terços do crescimento da renda per capita continuam sem explicação. Da mesma forma, observa Krugman, a história dos sucessos asiáticos percorreu caminhos que com certeza não condizem com o que “a ortodoxia corrente diz ser a chave para o crescimento”. Ele recomenda “humildade” na formulação de políticas e cautela em relação às “grandes generalizações”.

Segundo, continuamente se tiram conclusões pouco fundamentadas que dão suporte doutrinário para a formulação de políticas: o *Consenso de Washington* é um caso.

Terceiro, o “saber convencional” é instável e com frequência se transforma em outra coisa, quem sabe o oposto da última fase, o que não diminui a renovada confiança de seus proponentes na aplicação da nova ortodoxia.

Quarto, geralmente se reconhece a posteriori que as políticas de desenvolvimento econômico não “serviram aos objetivos anunciados” e estavam baseadas em “más ideias”.

Finalmente, diz Krugman, costuma-se “dizer que as más ideias florescem porque atendem aos interesses de grupos poderosos. Não há dúvida de que tal coisa acontece”.

Esse acontecer é um lugar-comum, pelo menos desde os tempos de Adam Smith. E acontece com impressionante regularidade, mesmo nos países ricos, embora venham do Terceiro Mundo os relatos mais cruéis.

Essa é a essência do problema. As “más ideias” podem não servir aos “objetivos expressos”, mas geralmente acabam se revelando ótimas para os seus grandes arquitetos. Foram muitas as experiências de desenvolvimento econômico na era moderna, com regularidades difíceis de ignorar. Uma delas é

que os sujeitos da experiência costumam se sair muito bem, ao passo que os objetos quase sempre saem perdendo.

A primeira grande experiência foi levada a cabo há duzentos anos, quando o governo britânico da Índia instituiu a “Colonização Permanente”, que iria produzir coisas assombrosas. Uma comissão especial analisou seus resultados quarenta anos depois, concluindo que “a colonização, concebida com tanto cuidado e ponderação, infelizmente submeteu as classes baixas à mais penosa opressão”, deixando atrás de si “as ossadas dos tecelões [que] branqueiam as planícies da Índia” e uma miséria que “não há de encontrar paralelo na história do comércio”.

Mas essa experiência dificilmente pode ser classificada como um fracasso. O governador-geral britânico observou na ocasião que “a ‘Colonização Permanente’, embora tenha fracassado em muitos aspectos essenciais, teve ao menos o mérito de haver criado uma vasta classe de ricos proprietários de terras movidos por um profundo interesse na continuação do Domínio Britânico e que têm total controle sobre a massa do povo”. Outro mérito foi o de ter proporcionado grandes riquezas aos investidores britânicos. A Índia financiou 40 por cento do déficit comercial da Grã-Bretanha, ao mesmo tempo em que forneceu um mercado cativo para suas exportações de manufaturados, trabalhadores por empreitada para as possessões britânicas em substituição às antigas populações escravas, e o ópio, que foi o principal produto de exportação britânico para a China. O comércio do ópio foi imposto à China pela força e não pelo “livre mercado”, da mesma forma como os sagrados princípios do mercado foram esquecidos quando a importação do ópio foi proibida na Inglaterra.

Em suma, a primeira grande experiência de desenvolvimento econômico foi uma “má ideia” para os governados, mas não para os seus criadores e para as elites locais a eles associadas. Esse padrão se mantém até hoje: coloca-se o lucro acima das pessoas. A consistência dessa crônica não é menos impressionante do que a retórica que aclama como “milagre econômico” a mais recente vitrina da democracia e do capitalismo e do que essa retórica geralmente esconde. O Brasil, por exemplo. Na elogiadíssima história da americanização do Brasil antes mencionada, Gerald Haines diz que os Estados Unidos vêm usando o Brasil desde 1945 como “área de teste para os modernos métodos científicos de desenvolvimento industrial baseado no capitalismo intensivo”. Essa experiência foi levada a cabo “com a melhor das intenções”. Os investidores estrangeiros se beneficiaram, mas os planejadores “acreditavam sinceramente” que o povo brasileiro também se beneficiaria. Não é necessário explicar como foi que se

beneficiaram ao tornar o Brasil “a menina dos olhos da comunidade internacional de negócios na América Latina” sob o governo militar nas palavras dos jornais de negócios –, enquanto o Banco Mundial relatava que dois terços da população não se alimentavam o bastante para suportar uma atividade física normal.

Em seu texto de 1989, Haines classificou a “política norte-americana para o Brasil” como “extremamente bem-sucedida”, “uma verdadeira história de sucesso americano”. O ano de 1989 foi um “ano de ouro” aos olhos do mundo dos negócios, com lucros triplicados em relação a 1988 e uma redução de cerca de 20 por cento nos salários industriais, que já figuravam entre os mais baixos do mundo; a classificação do Brasil no Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano estava próxima à da Albânia. Quando o desastre começou a atingir os ricos, os “modernos métodos científicos de desenvolvimento baseado no capitalismo intensivo” (Haines) se transformaram de uma hora para outra em prova dos males do estatismo e do socialismo outra transição rápida que ocorre sempre que necessário.

Para apreciar esse avanço, devemos nos lembrar de que o Brasil há muito é reconhecidamente um dos países mais ricos do mundo, dotado de enormes vantagens, até mesmo meio século de influência e tutela dos Estados Unidos, que, com a melhor das intenções, por acaso estão uma vez mais a serviço do lucro da minoria, enquanto a maioria do povo é deixada na miséria.

O exemplo mais recente é o México, louvado como o primeiro aluno das regras do *Consenso de Washington* e apontado como modelo para os demais – enquanto os salários despencavam, a pobreza aumentava quase tão depressa quanto o número de bilionários e o capital estrangeiro afluía (a maior parte dele especulativa ou destinada à exploração da mão-de-obra barata mantida sob controle por uma “democracia” brutal). Também ficou conhecido o colapso desse castelo de cartas em dezembro de 1994. Hoje, metade da população não atinge os níveis alimentares mínimos, ao passo que o homem que controla o mercado de grãos permanece na lista dos bilionários mexicanos, categoria na qual o país exibe uma elevadíssima posição.

As mudanças na ordem global trouxeram também a aplicação de uma versão do *Consenso de Washington* dentro dos próprios Estados Unidos. Há quinze anos os salários da maioria da população vêm estagnando ou diminuindo, assim como as condições de trabalho e de segurança no emprego, quadro que se mantém apesar da recuperação da economia – um fenômeno sem precedente. A desigualdade atingiu níveis desconhecidos nos últimos setenta anos, muito

superiores aos de outras nações industrializadas. Os Estados Unidos têm os mais elevados índices de pobreza infantil dentre todas as sociedades industriais, seguidos pelo resto do mundo de língua inglesa. E os índices vão percorrendo a conhecida lista de males do Terceiro Mundo. Enquanto isso, os jornais de negócios não conseguem encontrar adjetivos suficientemente exuberantes para descrever o crescimento “estonteante”, “espetacular”, dos lucros, embora admitam que os ricos também se defrontam com problemas: um título de *Business Week* anuncia *O Problema Agora: O que Fazer com Tanto Dinheiro*, pois a “expansão dos lucros” faz “transbordar os cofres da América das sociedades anônimas” e multiplicar os dividendos.

Os lucros continuavam sendo “espetaculares” em meados de 1996, com um “notável” crescimento nas maiores empresas do mundo, apesar de haver “uma área onde as companhias globais não se estão expandindo muito: as folhas de pagamento”, acrescenta sem muito alarde a mais importante revista mensal de negócios. Essa exceção inclui empresas que “tiveram um ano espetacular”, com “lucros em rápida ascensão” e economia de força de trabalho, substituída por trabalhadores temporários sem direitos nem garantias trabalhistas, ou seja, o comportamento que se poderia esperar de “quinze anos de clara subjugação do trabalho pelo capital”, para usar outra frase do jornalismo de negócios.

Como os Países se Desenvolvem

Vejamos outras lições da história. No século 18, as diferenças entre o Primeiro e o Terceiro Mundos eram muito menos acentuadas do que hoje. Duas perguntas óbvias se colocam:

1) Quais países se desenvolveram e quais não?

2) É possível identificar alguns fatores causais?

A resposta à primeira pergunta é bastante clara. Fora da Europa Ocidental, duas regiões principais se desenvolveram: os Estados Unidos e o Japão, ou seja, as duas regiões que escaparam da colonização europeia. As colônias japonesas são um caso especial: embora o Japão fosse um poder colonial brutal, não pilhava as suas possessões, desenvolvia-as, quase que no mesmo ritmo da própria metrópole.

E a Europa Oriental? No século 15, a Europa começou a se dividir, o Oeste se desenvolvendo e o Leste permanecendo como sua área de serviço, o Terceiro Mundo original. As divisões se aprofundaram no início do século 20, quando a Rússia se excluiu do sistema. Apesar das espantosas atrocidades de Stálin e da terrível destruição das duas guerras, o sistema soviético passou por uma significativa industrialização. Era o “Segundo Mundo” e não parte do Terceiro – ou era, até 1989.

Sabemos, por meio de documentos internos, que na década de 1960 os líderes ocidentais temeram que o crescimento econômico da Rússia inspirasse o “nacionalismo radical” em outras partes do mundo e que outros países pudessem ser contaminados pela doença que infectou a Rússia em 1917, quando esta não mais se dispôs “a complementar as economias industriais do Ocidente”; a forma como um prestigioso grupo de estudos descreveu o problema do comunismo em 1955. A invasão de 1918 pelos exércitos ocidentais foi, portanto, uma ação defensiva para proteger a “prosperidade do sistema capitalista mundial” ameaçado por mudanças sociais no interior de suas áreas de serviço. Ela é assim descrita por uma respeitável cultura acadêmica.

A lógica da Guerra Fria evoca os episódios de Granada e Guatemala, embora naquele caso a escala tenha sido tal que o conflito acabou ganhando vida própria. Não surpreende que com a vitória do antagonista mais poderoso os padrões tradicionais estejam sendo restaurados. Também não surpreende que o

orçamento do Pentágono permaneça no mesmo nível dos tempos da Guerra Fria e que esteja até crescendo, pois a política internacional de Washington praticamente não mudou – outros fatos que nos ajudam a formar uma ideia sobre a realidade da ordem global.

Voltando à questão de quais países se desenvolveram, ao menos uma conclusão parece razoavelmente clara: o desenvolvimento está condicionado à não-submissão às “experiências” baseadas em “más ideias”, mas que eram ótimas para os seus criadores e associados. Não que isso tenha sido uma garantia de sucesso, mas tudo indica que foi um pré-requisito.

Quanto à segunda questão: como foi que a Europa e os que escaparam ao seu controle conseguiram se desenvolver? Parte da resposta parece clara, uma vez mais: violando radicalmente a doutrina autorizada do livre mercado. Essa conclusão é válida desde a Inglaterra até as atuais regiões de crescimento do leste da Ásia, incluindo, é claro, os Estados Unidos, campeão do protecionismo desde a sua origem.

A historiografia econômica reconhece que a intervenção estatal desempenhou um papel crucial no crescimento econômico. Mas seu impacto é subestimado devido a um enfoque limitado. Uma omissão importante, por exemplo, é o fato de que a revolução industrial baseou-se no algodão barato, oriundo principalmente dos Estados Unidos. E ele se manteve barato e disponível não pela ação das forças de mercado, mas graças à eliminação da população nativa e à escravidão. Havia, é claro, outros produtores, dentre os quais se destacava a Índia. Suas riquezas foram drenadas para a Inglaterra ao mesmo tempo em que sua avançada indústria têxtil foi destruída pelo protecionismo e pelo poder britânicos. O Egito também deu passos em direção ao desenvolvimento na mesma época que os Estados Unidos, mas foi bloqueado pela Inglaterra, pela razão absolutamente explícita de que a Grã Bretanha não podia tolerar nenhum desenvolvimento independente naquela região. A Nova Inglaterra, ao contrário, seguiu o caminho da pátria-mãe, barrando os têxteis britânicos mais baratos por meio de elevadas taxas, tal como a Grã-Bretanha havia feito com a Índia. Sem essas medidas, metade da emergente indústria têxtil da Nova Inglaterra teria sido destruída, segundo estimam historiadores econômicos, com amplas repercussões sobre o crescimento industrial norte-americano em geral.

Um análogo contemporâneo é a modalidade de energia que dá suporte às economias industriais avançadas. A “época de ouro” do desenvolvimento no pós-guerra baseou-se no petróleo barato e abundante, assim mantido por meio de ameaças e do uso efetivo da força. E assim continua. Boa parte do orçamento do

Pentágono se destina a manter o preço do petróleo do Oriente Médio em níveis que os Estados Unidos e suas empresas de energia consideram apropriados. Conheço um único estudo técnico sobre o assunto e ele conclui dizendo que os gastos do Pentágono equivalem a um subsídio de 30 por cento sobre o preço de mercado do petróleo, demonstrando que “a ideia corrente de que o combustível fóssil é barato não passa de completa ficção”. As ideias sobre a pretensa eficiência do comércio e as conclusões sobre a saúde e o crescimento da economia possui limitada validade se ignoramos esses custos ocultos.

Um grupo de eminentes economistas japoneses publicou recentemente um estudo, em vários volumes, sobre os programas japoneses de desenvolvimento econômico desde a II Grande Guerra. Eles assinalam que o Japão rejeitou as doutrinas neoliberais de seus conselheiros norte-americanos, adotando em seu lugar uma política industrial que atribuía um papel preponderante ao Estado. Os mecanismos de mercado foram gradualmente introduzidos pela burocracia estatal e pelos conglomerados industrial financeiros à medida que cresciam as perspectivas de sucesso comercial. A rejeição dos preceitos da economia ortodoxa foi uma condição do “milagre japonês”, concluem os economistas. O êxito do país é impressionante. Virtualmente desprovido de uma base de recursos naturais, o Japão se tomou, na década de 1990, a maior economia industrial do mundo e a mais importante fonte mundial de investimento estrangeiro, além de responder por metade da poupança líquida mundial e financiar o déficit norte-americano.

Quanto às ex-colônias japonesas, um estudo altamente especializado da missão de ajuda externa dos EUA em Taiwan revelou que tanto os conselheiros norte-americanos quanto os planejadores chineses desconsideraram os princípios da “economia anglo-americana”, desenvolvendo uma “estratégia centrada no Estado”, que contou com “a ativa participação do governo nas atividades econômicas da ilha, um planejamento consciente com execução devidamente supervisionada”. Enquanto isso, funcionários do governo americano “alardeavam Taiwan como um caso bem-sucedido da iniciativa privada”.

Na Coreia do Sul, o “estado empresário” funciona de modo diverso, mas a sua mão condutora não é menos ativa. Neste exato momento, o ingresso da Coreia do Sul na Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE), o clube dos ricos, vem sendo protelado devido à sua pouca disposição de se submeter às políticas orientadas para o mercado, como a autorização de remessa de lucros e a livre movimentação de capitais, tal qual o seu mentor, o Japão, que vedou a exportação de capitais até que a sua economia estivesse bem

ancorada.

Na edição de agosto de 1996 do *Research Observer*, órgão do Banco Mundial, o então diretor do Conselho de Assessoria Econômica do presidente Clinton, Joseph Stiglitz, tira “lições do Milagre Leste Asiático”, dentre elas a de que “o governo assumiu a maior parcela de responsabilidade na promoção do crescimento econômico”, abandonando a “religião” de que o mercado é quem sabe mais e intervindo para intensificar a transferência de tecnologia, a igualdade relativa, a educação, a saúde, além da coordenação e planejamento industrial. O *Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano 1996* destaca a importância decisiva das políticas governamentais de “capacitação de recursos humanos e atendimento às necessidades sociais básicas” como “trampolim para o crescimento econômico sustentado”. As doutrinas neoliberais, independentemente do que se pense delas, debilitam a educação e a saúde, aumentam a desigualdade social e reduzem a parcela do trabalho na distribuição da renda. Ninguém duvida disso seriamente hoje em dia.

Um ano mais tarde, depois que as economias asiáticas foram duramente atingidas por crises financeiras e de mercado, Stiglitz – já então diretor do Banco Mundial – reiterou suas conclusões (*Keynote Address*, atualizado, *Annual World Bank Conference on Development Economics 1997*, Banco Mundial 1998, *Wider Annual Lectures 2*, 1998). “A crise atual no leste da Ásia não representa uma refutação do ‘Milagre Leste Asiático’”, escreveu. “Os fatos básicos permanecem: nenhuma outra região do mundo jamais experimentou uma elevação de renda tão vertiginosa nem viu tanta gente sair da pobreza em tão curto espaço de tempo”. Essas “espantosas conquistas” são realçadas pelo fato de a renda *per capita* da Coreia do Sul ter decuplicado nas últimas três décadas, um sucesso sem precedente, com “fortes doses de participação governamental”, em violação ao *Consenso de Washington*, mas de acordo com o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos e da Europa, ele acrescenta com justeza. “Longe de ser uma refutação do ‘Milagre Leste Asiático’”, conclui, a “grave perturbação financeira” na Ásia “talvez seja, em parte, consequência do abandono das estratégias que tão bem serviram às suas economias, incluindo os mercados financeiros bem regulados” – em medida não pequena, uma renúncia a estratégias bem-sucedidas em atendimento às pressões ocidentais. Outros especialistas expressaram opiniões similares, muitos de maneira ainda mais enfática.

A diferença entre o Leste Asiático e a América Latina é impressionante. A América Latina é campeã mundial de desigualdade social e o Leste Asiático está entre as regiões com os melhores índices. O mesmo se dá na educação, na saúde

e na seguridade social. As importações da América Latina pendem fortemente para a satisfação do consumo dos ricos; na Ásia Oriental, para o investimento produtivo. A fuga de capitais atingiu, na América Latina, a escala da sua excruciante dívida externa; na Ásia Oriental, era até pouco tempo severamente controlada. Na América Latina, os ricos estão geralmente isentos de obrigações sociais, dentre elas o pagamento de impostos. O problema da América Latina não é o “populismo”, assinala o economista brasileiro Bresser Pereira, “mas a subordinação do Estado aos ricos”. A situação do Leste Asiático é muito diferente.

As economias latino-americanas também estiveram mais abertas ao investimento estrangeiro. Segundo analistas de comércio e desenvolvimento das Nações Unidas (UNCTAD), na América Latina, desde a década de 1950 as multinacionais estrangeiras “controlam uma parcela bem maior da produção industrial” do que no caso bem-sucedido do Leste Asiático. Até o Banco Mundial admite que o investimento estrangeiro e as privatizações que aclama “tenderam a substituir outros fluxos de capital” na América Latina, transferindo o controle e enviando lucros para o exterior. O Banco Mundial também reconhece que, no Japão, Coreia do Sul e Taiwan, os preços se desviaram mais dos preços de mercado do que na Índia, Brasil, México, Venezuela e outros países ditos intervencionistas, ao passo que a China, o país mais intervencionista e que mais distorce os preços de mercado, tornou-se o favorito do Banco Mundial e o que mais cresce como tomador de empréstimos. E, no caso do Chile, os estudos do Banco Mundial deixaram de mencionar que as minas de cobre nacionalizadas são a maior fonte de receitas de exportação do país, para citar apenas um exemplo.

Parece que a abertura para a economia internacional acarretou um custo significativo para a América Latina, que se soma à incapacidade de controlar o capital e os ricos, e não apenas o trabalho e os pobres. É claro que alguns setores da população saem lucrando, como no período colonial. O fato de eles serem tão devotos das doutrinas da “religião” quanto os investidores estrangeiros não deveria causar surpresa.

O papel da gestão e da iniciativa estatal nas economias bem sucedidas deveria ser uma história bem conhecida. Relacionada a essa está a questão de como o Terceiro Mundo se tornou o que é hoje. Esse problema é discutido pelo eminente economista Paul Baïroch. Num importante estudo recente ele observa que “não resta dúvida de que o liberalismo compulsório do Terceiro Mundo no século 19 é um importante fator explicativo do atraso de sua industrialização” e, no caso

bastante revelador da Índia, o “processo de *desindustrialização*”, que transformou o laboratório da indústria e centro de comércio do mundo numa sociedade agrícola profundamente empobrecida, que experimentou um agudo declínio dos salários reais, do consumo de alimentos e da disponibilidade de gêneros de primeira necessidade. “A Índia foi apenas a primeira de uma longa lista de vítimas” que inclui, diz Bairoch, “até mesmo países politicamente independentes do Terceiro Mundo [que] foram forçados a abrir seus mercados aos produtos ocidentais”. Enquanto isso, as sociedades ocidentais se protegiam da disciplina do mercado e prosperavam.

Variantes da Doutrina Neoliberal

Chegamos agora a outro importante aspecto da história moderna. A doutrina do livre mercado se apresenta em duas variantes. A primeira é a doutrina oficial imposta aos indefesos. A segunda é a que podemos chamar de “doutrina do livre mercado realmente existente”: a disciplina do mercado é boa para você, mas não para mim, a não ser por algumas vantagens temporárias. É a “doutrina do mercado realmente existente” que prevalece desde o século 17, quando a Grã-Bretanha emergiu como o mais avançado Estado desenvolvimentista da Europa, com radicais aumentos de impostos e uma administração pública capaz de organizar eficientemente as atividades fiscais e militares do Estado – que se tornara “o maior agente da economia” –, assim como a sua expansão global, segundo afirma o historiador britânico John Brewer.

Ao final, a Grã-Bretanha voltou-se para o internacionalismo liberal – em 1846 – após 150 anos de protecionismo, violência e poder estatal que a colocaram bem à frente de qualquer competidor. Cerca de 40 por cento dos têxteis britânicos continuaram fluindo para a Índia colonizada, o mesmo valendo para as exportações britânicas em geral. O aço britânico foi mantido fora do mercado norte-americano por meio de elevadíssimas tarifas, que propiciaram aos norte-americanos o desenvolvimento de sua própria siderurgia. Mas a Índia e outras colônias permaneceram disponíveis, e assim se mantiveram, mesmo diante do preço exorbitante do aço britânico. O caso da Índia é bastante instrutivo: o país produzia tanto ferro quanto a Europa inteira em fins do século 18 e, em 1820, suas técnicas siderúrgicas mais avançadas estavam sendo estudadas por engenheiros britânicos que buscavam cobrir o “lapso tecnológico”. Bombaim produzia locomotivas em níveis competitivos quando começou o boom ferroviário. Mas a doutrina do livre mercado realmente existente destruiu esses setores da indústria nacional do mesmo modo como havia destruído as indústrias têxteis, navais e outras, bastante avançadas para os padrões da época. Em contraste, os Estados Unidos e o Japão, que haviam escapado do controle europeu, puderam adotar o modelo britânico de interferência no mercado.

Quando a concorrência japonesa se mostrou forte demais para ser controlada, a Inglaterra simplesmente suspendeu a partida: o império foi efetivamente fechado às exportações japonesas, o que constituiu uma parte do cenário da I Grande Guerra. Nessa mesma época, a indústria da Índia pediu proteção – contra a Inglaterra, não contra o Japão. Mas não iria funcionar, sob a doutrina do livre

mercado realmente existente.

Com o abandono da sua versão restrita de *laissez-faire* nos anos 1930, o governo britânico voltou-se para uma intervenção mais direta na economia do país. Em poucos anos, a produção de máquinas-ferramenta cresceu cinco vezes, juntamente com o boom das indústrias química, siderúrgica, aeroespacial e uma série de outras, “uma não celebrada nova onda da revolução industrial”, escreve o analista econômico Will Hutton. A indústria estatizada permitiu à Grã-Bretanha ultrapassar a Alemanha durante a guerra e até diminuir a distância em relação aos Estados Unidos, que então viviam a sua própria espetacular expansão econômica, com os administradores de empresas assumindo o comando da economia de guerra coordenada pelo Estado.

Um século depois de a Inglaterra voltar-se para uma espécie de internacionalismo liberal, os Estados Unidos seguiram pelo mesmo caminho. Depois de 150 anos de protecionismo e violência, os Estados Unidos haviam se tomado, de longe, o país mais rico e poderoso do mundo e, tal como a Inglaterra a seu tempo, percebido as virtudes do “campo aberto” no qual pudessem ter a expectativa de esmagar qualquer competidor. Mas, tal como a Inglaterra, os Estados Unidos tinham reservas cruciais.

Uma delas foi usar o seu poder para impedir o desenvolvimento independente de outros países, como fizera a Inglaterra. Na América Latina, no Egito, no sul da Ásia e em todos os lugares, o desenvolvimento tinha de ser “complementar” e não “concorrente”. Houve também interferência em larga escala no comércio. Por exemplo, a ajuda do Plano Marshall estava vinculada à compra de produtos agrícolas norte-americanos, o que explica em parte o aumento da participação dos Estados Unidos no mercado mundial de cereais de menos de 10 por cento antes da guerra para mais de 50 em 1950, enquanto as exportações da Argentina eram reduzidas em dois terços. Tal como outras medidas destinadas a bloquear qualquer desenvolvimento independente, o programa de ajuda externa *Alimentos para a Paz* serviu tanto para subsidiar a agroindústria e as exportações norte-americanas como para enfraquecer os produtores de outros países. A virtual destruição da produção de trigo colombiano por esses meios foi um dos fatores que engendraram a indústria da droga naquele país, acelerada nos últimos anos em toda a região andina pela política neoliberal. A indústria têxtil do Quênia entrou em colapso em 1994, quando o governo Clinton impôs uma cota, barrando a rota de desenvolvimento seguida por todos os países industrializados, ao mesmo tempo em que os “reformistas africanos” eram advertidos de que deviam fazer mais progressos na formação de um ambiente propício aos

negócios e na “ratificação das reformas em direção ao livre mercado”, com políticas comerciais e de investimento que atendessem às exigências dos investidores ocidentais.

Essas são algumas ilustrações esparsas.

Mas os desvios mais importantes em relação à doutrina do livre mercado estão noutro lugar. Um dos elementos básicos da teoria do livre mercado é a proibição dos subsídios governamentais. Ao final da II Grande Guerra, porém, alguns líderes empresariais norte-americanos eram de opinião de que a economia marcharia de volta à depressão se não houvesse intervenção estatal. Insistiram também na tese de que a indústria avançada – especificamente a aeronáutica, embora a conclusão fosse mais geral “não pode existir satisfatoriamente, numa economia de ‘livre empresa’ pura, competitiva e não-subsidiada” e que “o governo é a única salvação”. Cito a grande imprensa de negócios, que também admitiu que o sistema do Pentágono era a melhor forma de transferir custos para a população. Eles compreendiam que os gastos sociais, ainda que possam desempenhar o mesmo papel estimulador, não constituem subsídio direto ao setor das grandes empresas, além de terem efeitos democratizantes e redistributivos. Os gastos militares não têm nenhum desses defeitos.

E também é fácil de vender. O Secretário da Força Aérea do governo Truman colocou a questão de maneira muito simples: “Não devemos usar a palavra subsídio; a palavra que devemos usar é *garantia*”. Ele assegurou que o orçamento militar “atenderia às necessidades da indústria aeronáutica”. Como consequência, a aviação civil é hoje o setor que lidera as exportações do país, e a gigantesca indústria de viagens e turismo, largamente baseada no transporte aéreo, é uma das mais lucrativas.

Foi, portanto, absolutamente apropriado da parte de Clinton escolher a Boeing como “modelo para as empresas de toda a América”, em sua pregação de “nova visão” do futuro do livre mercado na reunião de cúpula do Pacífico Asiático em 1993, sendo muito aclamado. Ótimo exemplo de mercado realmente existente, a aviação civil está quase toda nas mãos de duas companhias, a Boeing-McDonald e a Airbus, que devem sua existência e seu sucesso ao subsídio público em larga escala. O mesmo padrão se apresenta nas indústrias de computadores, de eletrônicos, de automação, de biotecnologia, de comunicações, na verdade em quase todos os setores dinâmicos da economia.

Não foi preciso explicar a doutrina do “capitalismo de livre mercado realmente existente” ao governo Reagan. Seus homens eram mestres na arte de

exaltar ante os pobres as glórias do mercado e ao mesmo tempo ostentar com orgulho, perante o mundo dos negócios, que Reagan “havia ajudado a indústria norte-americana com mais restrições à importação do que qualquer antecessor seu nos últimos cinquenta anos” – no que estavam sendo extremamente modestos; ele ultrapassou todos os antecessores juntos, uma vez que “conduziu a maior guinada protecionista desde a década de 1930”, observou *Foreign Affairs* numa resenha da década. Sem essas e outras medidas extremas de intromissão no mercado, é duvidoso que as indústrias siderúrgicas, automotivas, de máquinas, ferramentas e de semicondutores tivessem sobrevivido à concorrência japonesa ou sido capazes de tomar a dianteira em novas tecnologias, com amplas repercussões sobre toda a economia. Essa experiência ilustra uma vez mais que o “saber convencional” está “cheio de furos”, conforme assinala uma outra resenha dos anos Reagan em *Foreign Affairs*. Mas o saber convencional mantém seus méritos como arma ideológica para disciplinar os indefesos.

Os Estados Unidos e o Japão anunciaram, recentemente, a criação de importantes novos programas governamentais de financiamento de tecnologia avançada (aviação e semicondutores, respectivamente) para sustentar o setor industrial privado com subsídios públicos.

Para ilustrar a “teoria do livre mercado realmente existente” com uma outra dimensão nos reportaremos ao amplo estudo de Winfried Ruigrock e Rob van Tulder sobre os conglomerados transnacionais, o qual concluiu que “a posição estratégica e competitiva de praticamente todas as grandes empresas-mãe do mundo foi decisivamente influenciada por políticas governamentais e/ou barreiras comerciais” e que “pelo menos vinte das cem maiores empresas da revista *Fortune* em 1993 não teriam sobre vivido como empresas independentes se não fossem salvas por seus governos”, com a socialização de prejuízos ou o controle estatal direto em situações de crise. Uma delas é a Lockheed, a maior empregadora do distrito profundamente conservador de Gingrich, salva da ruína graças a vultosos empréstimos garantidos pelo governo. O mesmo estudo sublinha que a intervenção governamental, “regra e não exceção nos últimos duzentos anos..., desempenhou um papel-chave para o desenvolvimento e difusão de inovações em produtos e processos – especialmente em tecnologia aeroespacial, eletrônica, agrícola moderna, novos materiais, energia e transporte”, assim como nas telecomunicações e na informação em geral (Internet e World Wide Web são notáveis exemplos recentes) e, em épocas passadas, em produtos têxteis, siderurgia e, é claro, energia. As políticas governamentais “foram uma força avassaladora na construção da estratégia e da competitividade das maiores empresas do mundo”. Outros estudos técnicos

apenas confirmam essa conclusão.

Há muito mais para ser dito sobre essa questão, mas uma conclusão parece bastante clara: as doutrinas aprovadas são construídas e aplicadas por motivos de poder e lucro. As “experiências” contemporâneas seguem um padrão conhecido ao assumirem a forma de “socialismo para os ricos” dentro de um sistema de mercantilismo empresarial global no qual o “comércio” consiste, em larga medida, de transações centralmente administradas no interior das próprias empresas, imensas instituições ligadas aos seus concorrentes por alianças estratégicas e dotadas de estruturas internas tirânicas projetadas para obstaculizar a tomada de decisões democráticas e para proteger seus donos da disciplina do mercado. Essa implacável disciplina é para ser ensinada somente aos pobres e indefesos.

Poderíamos também perguntar até que ponto a economia é realmente “global” e até que ponto pode estar sujeita ao controle popular e democrático. Em termos de comércio, fluxos financeiros e outros fatores, a economia não é hoje mais global do que em meados no século 20. Além disso, os conglomerados transnacionais se apoiam pesadamente nos subsídios públicos e nos mercados internos, e suas transações internacionais, incluindo aquelas indevidamente rotuladas como comércio, envolvem notadamente a Europa, o Japão e os Estados Unidos, onde se praticam medidas políticas sem temor de golpes militares e coisas do gênero. Há muito de novo e de significativo, mas a crença de que as coisas estão “fora do controle” não é digna de crédito, mesmo se nos ativermos aos mecanismos existentes.

Será uma lei da natureza que temos de aceitar esses mecanismos? Não, se levarmos a sério as doutrinas do liberalismo clássico. É bem conhecido o elogio da divisão do trabalho em Adam Smith, mas não a denúncia que fez dos seus efeitos desumanos, a transformação dos trabalhadores em objetos “estúpidos e ignorantes até onde é possível a uma criatura humana”, algo que deve ser evitado “em todas as sociedades desenvolvidas e civilizadas” por meio de uma ação governamental que domine a força destrutiva da “mão invisível”. Não muito divulgada também é a sua crença de que a regulação do governo “a favor dos trabalhadores é sempre justa e equitativa”, o mesmo não ocorrendo quando ele regula “a favor dos empregadores”. Igualmente desconhecida é a exigência de equidade de resultados, situada no coração de sua defesa dos mercados livres.

Outras personalidades que contribuíram para o cânone liberal clássico vão muito além. Wilhelm von Humboldt condenou o próprio trabalho assalariado: “Quando o trabalhador atua sob controle externo”, escreveu, “talvez admiremos

o que ele faz, mas desprezamos o que ele é”. Alexis de Tocqueville observou que “a arte avança, o artífice retrocede”. Uma das figuras de proa do panteão liberal, Tocqueville pensava, como Smith e Jefferson, que a equidade de resultados é um aspecto importante de uma sociedade livre e justa. Há 160 anos, advertiu para os perigos de “uma permanente desigualdade de condições”, o fim mesmo da democracia caso “a aristocracia manufatureira que cresce debaixo de nossas vistas” nos Estados Unidos, “uma das mais agressivas que já existiram no mundo”, saia de suas fronteiras – como saiu mais tarde, para muito além de seus piores pesadelos.

Passo por alto alguns temas intrincados e fascinantes que indicam – creio – que os mais importantes princípios do liberalismo clássico encontram a sua expressão moderna natural não na “religião” neoliberal, mas nos movimentos independentes dos trabalhadores e nas ideias e práticas dos movimentos socialistas libertários, e também de algumas das maiores figuras do pensamento do século 20, como Bertrand Russell e John Dewey.

Deve-se avaliar com cautela as doutrinas que dominam o discurso intelectual, prestando cuidadosa atenção às discussões, aos fatos e às lições históricas do passado e do presente. Não tem sentido perguntar o que é “certo” para determinados países, como se fossem entidades com valores e interesses comuns. E o que pode ser certo para o povo dos Estados Unidos, com suas vantagens sem paralelo, pode ser errado em países onde o leque de opções é bem menor. É razoável supor, no entanto, que o que é certo para os povos do mundo somente por um acaso remoto há de estar de acordo com os planos dos “grandes arquitetos” das políticas governamentais. E não há hoje mais razão do que já houve um dia para permitir que eles moldem o futuro de acordo com os seus próprios interesses.

Uma versão deste artigo, traduzida para o português e o espanhol foi publicada pela primeira vez na América do Sul em 1996.

Capítulo II: Consentimento sem Consentimento

A Arregimentação da Opinião Pública

Uma sociedade democrática decente deve basear-se no princípio do “consentimento dos governados”. Essa ideia, apesar de geralmente aceita, pode ser contestada como excessivamente forte e como excessivamente fraca. Excessivamente forte porque sugere que o povo precisa ser governado e controlado. Excessivamente fraca porque até o mais brutal dos governantes precisa, em alguma medida, do “consentimento dos governados” e geralmente o obtém, nem sempre pela força.

Meu objetivo aqui é analisar como as sociedades mais livres e democráticas trataram essas questões. Ao longo dos anos, as forças populares lutaram para conquistar uma maior participação na condução de seus negócios, com alguns sucessos e muitas derrotas. Ao mesmo tempo, um instrutivo corpo de ideias foi desenvolvido para justificar a resistência das elites à democracia. Aqueles que pretendem entender o passado e moldar o futuro devem prestar muita atenção não apenas à sua prática, mas também à estrutura doutrinária que o sustenta.

Esses problemas foram analisados na obra clássica de David Hume, há 250 anos. Hume intrigava-se com “a facilidade com que a maioria se deixa governar pela minoria, a implícita submissão com que os homens entregam” os seus destinos aos governantes. Isso lhe parecia surpreendente, porque “a força está sempre do lado dos governados”. Se as pessoas se dessem conta desse fato, revoltar-se-iam e derrubariam os seus senhores. Sua conclusão foi a de que o governo se baseia no controle da opinião, princípio que “se estende a todos os governos, dos mais despóticos e militarizados aos mais livres e populares”.

Hume subestimou, seguramente, a eficácia da força bruta. Uma versão mais precisa é a de que quanto mais “livre e popular” é um governo, mais necessário se torna o controle da opinião para garantir a submissão aos governantes.

Que o povo deva se submeter é algo dado como certo por todas as correntes. Numa democracia, o governado tem o direito de consentir, mas nada, além disso. Na terminologia do pensamento progressista moderno, a população pode ser “espectadora”, mas não “participante”, à parte a ocasional escolha de líderes representativos do autêntico poder. Essa é a arena política. Da arena econômica, que é onde se determina a maior parte do que acontece na sociedade, a população em geral deve ser totalmente excluída. Aqui o público não tem

nenhum papel a cumprir, de acordo com a teoria democrática dominante.

Essas hipóteses foram contestadas ao longo da História, mas os problemas ganharam uma força especial desde a primeira irrupção da democracia na era moderna, na Inglaterra do século 17. A agitação da época costuma ser descrita como um conflito entre o rei e o parlamento, porém, como acontece tantas vezes, uma grande parte da população não queria ser governada por nenhum dos pretendentes ao poder, mas por “gente da terra, gente igual a nós, que sabe das nossas necessidades”, como diziam os panfletos da época, e não por “cavaleiros e fidalgos” que “não sabem das aflições do povo” e não farão mais do que “nos oprimir”.

Essas ideias preocupavam enormemente “os homens bons”, como estes se autodenominavam: “homens responsáveis”, na terminologia moderna. Eles estavam dispostos a conceder direitos ao povo, mas dentro de certos limites, e sempre que por “povo” não se entendesse a turba desordenada e ignorante. Mas como conciliar esse princípio fundamental da vida social com a doutrina do “consentimento dos governados”, que naquela época não era tão fácil de eliminar? Uma solução para o problema foi proposta por Frances Hutcheson, um eminente filósofo da moral, contemporâneo de Hume. Ele disse que o princípio do “consentimento dos governados” não está sendo violado quando os governantes impõem planos que o público rejeita, se mais tarde as massas “ignorantes” e “preconceituosas” “consentirem sinceramente” com o que fizemos em seu nome. Podemos adotar o princípio do “consentimento sem consentimento”, expressão usada mais tarde pelo sociólogo Franklin Henry Giddings.

O foco de interesse de Hutcheson era o controle da turba no plano interno; o de Giddings, a imposição da ordem no estrangeiro. Ele escrevia sobre as Filipinas, que na ocasião estavam sendo libertadas pelas forças armadas dos Estados Unidos, que também libertavam centenas de milhares de almas das penas desta vida – ou, como disse a imprensa, “massacravam os nativos à maneira inglesa”, para que as “criaturas desencaminhadas” que resistem a nós pelo menos “respeitem o nosso braço” e venham a reconhecer mais tarde que o que lhes desejamos é a “liberdade” e a “felicidade”. Para explicar tudo isso num tom adequadamente civilizado, Giddings formulou o seu conceito de “consentimento sem consentimento”: “Se anos mais tarde [o povo conquistado] vir e admitir que este foi um relacionamento conflitivo em nome dos mais elevados interesses, será razoável alegar que a autoridade foi imposta com o consentimento dos governados”, como quando os pais proíbem o filho de

atravessar a rua sem olhar.

Essas explicações apreendem o real significado da doutrina do “consentimento dos governados”. As pessoas devem se submeter aos seus governantes e é suficiente que deem o seu consentimento sem consentimento. Num estado tirânico ou em território estrangeiro, pode-se usar a força. Quando os meios violentos encontram-se limitados, o consentimento dos governados deve ser obtido por meio de mecanismos que a opinião liberal e progressista chama de “produção do consentimento”.

A enorme indústria das relações públicas vem se dedicando, desde as suas origens no início do século 20, à tarefa que os líderes empresariais descrevem como o “controle da opinião pública”. E eles cumprem o que prometeram, com certeza um dos temas centrais da história moderna. O fato de a indústria das relações públicas ter suas raízes e principais centros no país “mais livre” é exatamente o que poderíamos esperar de um correto entendimento da máxima de Hume.

Alguns anos depois que Hume e Hutcheson escreveram seus textos, os problemas causados pela turba na Inglaterra se espalharam para as colônias rebeldes da América do Norte. Os fundadores da pátria reproduziram os sentimentos dos “homens bons” britânicos quase que com as mesmas palavras. Como diz um deles: “Quando digo o público, refiro-me apenas à sua parte racional. Os ignorantes e vulgares estão tão despreparados para julgar os métodos [do governo] quanto para controlar as [suas] rédeas”. “O povo é uma ‘grande fera’ que precisa ser domada”, declarou Alexander Hamilton. Os agricultores rebeldes e independentes tiveram de aprender, às vezes pela força, que os ideais expressos nos panfletos revolucionários não eram para ser levados ao pé da letra. As pessoas comuns não deviam ser representadas por gente da própria terra, gente como elas, que conhece as aflições do povo, mas por fidalgos, comerciantes, advogados e outros “homens responsáveis”, a quem se podia confiar a defesa dos privilégios.

A doutrina dominante foi claramente expressa pelo presidente do Congresso Continental e primeiro presidente da Corte Suprema, John Jay: “As pessoas a quem o país pertence devem governá-lo”. Ficava, no entanto, uma pergunta: a quem pertence o país? Essa pergunta foi respondida pela ascensão das grandes empresas privadas e das estruturas concebidas para protegê-las e defendê-las, ainda que continue não sendo um trabalho fácil obrigar o público a se manter no papel de espectador.

Os Estados Unidos são, certamente, o mais importante caso a se estudar para quem quer compreender o mundo de hoje e o de amanhã. Uma das razões é o seu poder incomparável. Outra, a estabilidade de suas instituições democráticas. Além disso, os Estados Unidos foram o que pode haver de mais parecido com uma tabula rasa. A América pode ser “tão feliz quanto queira”, observou Thomas Payne em 1776: “Ela é uma folha de papel em branco”. As sociedades nativas foram eliminadas em sua maior parte. Há também poucos resíduos das estruturas europeias originais, o que é uma das razões da relativa fragilidade do seu contrato social e seus sistemas de suporte, que em geral tinham raízes em instituições pré-capitalistas. E, num grau incomum, a ordem sócio-política foi conscientemente planejada. No estudo da História, não se podem construir experimentos, mas os Estados Unidos estão tão próximos quanto possível do “caso ideal” de democracia capitalista de estado.

O grande arquiteto dessa ordem foi o astuto pensador político James Madison, cujas opiniões prevaleceram em ampla medida. Nas discussões sobre a Constituição, Madison observou que, se na Inglaterra as eleições “fossem abertas a todas as classes de indivíduos, a riqueza dos proprietários de terras correria perigo. Cedo viria uma lei de reforma agrária”, concedendo terras aos que não a possuem. O sistema constitucional deve ser concebido de modo a evitar esse tipo de injustiça e “assegurar os interesses permanentes do país”, que são os direitos de propriedade.

Há, dentre os estudiosos de Madison, um consenso de que “a Constituição foi um documento intrinsecamente aristocrático, concebido para conter as tendências democráticas da época”, conferindo poder aos “melhores” e excluindo os que não eram ricos, bem-nascidos ou proeminentes no exercício do poder político (Lance Banning). A responsabilidade primeira do governo “é proteger a minoria opulenta da maioria”, declarou Madison. Esse tem sido o princípio orientador do sistema democrático, desde suas origens até os dias de hoje.

Em público, Madison falava dos direitos das minorias em geral, mas é bem claro que tinha em mente uma minoria em particular: a “minoria opulenta”. A teoria política moderna enfatiza a crença de Madison de que “num governo livre e justo, tanto os direitos da propriedade como os das pessoas devem ser eficazmente protegidos”. Aqui também vale a pena analisar a doutrina com mais atenção. Não existem direitos da propriedade, mas direito à propriedade, ou seja, direito das pessoas que têm propriedades. Posso ter direito ao meu automóvel, mas o meu automóvel não tem nenhum direito. O direito à propriedade também

difere de outros direitos no sentido de que a fruição da propriedade por uma pessoa priva uma outra desse mesmo direito: se sou proprietário do meu automóvel, você não pode sê-lo; mas, numa sociedade livre e justa, a minha liberdade de expressão não limita a sua. O princípio de Madison, portanto, é o de que o governo deve proteger os direitos das pessoas em geral, mas também proporcionar garantias adicionais e especiais para os direitos de uma classe de pessoas, a dos detentores de propriedade.

Madison previu que a ameaça democrática se tomaria provavelmente mais forte com o tempo por causa do crescimento “da parcela dos que irão labutar sob as agruras da vida e alimentar secretas aspirações de uma distribuição mais igualitária de suas bênçãos”. Madison temia que essas pessoas ganhassem influência. Estava preocupado com os “sintomas de um espírito de nivelamento” que já começara a aparecer e alertava “para o perigo vindouro” se o direito de voto colocasse o “poder sobre a propriedade nas mãos de quem não a possui”. “Não se pode esperar simpatia suficiente para com os direitos da propriedade da parte de quem não tem propriedade nem a esperança de obtê-la”, explicou Madison. Sua solução era conservar o poder político nas mãos dos que “provêm da riqueza da nação e a representam”, o “conjunto dos homens mais capazes”, e deixar o público em geral fragmentado e desorganizado.

O problema do “espírito de nivelamento” também aparece no exterior. Podemos aprender muito sobre a “teoria da democracia realmente existente” vendo como esse problema é percebido, em especial em documentos internos secretos onde os líderes se expressam de forma mais franca e aberta.

Vejamos o exemplo do Brasil, “o colosso do sul”. Visitando o país em 1960, o presidente Eisenhower assegurou aos brasileiros que “o nosso sistema de iniciativa privada com consciência social beneficia todo o povo, sejam proprietários ou trabalhadores... Em liberdade, o trabalhador brasileiro está feliz, demonstrando as alegrias da vida sob o sistema democrático”. O embaixador acrescentou que a influência dos Estados Unidos havia quebrado “a velha ordem na América do Sul”, trazendo-lhe “ideias revolucionárias como o ensino universal e obrigatório, a igualdade perante a lei, uma sociedade relativamente sem classes, um sistema de governo responsavelmente democrático, a livre competição empresarial [e] um fabuloso padrão de vida para as massas”.

Mas os brasileiros reagiram duramente às boas novas trazidas pelos seus tutores do norte. As elites latino-americanas são “como crianças”, informou ao Conselho de Segurança Nacional o Secretário de Estado John Foster Dulles, não possuem “quase nenhuma capacidade de autogoverno”. E o pior é que os

Estados Unidos estão “inapelavelmente atrasados em relação à União Soviética no desenvolvimento de meios de controle sobre os corações e as mentes das pessoas simples”. Dulles e Eisenhower expressaram a sua preocupação com a “capacidade comunista de assumir o controle dos movimentos de massa”, capacidade que “não temos como imitar”: “eles apelam aos pobres e estes sempre quiseram pilhar os ricos”.

Em outras palavras, achamos difícil induzir o povo a aceitar a nossa doutrina de que os ricos devem pilhar os pobres, um problema de relações públicas ainda não resolvido.

O governo Kennedy enfrentou esse problema mudando a missão dos militares latino-americanos, da “defesa do hemisfério” para a “segurança interna”, decisão que teve consequências funestas, a começar pelo golpe de estado brutal e assassino de 1964, no Brasil. Os militares eram vistos por Washington como uma “ilha de sanidade” no país, e o golpe foi saudado pelo embaixador de Kennedy, Lincoln Gordon, como uma “rebelião democrática”, na verdade “a mais decisiva vitória isolada da liberdade neste meio de século”. Gordon, ex-economista da Universidade de Harvard, acrescentou que essa “vitória da liberdade” – isto é, a derrubada violenta da democracia parlamentar – iria “criar um clima muito mais propício ao investimento privado”, lançando desse modo algumas luzes sobre o significado prático de termos como *liberdade* e *democracia*.

Dois anos mais tarde, o Secretário de Defesa Robert McNamara informou a seus pares que “em seu conjunto, as políticas dos Estados Unidos em relação aos militares latino-americanos atingiram eficazmente os seus objetivos”. Elas haviam aumentado “a capacidade de segurança interna” e estabelecido “o predomínio da influência militar norte-americana”. Os militares latino-americanos compreendem as suas tarefas e estão preparados para cumpri-las, graças aos programas de ajuda e treinamento militar do governo Kennedy. Essas tarefas incluem a derrubada de governos civis “sempre que os militares considerarem a ação dos governantes nociva à prosperidade da nação”. Tais ações militares são necessárias “no ambiente cultural-latino-americano”, explicaram os intelectuais de Kennedy. E podemos estar seguros de que essas ações serão executadas de modo apropriado, agora que os militares “compreendem e se orientam para os objetivos dos Estados Unidos”. Isso garante um resultado positivo na “luta revolucionária pelo poder entre os principais grupos constitutivos da atual estrutura de classe” na América Latina, resultado que protegerá o “investimento privado [e o comércio] norte-

americano”, “fundamento econômico” que é a essência do “interesse político dos Estados Unidos na América Latina”.

Esses são documentos secretos: no caso, do liberalismo de Kennedy. O discurso público, claro, é totalmente diverso. Limitando-nos a ele, aprendemos muito pouco sobre o verdadeiro significado da “democracia” e sobre a ordem global dos anos passados; e do futuro também, porque são as mesmas mãos que continuam segurando as rédeas.

Os estudos mais sérios não deixam margem a dúvidas sobre os fatos básicos. Os Estados de Segurança Nacional, instalados e apoiados pelos Estados Unidos são discutidos num importante livro de Lars Schoultz, um dos maiores especialistas em América Latina. O objetivo desses Estados, nas palavras de Schoultz, era “a destruição permanente de uma ameaça percebida à estrutura existente de privilégios socioeconômicos, por meio da eliminação da participação política da maioria”, a “grande fera” de Hamilton. Na sociedade norte-americana, o objetivo é basicamente o mesmo, embora os meios sejam diferentes.

O padrão continua o mesmo. A campeã de violações aos direitos humanos no hemisfério é a Colômbia, também o país que mais tem recebido assistência e treinamento militar norte-americano nos últimos anos. O pretexto é a “guerra contra as drogas”, um “mito”, segundo relatam constantemente os principais grupos de defesa dos direitos humanos, a igreja e outras instituições que investigam a espantosa crônica de atrocidades e os estreitos vínculos existentes entre narcotraficantes, latifundiários, militares e seus sócios paramilitares. O terror estatal devastou as organizações populares e praticamente destruiu o único partido político independente por meio do assassinato de milhares de ativistas, dentre os quais candidatos à presidência, prefeitos e outros mais. Não obstante, a Colômbia é aclamada como uma democracia estável, revelando uma vez mais o que se entende por “democracia”.

Um exemplo particularmente instrutivo foi a reação à primeira experiência democrática na Guatemala. Nesse caso, os registros secretos estão parcialmente disponíveis, donde sabemos muitas coisas sobre o pensamento que orientou a formulação de políticas. Em 1952, a CIA advertiu que as políticas “nacionalistas e radicais” do governo haviam conquistado “apoio ou anuência da grande maioria dos guatemaltecos”. O governo estava “mobilizando os camponeses, até então politicamente passivos”, e criando “apoio de massa para o atual regime” por meio das organizações de trabalhadores, da reforma agrária e de outras políticas “identificadas com a revolução de 1944”, que havia gerado “um

poderoso movimento nacional para libertar a Guatemala da ditadura militar, do atraso social e do ‘colonialismo econômico’ que eram a tônica do passado”. As políticas do governo democrático “inspiraram a lealdade e se harmonizaram com os interesses de uma grande quantidade de guatemaltecos politicamente conscientes”. Informações do Departamento de Estado revelavam que a liderança democrática “insistia em manter um sistema político aberto”, permitindo assim que os comunistas “expandissem suas operações e apelassem com sucesso aos diversos setores da população”. Essas deficiências da democracia foram corrigidas pelo golpe militar de 1954 e pelo reinado de terror que se instalou, sempre com amplo suporte dos Estados Unidos.

O problema de assegurar o “consentimento” também se apresentou nas instituições internacionais. No início, as Nações Unidas eram um instrumento confiável da política norte-americana e por isso mesmo muito admiradas. Mas a descolonização trouxe o que veio a ser chamado de “a tirania da maioria”. A partir da década de 1960, Washington passou a liderar a política de vetos às resoluções do Conselho de Segurança (secundado pela Inglaterra e com a França ocupando um distante terceiro lugar) e de votos solitários, ou unidos a uns poucos Estados-clientes, contra as resoluções da Assembleia Geral. A ONU caiu em desgraça, e começaram a aparecer na imprensa artigos circunspectos perguntando por que o mundo estava “se opondo aos Estados Unidos”; a ideia de que os Estados Unidos pudessem estar se opondo ao mundo era bizarra demais para ser levada em consideração. As relações dos Estados Unidos com a Corte Internacional de Justiça e outras instituições internacionais tiveram uma evolução similar, tema ao qual retomaremos mais adiante.

Minhas observações sobre as raízes madisonianas dos conceitos dominantes de democracia foram injustas num importante aspecto. Tal como Adam Smith e outros fundadores do liberalismo clássico, Madison era pré-capitalista e, em espírito, anticapitalista. Ele esperava que os governantes fossem “estadistas ilustrados” e “filósofos benevolentes”, “cuja sabedoria era o meio mais eficaz de distinguir os verdadeiros interesses de seu país”. Eles “aprimorariam” e “ampliariam” a “visão pública”, resguardando os verdadeiros interesses da nação contra o “mal” das maiorias democráticas, porém com sabedoria e benevolência.

Madison passou a pensar de outra forma quando a “minoría opulenta” começou a usar o poder recém-adquirido de uma forma muito parecida com a que Adam Smith previra há alguns anos. Ela tratava de buscar o que Adam Smith chamou de a “máxima vil” dos proprietários: “Tudo para nós, nada para os outros”. Em 1792, Madison alertou para o fato de que a ascensão do estado

capitalista desenvolvimentista estava “colocando o interesse privado no lugar do dever público”, levando “à dominação real de uma minoria sob a liberdade aparente da maioria”. Deplorava “a ousada depravação dos tempos que correm” em que os poderes privados “se transformam em guarda pretoriana do governo – ao mesmo tempo seu instrumento e seu tirano – seduzidos por suas liberalidades e intimidando-o com clamores e conluíus”. Eles lançavam sobre a sociedade esta sombra que chamamos de “política”, como mais tarde observou John Dewey. Um dos maiores filósofos do século 20 e figura de proa do liberalismo norte-americano, Dewey disse que a democracia tem pouco conteúdo quando os grandes negócios governam a vida da nação por meio do controle dos “meios de produção, de troca, de publicidade, de transportes e de comunicações, reforçados pelo domínio da imprensa, das agências de notícia e de outros meios de publicidade e propaganda”. Afirmou também que, numa sociedade livre e democrática, os trabalhadores devem ser “os senhores de seu próprio destino industrial” e não instrumentos alugados pelos empregadores – ideias que remontam ao liberalismo clássico e ao iluminismo, e que sempre aparecem nas lutas populares não só nos Estados Unidos, como no mundo inteiro.

Muitas mudanças aconteceram nos últimos duzentos anos, mas as advertências de Madison apenas se tomaram ainda mais justas, ganhando um novo significado com a implantação, no início do século 20, de grandes tiranias privadas a que foram concedidos extraordinários poderes, notadamente pelos tribunais. As teorias elaboradas para justificar essas “entidades de direito coletivo”, como são às vezes chamadas pelos historiadores do Direito, baseiam-se numa ideia que também subjaz ao fascismo e ao bolchevismo: a de que as entidades orgânicas possuem direitos acima e além dos direitos das pessoas. Elas são beneficiárias de “liberalidades” concedidas por Estados sobre os quais têm amplo controle, tomando-se seus “instrumentos e tiranos”, conforme a frase de Madison. E conquistaram substancial controle sobre a economia nacional e internacional, bem como sobre os sistemas de informação e doutrinação, o que nos remete a outra preocupação de Madison: a de que “um governo popular, sem informação popular ou sem meios de adquiri-la, não é senão o Prólogo de uma Farsa ou de uma Tragédia; talvez de ambas”.

Vejamos agora as doutrinas construídas para impor as modernas formas de democracia política. Elas foram expressas, de maneira bastante precisa, num importante manual da indústria das relações públicas, por Edward Bernays, uma de suas figuras mais importantes. Ele começa observando que “a manipulação consciente e inteligente dos hábitos e opiniões organizadas das massas é um importante componente da sociedade democrática”. Para executarem essa tarefa

essencial, “as minorias informadas devem fazer uso contínuo e sistemático da propaganda” porque somente elas entendem os processos mentais e os padrões sociais das massas” e podem “manejar os cordões que controlam a opinião pública”. Por conseguinte, a nossa “sociedade consentiu em aceitar que a livre concorrência fosse organizada pela liderança e pela propaganda”, outro caso de “consentimento sem consentimento”. A propaganda proporciona à liderança um mecanismo para “moldar a opinião das massas”, de modo que estas ‘joguem as forças recém-adquiridas na direção desejada”. A liderança pode “arregimentar a opinião pública exatamente da mesma forma como um exército arregimenta seus soldados”. Esse processo de “construção do consentimento” é a “essência mesma do processo democrático”, escreveu Bernays, pouco antes de ser homenageado por suas contribuições, em 1949, pela Associação Americana de Psicologia.

A importância do “controle da opinião pública” era reconhecida com clareza cada vez maior à medida que as lutas populares conseguiam ampliar as modalidades de democracia, fazendo surgir desse modo àquilo que as elites liberais chamam de “a crise da democracia” – o que acontece quando populações normalmente passivas e apáticas se organizam e tentam entrar na arena política em busca de seus interesses e demandas, ameaçando a estabilidade e a ordem. Como explicou Bernays, “com o sufrágio universal e a educação pública... até a burguesia passou a temer as pessoas comuns. Pois as massas prometeram se tomar rei”, tendência que afortunadamente foi revertida – assim se esperava quando novos métodos “para moldar a opinião das massas” foram concebidos e implementados.

Bom liberal do *New Deal*, Bernays havia desenvolvido seus talentos no Comitê para a Informação Pública de Woodrow Wilson, a primeira agência estatal de propaganda dos Estados Unidos. “Foi o espantoso sucesso da propaganda durante a guerra que abriu os olhos da minoria informada, em todos os setores da vida, para as possibilidades da arregimentação da opinião pública”, explicou Bernays em seu manual de relações públicas intitulado *Propaganda*. A minoria informada talvez não soubesse que o seu “espantoso sucesso” repousava, em não pouca medida, sobre as fabricações propagandísticas a respeito das atrocidades dos hunos que lhes foram fornecidas pelo Ministério da Informação britânico, que secretamente definia a sua tarefa como sendo a de “dirigir o pensamento da maior parte do mundo”.

Tudo isso é boa doutrina wilsoniana, conhecida em teoria política como “idealismo wilsoniano”. A visão pessoal de Wilson era a de que uma elite de

cavalheiros dotados de “ideais elevados” é necessária para preservar a “estabilidade” e a “correção”. É a minoria informada de “homens responsáveis” que deve controlar a tomada de decisões, explicou Walter Lippman, outro veterano do comitê de propaganda de Wilson, em seus influentes ensaios sobre a democracia. Lippman foi também a mais respeitada figura do jornalismo norte-americano e célebre comentarista de assuntos públicos durante quase meio século. A minoria informada é uma “classe especializada” responsável pelo estabelecimento de políticas e pela “formação de uma sólida opinião pública”, prosseguiu Lippmann. Ela deve estar livre da interferência do público em geral, formado de “pessoas ignorantes e intrometidas, estranhas ao processo”. O público deve ser “colocado no seu devido lugar”, prossegue Lippmann: a sua “função” é a de “espectador da ação”, não a de participante, exceto pelos exercícios eleitorais periódicos, quando faz a sua escolha entre os membros da classe especializada. Os líderes devem estar livres para operar em “tecnocrático isolamento”, para usar a terminologia corrente do Banco Mundial.

Na *Enciclopédia das Ciências Sociais*, Harold Lasswell, um dos criadores da moderna ciência política, advertiu que a minoria informada deve reconhecer a “ignorância e estupidez das massas” e não sucumbir a “dogmatismos democráticos como os que afirmam que as pessoas são os melhores juízes dos seus próprios interesses”. Não são elas os melhores juízes, nós é que somos. As massas precisam ser controladas para o seu próprio bem, e nas sociedades mais democráticas, às quais não se pode recorrer à força, os administradores sociais devem se voltar para uma “técnica totalmente nova de controle, amplamente baseada na propaganda”.

Observe-se que isso é boa doutrina leninista. A similaridade entre a teoria democrática progressista e o marxismo-leninismo é notável, coisa que Bakunin previra há muito tempo.

Com um entendimento adequado do conceito de “consentimento”, podemos ver que a implementação da agenda empresarial por cima das objeções do público em geral se dá “com o consentimento dos governados”, uma forma de “consentimento sem consentimento”. Essa é uma justa descrição do que acontece nos Estados Unidos. Existe muitas vezes um hiato entre as preferências do público e a política pública. Nos anos recentes, esse hiato tornou-se gigantesco. Vejamos uma comparação que ajuda a esclarecer o funcionamento do sistema democrático.

Mais de 80 por cento do público pensa que o governo “é exercido em benefício da minoria e dos interesses especiais, não do povo, contra 50 por cento

em anos passados. Mais de 80 por cento acredita que o sistema econômico é “intrinsecamente injusto” e que os trabalhadores têm pouca voz ativa sobre o que se passa no país. Mais de 70 por cento é de opinião de que “os negócios adquiriram demasiado poder sobre demasiados aspectos da vida dos Estados Unidos”. E, numa proporção de quase vinte para um, o público acredita que as grandes empresas “deveriam eventualmente sacrificar uma parte de seus lucros para melhorar a vida de seus trabalhadores e suas comunidades”.

As atitudes do público se mantêm teimosamente social-democráticas em importantes aspectos, como ocorreu, durante os anos Reagan, ao contrário do que dizem as lendas. Mas devemos também observar que tais atitudes estão muito distantes das ideias que animaram as revoluções democráticas. Os trabalhadores da América do Norte do século 19 não rogavam aos governantes que fossem mais benevolentes. Ao contrário, negavam-lhes o direito de governar. “Os que trabalham nas fábricas devem ser os seus donos”, exigia a imprensa operária, sustentando os ideais da revolução americana da forma como os entendia a turba perigosa.

As eleições de 1994 para o Congresso Federal constituem um exemplo revelador do hiato entre retórica e fato. Elas foram rotuladas de “terremoto político”, uma “vitória esmagadora”, um “triunfo do conservadorismo” que reflete a contínua “guinada à direita”, dado que os eleitores deram um “mandato popular avassalador” ao exército ultradireitista de Newt Gingrich, que prometeu “tirar o governo das nossas costas” e trazer de volta os dias felizes em que reinava o livre mercado.

Volando aos fatos, essa “vitória esmagadora” foi obtida com pouco mais da metade dos votos válidos, cerca de 20 por cento do eleitorado, números que praticamente não diferem daqueles de dois anos antes, quando os democratas venceram. Um de cada seis eleitores descreveu o resultado como “uma aprovação da plataforma republicana”. Um em cada quatro ouvira falar do Contrato com a América, que apresentou essa plataforma. E, quando informada, a população praticamente o recusou na íntegra, por larga maioria. Cerca de 60 por cento do público queria o *aumento* dos gastos sociais. Um ano mais tarde, 80 por cento dos eleitores defenderam que “o governo federal deve proteger os membros mais vulneráveis da sociedade, especialmente os pobres e os idosos, garantindo-lhes um nível de vida mínimo e provendo-lhes benefícios sociais”. Entre 80 e 90 por cento dos americanos apoiam as garantias federais de assistência pública para os que não podem trabalhar, o seguro-desemprego, o subsídio para a compra de remédios com receita, os serviços de enfermagem

para idosos, um nível mínimo de assistência à saúde e seguridade social. Três quartos dos eleitores defendem a assistência federal aos filhos de mães trabalhadoras de baixa renda. A pertinácia de tais atitudes é particularmente notável à vista do incessante assalto da propaganda para persuadir as pessoas de que elas acreditam em coisas radicalmente diferentes.

Estudos de opinião pública mostram que quanto mais os eleitores aprendiam sobre o programa republicano no Congresso, mais se opunham ao partido e ao seu programa parlamentar. O guia da revolução, Newt Gingrich, já era impopular no momento de seu “triunfo” e continuou caindo consistentemente até se tornar, talvez, a figura política mais impopular do país. Um dos aspectos mais cômicos das eleições de 1996 foi à cena em que os aliados mais próximos de Gingrich se debatiam para negar qualquer conexão com seu líder e suas ideias. Nas eleições primárias, o primeiro candidato a desaparecer, quase que imediatamente, foi Phil Gramm, o único representante dos republicanos, muito bem apoiado financeiramente e dizendo todas as frases que se crê que os eleitores gostam de ouvir, a julgar pelas manchetes. Na verdade, a quase totalidade das questões políticas desapareceu instantaneamente tão logo os candidatos tiveram de enfrentar os eleitores em janeiro de 1996. O exemplo mais espetacular foi o do equilíbrio orçamentário. Durante todo o ano de 1995, a questão mais importante do país era o prazo em que ele deveria ser alcançado, se em sete anos ou um pouco mais. O governo foi paralisado várias vezes enquanto a controvérsia seguia acirrada. Assim que começaram as primárias, não se falou mais em orçamento. O *Wall Street Journal* disse, surpreendido, que os eleitores “abandonaram a sua obsessão com o equilíbrio orçamentário”. A verdadeira “obsessão” dos eleitores era exatamente o oposto, como haviam mostrado regularmente as pesquisas de opinião: eles se opunham a qualquer hipótese minimamente realista de equilíbrio orçamentário.

Para ser preciso, uma parte do público compartilhava a “obsessão” de ambos os partidos com o equilíbrio orçamentário. Em agosto de 1995, o déficit foi indicado como o problema mais importante do país por 5 por cento da população, a lado do problema dos sem-teto. Acontece que os 5 por cento de obcecados pelo orçamento incluíam as pessoas que contam. “O mundo dos negócios falou: pelo orçamento federal equilibrado”, anunciou *Business Week*, dando conta de uma pesquisa de opinião entre executivos de alto escalão. E, quando os negócios falam, o mesmo é falado tanto pela classe política como pela mídia, que informaram ao público que ele queria um orçamento equilibrado, especificando os cortes nos gastos sociais de acordo com a vontade do público – passando por cima da sua firme oposição, como demonstraram as pesquisas. Não

é surpreendente que o tema tenha sumido rapidamente de vista assim que os políticos tiveram de enfrentar a grande fera.

Também não surpreende que essa agenda continue a ser implementada com a ambiguidade de costume, combinando-se cortes cruéis nos gastos sociais com o aumento do orçamento do Pentágono, ambos com a oposição do público, mas com sólido suporte do mundo dos negócios. As razão do aumento de gastos são fáceis de entender se temos em mente o papel que joga o sistema do Pentágono no plano interno: transferir fundos públicos para os setores avançados da indústria, a fim de proteger dos rigores do mercado os eleitores ricos de Newt Gingrich, por exemplo, com mais subsídios governamentais do que qualquer outro distrito suburbano do país (à exceção do próprio governo federal), enquanto o líder da revolução conservadora se dedica a denunciar o Estado inchado e a enaltecer o individualismo inflexível.

Desde o início, as pesquisas de opinião deixaram claro que as lendas sobre a esmagadora vitória conservadora eram inverídicas. Hoje a fraude é silenciosamente admitida. O especialista em pesquisas dos republicanos de Gingrich explicou que, quando disse que a maioria do povo apoiava o Contrato com a América, quis dizer que as pessoas gostaram dos *slogans* usados para embrulhá-lo. Seus estudos mostraram, por exemplo, que o público se opõe ao desmantelamento do sistema de saúde e quer “preserva(-lo), protege(-lo) e fortalece(-lo) para a geração seguinte”. Por isso, o desmantelamento é embrulhado como “uma solução que preserva e protege” o sistema de saúde para a geração seguinte. O mesmo é verdade em geral.

Tudo isso é natural numa sociedade governada, num grau incomum, pelos negócios, e que gasta fortunas em marketing: um trilhão de dólares anuais, um sexto do Produto Interno Bruto, em sua maior parte dedutíveis dos impostos, de modo que as pessoas pagam pelo privilégio de estar sujeitas à manipulação de suas atitudes e seu comportamento.

Mas não é fácil domar a grande fera. Não poucas vezes se pensou que o problema estava resolvido, que o “fim da história” fora alcançado numa espécie de utopia dos senhores. Um momento clássico foi quando, na origem da doutrina neoliberal, em começos do século 19, David Ricardo, Thomas Malthus e outras grandes personalidades da economia clássica anunciaram que a nova ciência havia provado, com a certeza das leis de Newton, que o maior mal que se pode fazer aos pobres é querer ajudá-los e que o melhor presente que podemos oferecer às massas sofredoras é livrá-las da ilusão de que têm direito de viver. A nova ciência havia provado que as pessoas não têm outros direitos além daquilo

que podem obter no mercado de trabalho não regulado. Na década de 1830, parecia que essas doutrinas haviam levado a palma na Inglaterra. Com o triunfo do pensamento de direita a serviço dos interesses industriais e financeiros britânicos, o povo da Inglaterra foi “obrigado a trilhar um experimento utópico”, escreveu Karl Polanyi em sua obra clássica, *A Grande Transformação*, há cinquenta anos. Foi o mais “impiedoso ato de reforma social” de toda a história – prosseguiu – que “esmagou milhares e milhares de vidas”. Mas surgiu um problema inesperado. As massas embrutecidas começaram a chegar à conclusão de que ‘se nós não temos direito de viver, vocês não têm o direito de governar’. O exército britânico teve de enfrentar sublevações e desordens, e logo uma ameaça ainda maior tomou forma, quando os trabalhadores começaram a se organizar, exigindo leis fabris e legislação social para protegê-los do desumano experimento neoliberal, às vezes indo muito além. A ciência, que felizmente é flexível, assumia novas formas à medida que mudava a opinião das elites em resposta a forças populares incontroláveis, acabando por descobrir que o direito de viver tinha de ser preservado sob um contrato social sofrível.

Mais tarde nesse mesmo século, pareceu a muitos que a ordem havia sido restaurada, apesar da discordância de uns poucos. O famoso artista William Morris insultou a opinião respeitável declarando-se socialista numa palestra em Oxford. Ele admitiu ser “opinião aceita a de que o sistema concorrencial, sistema do ‘quem ficar pra trás que se vire’, é o último sistema econômico que o mundo verá; que é a perfeição, e que, portanto com ele atingimos o final”. Mas se a história realmente chegou ao fim prosseguiu – “a civilização morrerá”. E nisso se recusava a acreditar apesar das confiantes proclamações dos “grandes eruditos”. Ele tinha razão, como demonstrou a luta popular.

Também nos Estados Unidos, os ‘alegres anos 1890’, há pouco mais de um século, foram aclamados como “a perfeição” e “o final”. E nos ‘felizes anos 1920’ do século seguinte era firme a crença na ideia de que o trabalho fora esmagado para sempre e a utopia dos senhores alcançada – numa “América sumamente antidemocrática, criada por sobre os protestos de seus trabalhadores”, diz David Montgomery, historiador da Universidade de Yale. Uma vez mais, no entanto, a comemoração foi prematura. Em poucos anos, a grande fera escapou outra vez de sua jaula, e até os Estados Unidos, a sociedade empresarial por excelência, foram forçados pela luta popular a conceder direitos que há muito haviam sido conquistados em sociedades muito mais autocráticas.

Imediatamente após a II Grande Guerra, o mundo dos negócios lançou uma imensa campanha de propaganda para recuperar o que perdera. No fim dos anos

1950, existia uma ampla crença de que o objetivo fora atingido. Havíamos alcançado o “fim das ideologias” no mundo industrial, escreveu na ocasião Daniel Bell, sociólogo de Harvard. Alguns anos antes, na qualidade de editor da importante revista de negócios *Fortune*, ele registrara a “assombrosa” escala das campanhas de propaganda empresarial planejadas para superar as atitudes social-democráticas que persistiam nos anos do pós-guerra.

Mas, uma vez mais, a comemoração foi prematura. Os acontecimentos dos anos 1960 mostraram que a grande fera ainda estava à espreita, despertando outra vez o “medo da democracia” entre os “homens responsáveis”. A Comissão Trilateral, fundada por David Rockefeller em 1973, dedicou o seu primeiro grande estudo à “crise da democracia”, que atingiu o mundo industrial no momento em que amplos setores da população tentaram adentrar a arena pública. Os mais ingênuos talvez pensem que se tratava de um passo em direção à democracia, mas a Comissão entendia que havia um “excesso de democracia” e aspirava à restauração dos tempos em que “Truman foi capaz de governar o país com a ajuda de um número relativamente pequeno de advogados e banqueiros de Wall Street”, como comentou o relator norte-americano. Era a “democracia com moderação”. Objeto de especial preocupação da Comissão eram as deficiências do que ela considerava como instituições responsáveis “pela doutrinação dos jovens”: escolas, universidades e igrejas. A fim de superar a crise da democracia, a comissão propôs formas de restaurar a disciplina e fazer com que o público em geral retomasse à passividade e à obediência.

A Comissão representa os setores mais progressistas e internacionalistas do poder e da vida intelectual dos Estados Unidos, Europa e Japão: o governo Carter foi quase que inteiramente composto de pessoas oriundas de seus quadros. A direita adota uma linha muito mais dura.

A partir dos anos 1970, mudanças na economia internacional puseram novas armas nas mãos dos senhores, dando-lhes meios de mutilar o odiado contrato social conquistado pela luta popular. O leque de opções políticas dos Estados Unidos, sempre muito estreito, acabou reduzido à quase invisibilidade. Poucos meses após a posse de Clinton, a matéria principal do *Wall Street Journal* expressava satisfação com o fato de que “questão após questão, o Sr. Clinton e seu governo alinham-se à América empresarial”, provocando aplausos de dirigentes de grandes companhias, encantados por ver que “estamos nos entendendo muito melhor com esse governo do que com os outros que o antecederam”, disse um deles.

Um ano mais tarde, líderes empresariais descobriram que as coisas estavam

ainda melhores. Em setembro de 1995, *Business Week* informou que o novo Congresso “representa um marco para os negócios: nunca os empresários americanos haviam sido tão entusiasticamente cumulados de atenções”. Nas eleições de novembro de 1996, os dois candidatos eram republicanos moderados pertencentes de longa data aos meios governamentais, candidatos do mundo das grandes empresas. Para o jornalismo de negócios, a campanha foi um “tédio histórico”. As pesquisas mostraram que o interesse do público havia declinado mais abaixo dos baixos índices anteriores, mesmo com as despesas de campanha batendo todos os recordes, e que ambos os candidatos desagradavam aos eleitores que esperavam deles muito pouco.

Existe um amplo descontentamento com o funcionamento do sistema democrático. Fenômeno similar foi registrado na América Latina e, apesar das condições bastante diversas, algumas das razões são as mesmas. O cientista político argentino Atilio Boron sublinhou o fato de que, na América Latina, o processo democrático foi implantado junto com as reformas econômicas neoliberais, desastrosas para a grande maioria da população. A introdução de programas similares no país mais rico do mundo tem tido efeitos similares. Quando mais de 80% da população acha que o sistema democrático é uma impostura e que a economia é “intrinsecamente injusta”, o “consentimento dos governados” se toma superficial.

Os jornais de negócios registram “a clara subjugação do trabalho pelo capital nos últimos quinze anos”, propiciando a este a conquista de muitas vitórias. Mas também alertam que os dias de glória talvez não durem muito, devido à “campanha [cada vez mais] agressiva” dos trabalhadores “em defesa do ‘salário mínimo’” e “para conquistar uma parte maior do bolo”.

Convém lembrar que já passamos por tudo isso antes. O “fim da história”, a “perfeição” e o “final” foram muitas vezes proclamados e sempre se revelaram falsos. E, apesar de todas as sórdidas permanências, a alma otimista pode divisar um lento progresso, realisticamente – creio. Nos avançados países industriais e em outros também, as lutas populares podem partir de um nível mais elevado e com maiores expectativas do que nos ‘alegres anos 1890’ e nos ‘felizes anos 1920’, e mesmo do que há trinta anos. Além disso, a solidariedade internacional pode assumir formas novas e mais construtivas à medida que a grande maioria da população mundial comece a entender que seus interesses são bastante semelhantes e podem ser promovidos por meio do trabalho conjunto. Não existe hoje, mais do que antes, razão para crer que somos prisioneiros de leis sociais misteriosas e desconhecidas, e não de decisões tomadas no seio de instituições

sujeitas à vontade humana – instituições humanas que devem enfrentar o teste da legitimidade e, caso contrário, devem ser substituídas por outras, mais livres e mais justas, como já ocorreu tantas vezes em outras épocas.

Uma versão deste artigo, traduzida para o português e o espanhol, foi publicada pela primeira vez na América do Sul em 1996.

Capítulo III: A Paixão pelos Mercados Livres

“Durante mais de meio século, as Nações Unidas foram o mais importante foro das tentativas dos Estados Unidos de criarem um mundo à sua imagem e semelhança, manobrando com seus aliados para forjar acordos globais sobre os direitos humanos, os testes nucleares e o meio ambiente que, para Washington, deviam refletir os seus próprios valores”. Assim tem sido a história do pós-guerra, informa-nos o parágrafo inicial de uma matéria de primeira página do *New York Times*, escrita pelo analista político David Sanger. Mas os tempos estão mudando. Hoje as manchetes mostram: *Os Estados Unidos Exportam seus Valores de Livre Mercado Por Meio dos Acordos de Comércio Global*. Indo além da tradicional política de apoiar-se nas Nações Unidas, o governo Clinton está se voltando para a nova Organização Mundial do Comércio (OMC) para realizar a tarefa de “exportar os valores americanos”, Daqui para frente, continua Sanger (citando o representante comercial norte-americano), talvez seja a OMC o melhor instrumento para levar “a paixão da América pela desregulação” e pelo livre mercado em geral, assim como “os valores americanos da livre competição, das regras claras e do cumprimento rigoroso”, a um mundo que ainda tateia na escuridão. Esses “valores americanos” são espetacularmente ilustrados pela onda do futuro: as telecomunicações, a Internet, a tecnologia computacional avançada e outras maravilhas criadas pelo exuberante espírito empresarial americano, catapultado, desde a revolução de Reagan, pelo mercado livre da interferência governamental.

Hoje, “governos de todo o mundo abraçam o ‘evangelho do livre mercado’, pregado na década de 1980 pelo presidente Reagan e pela primeira-ministra Margaret Thatcher, da Grã Bretanha”, diz Youssef Ibrahim em outra reportagem de capa do *Times*, reiterando um tema comum. Aliando-a ou odiando-a, entusiastas e críticos de um amplo leque de opiniões concordam – para nos atermos ao setor liberal-à-esquerda – com o “ímpeto implacável disto que seus adversários chamam de ‘a revolução do mercado’”: o “inflexível individualismo reaganista” mudou as regras do jogo no mundo inteiro, enquanto, no país, “tanto republicanos como democratas, agora dedicados à “nova ortodoxia”, estão prontos para dar rédea solta ao mercado.

Esse quadro apresenta uma série de problemas. O primeiro é o balanço dos últimos cinquenta anos. Até os mais devotos crentes da “missão norte-americana” sabem que as relações entre os Estados Unidos e as Nações Unidas

foram o oposto do que está retratado no parágrafo de abertura deste capítulo, desde que, com o progresso da descolonização, a ONU saiu de controle, deixando os EUA constantemente isolados na oposição aos acordos globais sobre uma ampla gama de questões e empenhados em minar alguns componentes centrais da organização, particularmente os de orientação terceiro-mundista. Muitas questões mundiais são discutíveis, mas esta, certamente, não é.

Quanto ao “inflexível individualismo *reaganista*” e seu culto ao mercado, talvez seja suficiente citar uma análise desenvolvida por um especialista em finanças internacionais do Conselho de Relações Exteriores daquela época e publicada na revista *Foreign Affairs*, que observa a “ironia” de que Ronald Reagan, “o mais apaixonado pelo *laissez-faire* dentre os presidentes do pós-guerra, tenha presidido a maior guinada protecionista desde a década de 1930” – nenhuma “ironia”, apenas o funcionamento normal da “paixão pelo *laissez-faire*”: a disciplina do mercado para vocês e não para mim, a menos que o “campo de jogo” esteja inclinado a favor dos meus interesses, geralmente como resultado da intervenção estatal em larga escala. É difícil encontrar um tema mais dominante nos últimos trezentos anos de história econômica.

Os *reaganistas* percorriam uma trilha já muito conhecida recentemente transformada em comédia pelos “conservadores” de Gingrich – quando exaltavam as glórias do mercado e ministravam severas palestras sobre a debilitante cultura da submissão aos pobres no país e no exterior, ao mesmo tempo que se vangloriavam orgulhosamente frente ao mundo dos negócios de que Reagan “havia ajudado a indústria norte-americana com mais restrições à importação do que qualquer um dos seus antecessores nos últimos cinquenta anos”; na verdade, mais do que todos os antecessores juntos, que comandaram, desde o início dos anos 1970, “o ataque dos ricos e poderosos contra o princípio [do livre comércio]”, criticado num estudo do economista Patrick Low, do secretariado do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), que estima os efeitos restritivos das medidas de Reagan como tendo sido três vezes maiores que os ocorridos nos demais países altamente industrializados.

A radical “guinada para o protecionismo” foi só uma parte do “assalto continuado” aos princípios do mercado livre, acelerado sob o “inflexível individualismo *reaganista*”. Um outro capítulo dessa história trata da vasta transferência de fundos públicos ao poder privado, geralmente sob a tradicional máscara de “segurança”. Essa lenda secular continua sendo contada até hoje, sem nenhuma mudança digna de nota; e não só aqui, é claro, embora, no plano local, ápices novos e mais elevados de fraude e hipocrisia possam ter sido

escalados.

A “Grã-Bretanha de Thatcher” é, na verdade, um exemplo igualmente bom do “evangelho do livre mercado”. Para nos atermos a algumas revelações dos últimos meses (início de 1997), “durante o período de máxima pressão em favor da venda de armas à Turquia”, informou o *Observer*, a primeira-ministra Margaret Thatcher “interveio pessoalmente para garantir a transferência de 22 milhões de libras do orçamento da ajuda externa britânica para a construção do metrô de Ancara, capital da Turquia. O projeto era antieconômico e, em 1995, foi admitido” pelo Ministro das Relações Exteriores, Douglas Hurd, que era também “ilegal”. Esse incidente era particularmente digno de nota na esteira do escândalo Pergau Dam, dos subsídios ilegais da política de Thatcher “para ‘adoçar’ contratos de venda de armas ao regime da Malásia”, que culminou no pronunciamento da Alta Corte contra Hurd. Isso sem falar das garantias governamentais de crédito, dos arranjos financeiros e da panóplia de dispositivos destinados a transferir fundos públicos para a “indústria da defesa”, que constitui o já tradicional leque de benefícios para a indústria avançada de um modo geral.

Poucos dias antes, o mesmo jornal informava que “mais de dois milhões de crianças britânicas têm saúde debilitada e problemas de crescimento devido à má nutrição, por sua vez resultante da “pobreza numa escala que não se via desde os anos 1930”. A tendência de melhoria dos índices de saúde infantil reverteu-se, e doenças infantis que já haviam sido controladas estão hoje em curva ascendente graças ao (altamente seletivo) “evangelho do livre mercado” tão admirado por seus beneficiários.

Poucos meses antes, um jornal da grande imprensa trazia a manchete *Um em Cada Três Bebês Britânicos Nasce na Pobreza*, ao mesmo tempo que “a pobreza infantil triplicou desde a eleição de Margaret Thatcher”. Uma outra manchete, *Doenças do Tempo de Dickens Voltam a Assombrar a Grã-Bretanha*, referia-se a estudos que concluíram que “as condições sociais na Grã-Bretanha estão voltando aos níveis de um século atrás. Particularmente cruéis são os efeitos da redução do consumo de luz, gás, água e telefone num “grande número de residências”, à medida que as privatizações seguem o seu curso natural, com uma série de mecanismos que favorecem os “clientes de maior poder aquisitivo” e constituem uma “sobrecarga para os pobres”, levando a um “crescente abismo de energia entre ricos e pobres”, para não falar da água, do gás e de outros serviços. Os “cortes selvagens” nos programas sociais deixam a nação “aterrorizada com a perspectiva de um colapso social iminente”. Mas a indústria e as finanças saem lucrando muitíssimo com essas políticas. E, para culminar,

depois de dezessete anos de evangelho thatcherista, o gasto público permanecia no mesmo patamar de 42,25 por cento do PIE do dia em que ela tomou posse.

O que não é exatamente algo que desconheçamos.

A Organização Mundial do Comércio e a “exportação dos Valores Norte-Americanos”

Deixemos de lado, por um momento, o intrigante contraste entre a doutrina e a realidade, e vejamos o quanto se pode aprender examinando a nova era que se abre ante nossos olhos. Muito – creio.

A matéria do *Times* sobre como os “Estados Unidos estão exportando os seus valores de livre mercado” comemora o acordo sobre as telecomunicações na OMC. Um dos seus efeitos mais festejados é o de municiar Washington com um “novo instrumento de política externa”. O acordo “dá poderes a OMC para entrar nos setenta países que o assinaram” e não é segredo para ninguém que as instituições internacionais funcionam na medida em que respondam às exigências dos poderosos, particularmente os Estados Unidos. No mundo real, então, o “novo instrumento” permite que os Estados Unidos intervenham profundamente nos assuntos internos de outros países, compelindo-os a mudar suas leis e suas práticas. Mais que tudo, a OMC tratará de assegurar que outros países “mantenham o seu compromisso de permitir que os estrangeiros invistam” sem restrições em áreas centrais de suas economias. No caso em questão, o resultado provável está bem claro: “Os óbvios beneficiários dessa nova era serão as operadoras norte-americanas, mais bem posicionadas para dominar um campo de jogo nivelado”, assinala a *Far Eastem Economic Review*, além de uma outra megacorporação Grã-Bretanha-EUA.

Mas nem todos estão encantados com essa perspectiva. Os vencedores reconhecem este fato e dão a sua interpretação: nas palavras de Sanger, as outras nações temem que “os gigantes da telecomunicação norte-americana... esmaguem os frágeis monopólios sancionados pelo governo que há muito dominam as telecomunicações na Europa e na Ásia” – da mesma forma como nos Estados Unidos, já passados muitos anos do tempo em que se tomaram de longe a maior economia e o mais poderoso Estado do planeta. Vale a pena observar, também, que as principais contribuições à tecnologia moderna (os transistores, por exemplo) são produto dos laboratórios de pesquisa desses “frágeis monopólios sancionados pelo governo” que dominaram as telecomunicações na América do Norte até os anos 1970. Eles se beneficiaram do fato de estarem livres da disciplina do mercado para atender às necessidades dos setores avançados da indústria, geralmente por meio da transferência de

fundos públicos (às vezes de forma indireta, por meio do poder monopolista, em lugar das modalidades mais diretas do sistema do Pentágono).

Aqueles que se aferram irracionalmente ao passado, veem as coisas de uma forma um pouco diferente. *Far Eastem Economic Review* observa que haverá perda de postos de trabalho na Ásia e que “muitos consumidores asiáticos terão de pagar mais pelos serviços telefônicos antes que venham a pagar menos”. E quando é que irão pagar menos? Para que se veja a aurora desse brilhante futuro, basta que os investidores estrangeiros sejam “incentivados... a agir de um modo socialmente desejável” e não apenas com o olho no lucro e no atendimento aos ricos e ao mundo empresarial. Ninguém explicou ainda como acontecerá esse milagre, embora não haja dúvida de que essa sugestão irá inspirar sérias reflexões nos quartéis-generais das grandes empresas.

No horizonte temporal relevante para o planejamento, o acordo da OMC fará aumentar o custo dos serviços telefônicos para a maioria dos consumidores asiáticos, prevê a *Review*. “O fato é que relativamente poucos consumidores asiáticos são candidatos ao benefício das tarifas mais baixas nas ligações para o exterior” previstas com o controle das imensas corporações estrangeiras, de maioria americana. Na Indonésia, por exemplo, somente umas 300 mil pessoas – especificamente o setor empresarial – de um total de cerca de 200 milhões de habitantes fazem ligações internacionais. “É muito provável uma elevação do custo dos serviços locais em geral”, na Ásia, segundo David Barden, analista regional de telecomunicações da P. J. Morgan Securities, de Hong Kong. Mas isso ainda não é o principal, continua: “Se não houver lucratividade no negócio, não haverá negócio”. E agora que ainda mais propriedades públicas estão sendo entregues às grandes empresas estrangeiras seria melhor que a sua lucratividade estivesse garantida – hoje as telecomunicações, amanhã um conjunto muito mais amplo de serviços afins. O jornalismo de negócios prevê que “as comunicações pessoais via Internet (incluindo redes e interações empresariais) tomarão conta das telecomunicações em cinco ou seis anos e os operadores de telefonia têm o maior interesse em entrar no negócio da comunicação on-line”. Refletindo sobre o futuro da sua própria empresa, Andrew Groves, diretor-executivo da Intel, vê a Internet como “a maior mudança em nosso ambiente” no momento atual. Ele espera um crescimento em larga escala “para provedores, para pessoas envolvidas na geração da World Wide Web, para pessoas que produzem computadores” (“pessoas”: quer dizer, grandes empresas) e para a indústria da publicidade, negócio por volta de 350 bilhões de dólares anuais, e antevê também novas oportunidades com a privatização da Internet, que poderá convertê-la num oligopólio global.

Enquanto isso, as privatizações saem na frente, a passos rápidos, em outros lugares. Para que se cite um caso da maior importância, o governo brasileiro decidiu, passando por cima de uma considerável oposição popular, privatizar a Companhia Vale do Rio Doce, que controla imensas fontes de urânio, ferro e outros minerais, além de instalações industriais e transportes com sofisticada tecnologia. A Vale é uma empresa altamente lucrativa, com receita de mais de 5 bilhões de dólares em 1996, e com excelentes perspectivas; é uma das seis empresas latino-americanas ranqueadas entre as 500 mais lucrativas do mundo. Um estudo feito por especialistas da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação da Escola de Engenharia da UFRJ estimou que o governo brasileiro sub-avaliou seriamente a companhia, observando também que ele se baseou na análise “independente” da Merrill Lynch, que, por acaso, é associada ao grupo anglo-americano que pretende assumir o controle desse componente central da economia brasileira. O governo rebate veementemente essas conclusões. Se elas estiverem certas, estaremos diante de uma situação bastante familiar.

Um comentário à margem: comunicações não são a mesma coisa que urânio. A concentração dos meios de comunicação nas mãos de quem quer que seja (particularmente estrangeiras) suscita sérias questões sobre a democracia significativa. Essas mesmas questões surgem quando se fala de concentração financeira, que prejudica a participação popular no planejamento social e econômico. O controle dos alimentos suscita questões ainda mais sérias; de sobrevivência, no caso. Há cerca de um ano, discutindo a “crise alimentar que se seguiu ao brutal aumento dos preços dos cereais”, o secretário-geral da FAO, órgão das Nações Unidas para os Alimentos e a Agricultura, advertiu que os países “devem se tornar mais autônomos na produção de alimentos”. A FAO está alertando os “países em desenvolvimento” para que revertam as políticas que lhes foram impostas pelo Consenso de Washington, políticas que tiveram impacto desastroso na maior parte do mundo, ao mesmo tempo que se revelavam como uma grande dívida para o agronegócio subsidiado – por acaso também para o narcotráfico, talvez o mais espetacular sucesso das reformas neoliberais a julgar pelos “valores do livre mercado” que os “Estados Unidos estão exportando”.

O controle da oferta de alimentos pelas mega-empresas estrangeiras é um processo em pleno andamento; com o acordo sobre as telecomunicações assinado e publicado, os serviços financeiros são os próximos da fila.

Em resumo, os resultados esperados da vitória dos “valores americanos” na OMC são:

1. Um “novo instrumento” de longo alcance para a intromissão dos EUA nos assuntos internos de outros países.
2. A tomada de uma parte essencial das economias estrangeiras por empresas sediadas nos Estados Unidos.
3. Vantagens para o setor empresarial e para os ricos.
4. Transferência de custos para a população em geral.
5. Armas novas e potencialmente poderosas contra a ameaça democrática.

Uma pessoa racional estaria se perguntando se essas expectativas têm algo a ver com aquelas comemorações ou se são apenas o pano de fundo de uma vitória de princípio celebrada em atenção a valores mais elevados. O ceticismo cresce quando comparamos o quadro do pós-guerra pintado na primeira página do *Times*, citado no início, com os fatos incontestes. E aumenta ainda mais quando observamos algumas notáveis regularidades históricas: dentre elas, a de que aqueles que têm condições de impor seus projetos não apenas os aclamam com entusiasmo, como também geralmente se beneficiam deles, quer os valores preconizados envolvam o livre comércio ou outros princípios básicos que, na prática, acabam se revelando ao final como afinados com as necessidades dos que mandam no jogo e batem palmas na hora do resultado. A simples lógica sugere um toque de ceticismo diante da repetição desse padrão. A História devia elevá-lo um ponto mais acima.

Na verdade, nem precisamos procurar tão longe.

Organização Mundial de Comércio, um Fórum Inadequado

No mesmo dia em que a primeira página do *New York Times* anunciou a vitória dos valores americanos na OMC, os editores advertiam a União Europeia para não pedirem à OMC que apreciasse a acusação de que os Estados Unidos estão violando os acordos de livre comércio. Diretamente em questão está a Lei Helms-Burton, que “obriga os Estados Unidos a impor sanções contra empresas estrangeiras que fazem negócios com Cuba”. As sanções “negam na prática a essas firmas o direito de exportar para os EUA e fazer negócios dentro dele, mesmo que seus produtos e atividades não tenham nada a ver com Cuba” (Peter Morici, ex-diretor econômico da Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos). Não é uma penalidade leve, mesmo sem contar as ameaças mais diretas contra indivíduos e empresas que não respeitam a linha traçada unilateralmente por Washington. Os editores veem a Lei Helms-Burton como uma “tentativa equivocada do Congresso de impor aos outros a sua política”; Morici se opõe a ela porque “está acarretando muito mais custos do que benefícios” para os Estados Unidos. Mais amplamente em questão está o próprio embargo, “o estrangulamento econômico de Cuba pelos EUA”, chamado pelos editores de “anacronismo da guerra-fria”, que seria melhor abandonar porque está se tomando nocivo aos interesses comerciais norte-americanos.

Mas questões maiores sobre o certo e o errado não aparecem, e todo o problema é “essencialmente uma controvérsia política”, enfatiza o Times, não tocando nas “obrigações [de Washington] para com o livre comércio”. Como muitos outros, os editores aparentemente presumem que, se a Europa insistir, a OMC mais provavelmente decidirá contra os Estados Unidos. Consequentemente, a OMC não é um fórum apropriado.

A lógica é simples e típica. Dez anos antes, pelos mesmos motivos, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) foi considerada um fórum inapropriado para julgar as acusações da Nicarágua contra Washington. Os Estados Unidos rejeitaram a jurisdição da Corte, e quando ela condenou os EUA por “uso ilegal de força”, ordenando que Washington cessasse o terrorismo internacional, a violação de tratados e a guerra econômica ilegal e pagasse reparações substanciais, o Congresso de maioria democrata reagiu imediatamente com uma escalada de crimes, enquanto a Corte Internacional era denunciada sem rodeios, por toda

parte, como um “fórum hostil” que perdera a credibilidade ao pronunciar-se contra os Estados Unidos. A sentença da Corte praticamente não foi mencionada, incluindo as palavras apenas citadas e o parecer explícito de que a ajuda americana aos contras era “militar” e não “humanitária”. Assim como a orientação das forças terroristas, a ajuda continuou até que os Estados Unidos tivessem finalmente imposto a sua vontade, sempre chamada de “apoio humanitário”. A história pública segue as mesmas convenções.

Em seguida, os Estados Unidos vetaram uma resolução do Conselho de Segurança da ONU que exortava todos os países membros a observar as leis internacionais (escassamente reportadas) e votaram sozinhos (com a companhia de Israel e El Salvador) contra uma resolução da Assembleia Geral que exigia “total e imediata obediência” às decisões da Corte – ignorada pela grande imprensa, o que veio a se repetir no ano seguinte, dessa vez tendo apenas Israel como aliado. O caso todo serve como exemplo típico de como os Estados Unidos usaram a ONU como um “fórum” para impor os seus próprios valores. *(Veja a citação da abertura.)*

Voltando ao atual caso da OMC, em novembro de 1996, Washington (com Israel e Uzbequistão) votou só contra uma resolução da Assembleia Geral, apoiada por toda a União Europeia (UE), que exortava os EUA a pôr fim ao embargo contra Cuba. A Organização dos Estados Americanos (OEA) já votara unanimemente contra a Lei Helms-Burton e solicitara à sua instância judicial (o Comitê Judicial Interamericano) para julgar a sua legalidade. Em agosto de 1996, o Comitê decidiu por unanimidade que a lei violava a legislação internacional. Um ano antes, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA havia condenado as restrições dos Estados Unidos ao envio de alimentos e remédios a Cuba, como violação das leis internacionais. A resposta do governo Clinton foi que o envio de remédios não está literalmente proibido, apenas impedido por condições tão onerosas e ameaçadoras que mesmo as maiores empresas norte-americanas e estrangeiras não se dispõem a desafiá-las (vultosas penalidades financeiras e detenção por aquilo que Washington caracteriza como violação da “justa distribuição”, interdição de navios e aviões, mobilização de campanhas de imprensa etc.) E, ao mesmo tempo que o envio de alimentos está de fato proibido, o governo argumenta que existe “uma ampla oferta” em outras partes do mundo (a custos muito mais elevados), de modo que a violação direta da lei internacional não é uma violação.

Quando a questão foi levada a OMC pela União Europeia, os Estados Unidos rejeitaram os procedimentos baseados no modelo da Corte Internacional de

Justiça, encerrando na prática a questão.

Em resumo, o mundo que os Estados Unidos buscaram “criar à sua imagem e semelhança”, por meio das instituições internacionais, está baseado no princípio da lei do mais forte. E a “paixão norte-americana pelo livre mercado” implica que o governo dos Estados Unidos pode violar os acordos de comércio sempre que julgar necessário. Nenhum problema surge quando as comunicações, os bancos e a oferta de alimentos passam ao controle de empresas estrangeiras (principalmente norte-americanas). O problema é outro, porém, quando os acordos comerciais e as leis internacionais atrapalham os projetos dos poderosos mais uma vez, em conformidade com as claras lições da História.

Aprendemos outras coisas mais quando investigamos as razões pelas quais os Estados Unidos rejeitam os acordos comerciais e as leis internacionais. No caso da Nicarágua, o assessor jurídico do Departamento de Estado, Abraham Sofaer, explicou que, quando os Estados Unidos aceitaram a jurisdição da Corte Internacional nos anos 1940, a maioria dos países-membros das Nações Unidas estava “alinhada com os EUA e compartilhava os seus pontos de vista a respeito da ordem mundial”. Mas, agora, “muitos deles já não compartilham a nossa visão a respeito da concepção constitutiva original da Carta das Nações Unidas”, e “esta mesma maioria frequentemente se opõe aos Estados Unidos em importantes questões internacionais”. É compreensível, portanto, que os Estados Unidos, desde 1960, sejam os campeões de vetos às resoluções das Nações Unidas em uma ampla gama de questões, que incluem a legislação internacional, os direitos humanos, a proteção ambiental e assim por diante, precisamente o oposto da versão típica, repetida no parágrafo de abertura. Os Estados Unidos avançaram um ponto mais na liderança dos vetos pouco depois da publicação das explanações de Abraham Sofaer, sufragando o seu 71º veto desde 1967. Quando a questão (os assentamentos israelenses em Jerusalém) foi levada à Assembleia Geral, os Estados Unidos e Israel ficaram isolados; também o padrão conhecido.

Tirando as conclusões naturais sobre a inconfiabilidade do mundo, Sofaer prosseguiu explicando que devemos agora “reservar-nos o poder de determinar se a Corte tem jurisdição sobre nós em um determinado caso”. O princípio há muito existente, a ser agora imposto a um mundo que já não é obediente o bastante, é que “os Estados Unidos não aceitam jurisdição compulsória sobre nenhuma disputa que envolva assuntos essencialmente pertinentes à sua jurisdição interna, tal qual eles mesmos definiram”. ‘Os “assuntos internos” em questão eram o ataque norte-americano contra a Nicarágua.

O princípio operativo básico foi elegantemente apresentado pela nova Secretária de Estado, Madeleine Albright, quando discursou no Conselho de Segurança da ONU sobre a relutância deste em aceitar as exigências norte-americanas a respeito do Iraque: os Estados Unidos “se comportarão multilateralmente quando puderem e unilateralmente quando precisarem”, ignorando todas as restrições externas numa área considerada “vital para os interesses nacionais norte-americanos” – tal como definidos pelos Estados Unidos) A ONU é um fórum apropriado quando se pode “contar com os seus membros” para compartilhar os pontos de vista de Washington, mas não quando a maioria “se opõe aos Estados Unidos em importantes questões internacionais”. As leis internacionais, como a democracia, são coisas ótimas – a julgar pelo resultado, não pelo processo, da mesma forma que o livre comércio.

A posição atual dos Estados Unidos na questão da OMC não contém, portanto, nenhuma novidade. Washington declarou que a OMC “não tem competência para atuar” numa questão que envolve a segurança nacional norte-americana; devemos compreender que é a nossa existência que está em jogo quando se trata do estrangulamento da economia cubana. Uma decisão da OMC contra os Estados Unidos *in absentia* não significa nada e nem é motivo de preocupação, disse um porta-voz do governo Clinton, porque “não acreditamos que qualquer coisa que a OMC diga ou faça possa obrigar os Estados Unidos a mudar as suas leis”. Lembremo-nos de que o grande mérito do acordo da OMC sobre as telecomunicações foi que esse “novo instrumento de política externa” obriga os outros países a mudar suas leis e suas práticas de acordo com as nossas demandas.

O princípio é o de que os Estados Unidos estão livres da intromissão da Organização Mundial de Comércio em suas leis, da mesma forma como estão livres para violar as leis internacionais ao seu bel-prazer; exclusivamente, embora tal privilégio possa ser estendido a Estados clientes quando as circunstâncias assim o exigirem. Os princípios fundamentais da ordem mundial, mais uma vez, ressoam alto e claro.

Os primeiros acordos do GATT permitiam exceções de segurança nacional, graças às quais Washington justificou o seu embargo a Cuba como “medidas tomadas em nome dos interesses vitais da segurança dos Estados Unidos”. O acordo da OMC também permite que um país-membro tome “qualquer atitude que considerar necessária para a proteção dos interesses vitais da sua segurança”, mas apenas em relação a três áreas específicas: materiais físséis, tráfico de armas e ações “executadas em tempo de guerra ou outra situação de emergência nas

relações internacionais”. Talvez por não querer ficar oficialmente relacionado a um tal absurdo, o governo Clinton deixou de invocar formalmente a sua “isenção de segurança nacional”, embora deixasse claro que a questão era de “segurança nacional”.

No momento em que escrevo, a União Europeia e os Estados Unidos estão tentando chegar a um acordo antes de 14 de abril, quando começam as audiências da OMC. Enquanto isso, o *Wall Street Journal* informa que Washington “diz que não vai cooperar com as instâncias da OMC, dizendo que ela não tem jurisdição sobre assuntos de segurança nacional”.

Pensamentos Indecentes

Não se espera de pessoas educadas que se lembrem da reação que houve quando Kennedy tentou organizar uma ação coletiva contra Cuba em 1961: o México não pôde acompanhar, explicou um diplomata, porque, “se declararmos publicamente que Cuba é uma ameaça à nossa segurança, quarenta milhões de mexicanos morrerão de rir”, Nós, aqui nos Estados Unidos, temos uma visão mais circunspecta do que seja uma ameaça à segurança nacional.

Também não há registro de ninguém que tenha morrido de rir quando o porta-voz do governo Stuart Eizenstat, justificando a rejeição norte-americana aos acordos da OMC, disse que a “Europa está desafiando ‘três décadas de uma política EUA-Cuba que vem desde o governo Kennedy’, cujo único propósito é forçar uma mudança de governo em Havana”. Uma reação circunspecta é absolutamente adequado ao suposto de que os Estados Unidos têm todo o direito de derrubar um outro governo; nesse caso, por meio da agressão, do terror em larga escala e do estrangulamento econômico. Esse suposto continua de pé e aparentemente incontestado, mas a declaração de Eizenstat foi criticada sobre uma base mais rigorosa pelo historiador Arthur Schlesinger. Escrevendo como “pessoa envolvida na política do governo Kennedy para Cuba”, assinalou que o Subsecretário de Comércio Eizenstat estava equivocado a respeito da política do governo Kennedy, cuja preocupação eram os “problemas criados por Cuba no hemisfério” e a “conexão soviética”. Esses problemas, porém, há muito foram superados, de modo que a política de Clinton é anacrônica apesar de parecer, por outro lado, inquestionável.

Schlesinger não explicou o significado das expressões problemas criados por Cuba no hemisfério e conexão soviética, mas o fez em outro lugar, em segredo. Ao relatar ao presidente recém eleito as conclusões de uma Missão Latino-Americana de princípios de 1961, Schlesinger explicou mais detalhadamente a questão dos “problemas criados” por Fidel Castro, qual seja, a “disseminação da idéia castrista de resolver as coisas à sua própria maneira”, um sério problema, acrescentou pouco depois, quando “a distribuição de terra e de outras formas de riqueza nacional favorece enormemente as classes possuidoras..., [e] os pobres e desprivilegiados, estimulados pelo exemplo da revolução cubana, exigem oportunidades de vida decente”. Schlesinger explicou também a ameaça da “conexão soviética”: “Enquanto isso, a União Soviética vai nas asas de Cuba, acenando com vultosos empréstimos para o desenvolvimento e se apresentando

como modelo para a conquista da modernização em uma única geração”. Essa forma de perceber a “conexão soviética” foi mais ampla em Washington e Londres, desde origens da guerra fria em 1917 até os anos 1960, quando se encerram os principais registros documentais disponíveis.

Schlesinger também recomendou ao novo presidente “uma certa dose de ambição passadista” acerca dos “altos ideais da cultura e do espírito” que “emocionará o público ao sul da fronteira, onde os estudos meta-históricos são admirados de maneira desordenada”. Enquanto isso, cuidaremos das questões realmente sérias. Só para mostrar como as coisas mudam, Schlesinger também criticou realisticamente a “nefasta influência do Fundo Monetário Internacional”, que então perseguia a versão dos anos 1950 daquilo que hoje é conhecido como o *Consenso de Washington* (“ajuste estrutural”, “neoliberalismo”).

Com essas explicações (secretas) sobre os “problemas criados por Castro no hemisfério” e a respeito da “conexão soviética”, chegamos um pouco mais perto de compreender a realidade da guerra fria. Mas esse é um outro tema.

Os criadores de problemas têm se revelado um problema não menos grave mais além do hemisfério, pois continuam a espalhar ideias perigosas entre pessoas que “agora querem ter a oportunidades de vida decente”. Em fins de fevereiro de 1996, enquanto os EUA viviam uma grande comoção com a derrubada, por Cuba, de dois aviões de um grupo anticastista baseado na Flórida que vinha invadindo regularmente seu espaço aéreo, lançando sobre Havana panfletos conclamando o povo à rebelião (e também participando dos continuados ataques terroristas contra Cuba, de acordo com fontes cubanas), os serviços telegráficos divulgavam outras coisas. A *Associated Press* noticiou que, na África do Sul “uma multidão exultante recebeu, cantando, os médicos cubanos” que acabaram de chegar, a convite do governo de Nelson Mandela, “para apoiar a assistência médica em áreas rurais mais pobres. “Cuba tem 57 mil médicos para os seus 11 milhões de habitantes, enquanto a África do Sul tem apenas 25 mil para 40 milhões”. O grupo de 101 médicos cubanos incluía alguns grandes especialistas que, se fossem sul-africanos, “estariam muito provavelmente clinicando em Johannesburg ou na Cidade do Cabo” pelo dobro do salário que receberão nas áreas rurais aonde se dirigem. “Desde que começou o programa de assistência médica a outros países, na Argélia, em 1963, Cuba enviou 51.820 médicos, dentistas, enfermeiras e outros especialistas” às “nações mais pobres do Terceiro Mundo”, proporcionando “ajuda médica inteiramente gratuita” na maioria dos casos. Um mês depois de terem sido saudados na África

do Sul, os especialistas médicos cubanos foram convidados a ir ao Haiti para estudar um surto de meningite.

Um dos mais importantes jornais da Alemanha Ocidental relatou, em 1988, que os países do Terceiro Mundo veem Cuba como uma “superpotência internacional” por causa dos professores, trabalhadores da construção civil, médicos e outros profissionais envolvidos no “serviço de ajuda internacional”. Em 1985, 16 mil cubanos trabalharam em países do Terceiro Mundo, o dobro do contingente total de especialistas norte-americanos do Peace Corps e AID. Em 1988, Cuba tinha “mais médicos trabalhando no exterior do que qualquer nação industrializada e mais do que a própria Organização Mundial de Saúde”. A maior parte dessa assistência é feita sem nenhuma compensação, e os “emissários internacionais” de Cuba são “homens e mulheres que vivem em condições que a maioria dos trabalhadores de ajuda ao desenvolvimento não aceitaria”, o que constitui “a base do seu sucesso”. Para os cubanos, prossegue o relatório, “o serviço internacional” é considerado “um sinal de maturidade política”, ensinado nas escolas como a “virtude suprema”. A calorosa recepção oferecida por uma delegação da ANC na África do Sul, em 1996, e a multidão entoando o refrão Viva Cuba confirmam esse fenômeno.

Falando nisso, vale a pena perguntarmos como reagiriam os Estados Unidos se aviões líbios sobrevoassem Nova York e Washington e jogassem panfletos conclamando os americanos à revolta, depois de anos de ataques terroristas contra alvos norte-americanos em solo nacional e no exterior. Será que os receberiam com flores, talvez? Uma pista foi dada por Barrie Dunsmore, da ABC, algumas semanas antes da derrubada dos dois aviões, citando Walter Porges, ex-vice-presidente de novas práticas da ABC News. Porges informa que quando os repórteres da ABC tentaram fotografar, num avião civil, a Sexta Frota Americana no Mediterrâneo, “foram instados a se afastar imediatamente, pois do contrário seriam derrubados”, o que “teria sido um ato legal desde o ponto de vista da Lei Internacional que define o espaço aéreo militar”, Mas um pequeno país atacado por uma superpotência é diferente.

Seria útil, uma vez mais, um olhar sobre a história. A política de desestabilização do governo de Cuba não remonta ao governo Kennedy, conforme afirmou Eizenstat, mas ao seu antecessor: a decisão formal de derrubar Fidel Castro em favor de um regime “mais devotado aos verdadeiros interesses do povo cubano e mais aceitável aos Estados Unidos” foi tomada secretamente em 1960, com o adendo de que a operação devia ser executada “de modo que não tivesse nenhuma aparência de intervenção norte-americana”, devido às

reações previsíveis na América Latina e à necessidade de aliviar o ônus dos promotores de doutrina dentro do país. Nessa época, a “conexão soviética” e os “problemas criados por Cuba no hemisfério” nada significavam, exceto na versão de Schlesinger. O governo Kennedy também admitiu que seus esforços violavam as leis internacionais e as Cartas das Nações Unidas e da OEA, mas esses temas foram descartados sem discussão, conforme revelam os arquivos que agora vieram a público.

Uma vez que Washington é o árbitro dos “verdadeiros interesses do povo cubano”, os planejadores do governo norte-americano acharam desnecessário atentar para os estudos de opinião pública que davam conta do apoio popular a Fidel Castro e do otimismo do povo em relação ao futuro. Por razões similares, as informações atuais sobre essas questões também não merecem atenção. O governo Clinton serve aos verdadeiros interesses do povo cubano, impondo-lhes fome e miséria, independentemente do que possam indicar os estudos sobre a opinião pública cubana. Por exemplo, pesquisas de opinião pública divulgadas, em dezembro de 1994, por uma empresa associada ao grupo Gallup, revelaram que a metade da população considera que o embargo é “a principal causa dos problemas de Cuba”, enquanto três por cento acha que a situação política é “o mais sério problema com que Cuba se defronta na atualidade”; que 77 por cento considera os Estados Unidos o “pior amigo” de Cuba (nenhum outro país atingiu três por cento); que, na proporção de dois para um, a população acha que a revolução teve mais conquistas do que fracassos, sendo que o “principal fracasso” foi a revolução “ter dependido de países socialistas que nos traíram, como a Rússia”; e que a metade da população descreve a si mesma como “revolucionária” e outros 20 por cento como “comunista” ou “socialista”.

Certas ou erradas, as conclusões sobre as atitudes públicas são irrelevantes; outra vez um padrão conhecido, em casa também. Os aficionados da História talvez se lembrem de que essa política remonta, na verdade, aos anos 1820, quando a intenção norte-americana de assumir o controle de Cuba foi inibida pela dissuasão britânica. Cuba era vista pelo Secretário de Estado John Quincy Adams como “um objeto de transcendental importância para os interesses políticos e comerciais de nosso país”, mas recomendava paciência: com o tempo, previa, Cuba cairá nas mãos dos Estados Unidos, “pela força da... gravidade política”, uma “fruta madura” para ser colhida. E assim foi, quando as relações de poder mudaram o suficiente para permitir que os Estados Unidos libertassem a ilha (do seu povo) no final do século 19, transformando-a numa colônia agrícola norte-americana, paraíso dos sindicatos do crime e dos turistas.

A profundidade histórica do compromisso de dominar Cuba talvez explique o elemento de histeria tão visível na execução do empreendimento, por exemplo, a atmosfera “quase selvagem” da primeira reunião do gabinete depois da fracassada invasão da Baía dos Porcos, descrita por Chester Bowles, e a exigência quase histórica de um programa de ação”, estado de espírito que se refletiu nas declarações públicas do presidente Kennedy de que a falta de ação acarretaria “o risco de sermos varridos junto com os escombros da história”. As iniciativas de Clinton, públicas ou indiretas, revelam os mesmos traços de fanatismo vingativo, como nas ameaças e perseguições que asseguraram que “o número de empresas com licença oficial para vender [medicamentos] a Cuba caiu para menos de quatro por cento” dos níveis anteriores ao *Cuban Democracy Act* (CAD), de outubro de 1992, ao passo que “no mundo inteiro, só umas poucas empresas do setor tentaram desafiar as normas” e sanções dos EUA, segundo um artigo de importante publicação médica britânica.

Esse tipo de considerações nos transporta do plano abstrato das leis internacionais e acordos solenes para a realidade da vida humana. Os advogados talvez possam discutir se o embargo de alimentos e (na prática) remédios viola os acordos internacionais, afirmando que “alimentos não devem ser usados como instrumento de pressão política e econômica” (Declaração de Roma, 1996) e outros princípios e compromissos expressos. Mas as vítimas têm de conviver com o fato de que o CDA “causou uma grave redução do comércio de suprimentos médicos e doações legítimas de alimentos em prejuízo do povo cubano” (Cameron). Um estudo recém-divulgado da Associação Americana para a Saúde Mundial (AAWH) conclui que o embargo causou graves déficits nutricionais, deterioração da oferta de água potável e agudo declínio da disponibilidade de remédios e informações médicas, levando à diminuição da taxa de natalidade, a surtos de doenças neurológicas e afins, com dezenas de milhares de vítimas, além de outras graves Consequências à saúde. “Os padrões de saúde e nutrição foram devastados pelo recente aperto do embargo americano que já dura 37 anos e que inclui a importação de alimentos”, escreve Victoria Brittain na imprensa britânica, reportando-se ao estudo de um ano de duração da AAWH, feito por especialistas norte-americanos, que revelou “crianças hospitalizadas sofrendo por falta de medicamentos essenciais que lhes são negados” e médicos obrigados “a trabalhar com equipamentos médicos em nível de eficiência abaixo de 50 por cento por falta de peças de reposição”. Às mesmas conclusões chegaram os autores de outros estudos publicados em revistas médicas especializadas. Esses são os verdadeiros crimes, muito mais do que a violação casual e reflexa de instrumentos legais usados como armas contra

inimigos oficiais, com o cinismo que só os verdadeiramente poderosos podem exhibir.

Para não faltarmos com a verdade, devemos acrescentar que o sofrimento causado pelo embargo é às vezes informado aqui também. Uma reportagem da seção de negócios do *New York Times* ganhou o título *Explodem os Preços dos Charutos Cubanos: Agora o Embargo Dói de Verdade; Os Bons Charutos Estão Escasseando*. A reportagem fala das atribulações dos executivos de um “felpudo salão de fumantes” de Manhattan que se queixam “da enorme dificuldade de se encontrar, hoje em dia, um charuto cubano nos Estados Unidos” a não ser por “preços que seguram pela garganta os mais inveterados apreciadores”.

Enquanto o governo Clinton, explorando os privilégios dos poderosos, atribui as cruéis consequências de uma guerra econômica sem paralelo na história recente às políticas do regime do qual ele promete “libertar” o sofrido povo cubano, uma conclusão mais plausível parece dizer o contrário: o “estrangulamento econômico de Cuba pelos Estados Unidos” foi planejado, mantido e intensificado após a guerra fria pelas razões implícitas no relato de Arthur Schlesinger ao recém-empossado presidente Kennedy.

Como temia a Missão Latino-Americana de Kennedy, os êxitos dos programas de melhoria da saúde e do padrão de vida ajudaram a disseminar “a ideia castrista de resolver os problemas à sua própria maneira”, estimulando “os pobres e os desprivilegiados” da região mais desigual do mundo a “exigir oportunidades de vida decente”, com perigosos efeitos também em outros lugares. Registros documentais abundantes e irresistíveis, juntamente com ações consistentes baseadas em motivos absolutamente racionais, dão considerável credibilidade a essa apreciação. Para avaliar a afirmação de que essas políticas nascem de preocupações com os direitos humanos e a democracia, um breve olhar para esses registros é mais do que suficiente, pelo menos para quem que tem alguma pretensão à seriedade.

É impróprio, no entanto, pensar sobre, ou até mesmo lembrar, esses fatos quando celebramos o triunfo dos “valores americanos”. Tampouco devemos lembrar que Clinton, inspirado pela mesma paixão pelo livre comércio, “pressionou o México a firmar um acordo que acabará com a exportação de tomates baratos para os Estados Unidos”; um presente aos produtores da Flórida que custa ao México cerca de 800 milhões de dólares anuais e que viola tanto o NAFTA quanto os acordos da OMC (embora apenas “em espírito”, porque se tratou de um puro jogo de poder que não requeria nenhuma tarifa oficial). O governo explicou sua decisão sem rodeios: os tomates mexicanos são mais

baratos e preferidos pelos consumidores americanos. O livre mercado está funcionando, mas com o resultado errado. Ou talvez os tomates sejam também uma ameaça à segurança nacional.

É certo, tomates e telecomunicações têm muito pouco em comum. Quaisquer favores que Clinton deva aos produtores de tomate da Flórida nada significam comparados às exigências da indústria de telecomunicações, mesmo sem considerar aquilo que Thomas Ferguson descreve como “o mais bem guardado segredo das eleições de 1996”: o de que, “mais do que qualquer outro grupo específico foi o setor de telecomunicações que salvou Bill Clinton”, beneficiário de vultosas contribuições de campanha desse “setor espantosamente lucrativo”. A Lei das Telecomunicações de 1996 e o acordo da OMC são, em certo sentido, cartões de agradecimento, ainda que o resultado provavelmente não fosse muito diferente se um outro *mix* de liberalidades houvesse sido escolhido pelo mundo empresarial, na época vivendo o que *Business Week* acabara de qualificar como lucros “espetaculares”, uma nova “Festa-Surpresa para a América das sociedades anônimas”.

Destaques entre as verdades que não devem ser lembradas são algumas que já mencionamos: o balanço do “inflexível individualismo *reaganista*” e do “evangelho do livre mercado” apregoado (aos pobres e indefesos) enquanto o protecionismo se alçava a alturas sem precedentes e o governo despejava fundos públicos com singular generosidade nas indústrias de alta tecnologia. Aqui começamos a atingir a essência do problema. As razões do ceticismo para com a “paixão” que acabamos de analisar são bastante válidas, mas não são mais que uma nota de pé de página da verdadeira história: como foi que as empresas norte-americanas chegaram à situação de poder controlar os mercados internacionais, inspirando a atual celebração dos “valores americanos”.

Mas esta, também, é uma história mais longa, que nos diz muito sobre o mundo contemporâneo: a realidade social e econômica e os grilhões das ideologias e das doutrinas, incluindo aquelas construídas para infundir desesperança, resignação e desespero.

Publicado originalmente em 2. março de 1997.

Capítulo IV: Democracia de Mercado Numa Ordem Neoliberal Doutrina e Realidade

Pediram-me para falar sobre aspectos da liberdade acadêmica e humana, convite que oferece muitas opções. Vou me limitar às mais simples dentre elas.

Liberdade sem oportunidades é um presente diabólico, e a negação dessas oportunidades, um crime. A sorte dos mais vulneráveis nos dá uma clara medida da distância que separa o ponto onde nos encontramos de algo que pudéssemos chamar de “civilização”. Durante a minha fala, mil crianças morrerão de doenças facilmente preveníveis, e quase duas mil mulheres morrerão ou ficarão seriamente incapacitadas na gravidez ou no parto por falta de cuidados e medicamentos básicos. A UNICEF estima que, para superar essa tragédia e assegurar o acesso de todos aos serviços sociais básicos, seria necessário nada mais que a quarta parte dos gastos militares anuais dos países “em desenvolvimento”, cerca de 10 por cento dos gastos militares norte-americanos. É sobre o pano de fundo dessa realidade que qualquer discussão séria sobre a liberdade humana deve ser levada a cabo.

Proclama-se aos quatro ventos que a cura para tão profundos males sociais está quase ao nosso alcance. Essa esperança não deixa de ter fundamento. Os últimos anos testemunharam a queda de tiranias brutais, o desenvolvimento de conhecimentos científicos que nos abrem grandes perspectivas e muitas outras razões para anteciparmos um futuro brilhante. O discurso dos privilegiados é marcado pela confiança e pelo triunfalismo: o caminho à frente é conhecido e não há outro. O tema básico, articulado com força e clareza, é o de que “a vitória norte-americana na guerra fria foi à vitória de um conjunto de princípios políticos e econômicos: a democracia e o livre mercado”. Esses princípios são “a onda do futuro – um futuro do qual os Estados Unidos são, ao mesmo tempo, os guardiões e o modelo”. Estou citando o mais importante comentarista político do New York Times, mas o quadro é trivial, repetido exaustivamente em quase todo o mundo e geralmente aceito como preciso até mesmo pelos seus críticos. Ele foi também enunciado como a “Doutrina Clinton”, que declarou que a nossa nova missão era a de “consolidar a vitória da democracia e dos mercados abertos” que vinha de ser conquistada.

Resta, porém, um espectro de desacordos: num extremo, “idealistas

wilsonianos” pedem dedicação contínua à missão beneficente tradicional e, no outro, “realistas” rebatem dizendo que talvez não tenhamos os meios necessários para conduzir tais cruzadas de “meliorismo global” e que não deveríamos relegar os nossos próprios interesses em favor dos outros. Em algum lugar desse espectro estaria o caminho para um mundo melhor.

A mim, a realidade parece bem diferente. O atual leque de políticas públicas em discussão tem tão pouca relevância programática quanto seus numerosos antecedentes: nem os Estados Unidos nem qualquer outro poder orientaram-se pelo “meliorismo global”. A democracia está sendo atacada no mundo inteiro, até mesmo nos principais países industrializados; pelo menos a democracia no sentido significativo da palavra, que supõe oportunidades para as pessoas tratarem de seus próprios assuntos coletivos e individuais. Algo similar vale para os mercados. Os ataques à democracia e aos mercados estão profundamente relacionados. Suas raízes estão fincadas no poder de entidades empresariais cada vez mais interconectadas, cada vez mais dependentes de estados poderosos e menos controláveis pelo público. O imenso poder dessas entidades vem crescendo como resultado de uma política social que está globalizando o modelo estrutural do Terceiro Mundo, com setores incrivelmente ricos e privilegiados lado a lado com o aumento “da parcela dos que irão labutar sob as agruras da vida e alimentar secretas aspirações de uma distribuição mais igualitária de suas bênçãos”, como previu James Madison, o principal estruturador da democracia norte-americana, há dois séculos. Essas opções políticas são absolutamente evidentes nas sociedades anglo-americanas, mas se estendem por todo o mundo. Elas não podem ser atribuídas àquilo que o “livre mercado decidiu em sua infinita e misteriosa sabedoria”, ao “ímpeto implacável da ‘revolução do mercado’”, ao “inflexível individualismo da era Reagan”, nem à “nova ortodoxia” que “dá rédea solta ao mercado”. Ao contrário, a intervenção estatal, desempenha um papel decisivo, como no passado, e os contornos básicos dessas políticas dificilmente podem ser vistos como novidade. As versões atuais refletem a “clara subjugação do trabalho pelo capital” durante mais de quinze anos, segundo a imprensa de negócios, que relata frequentemente, com precisão, as concepções de uma comunidade de negócios altamente consciente de sua condição e dedicada à guerra de classes.

Se essas ideias são válidas, então o caminho para um mundo mais justo e mais livre está muito afastado do campo delimitado pelo privilégio e pelo poder. Não pretendo aqui provar essa conclusão, mas apenas sugerir que ela é verossímil o bastante para ser analisada com atenção. E pretendo sugerir ainda que as doutrinas predominantes dificilmente sobreviveriam se não fosse por sua

contribuição para a “arregimentação da opinião pública, da mesma forma como um exército arregimenta seus soldados”, para citar novamente Edward Bernays, quando expôs ao mundo dos negócios as lições que haviam sido aprendidas com a propaganda do tempo de guerra.

De maneira surpreendente, nas duas democracias mais importantes do mundo havia uma crescente consciência da necessidade de se “aplicarem as lições” dos sistemas de propaganda altamente bem-sucedidos da 1ª Grande Guerra “à organização da guerra política”, como colocou a questão o líder do Partido Conservador britânico há setenta anos. Nos Estados Unidos, os liberais wilsonianos, dentre eles conhecidos intelectuais e notáveis figuras da ciência política então em desenvolvimento, chegaram às mesmas conclusões, na mesma época. No outro extremo da civilização ocidental, Adolf Hitler jurou que da próxima vez a Alemanha não seria derrotada na guerra de propaganda, e também concebeu seus próprios métodos para aplicar as lições da propaganda anglo-americana à guerra política interna.

Enquanto isso, o mundo dos negócios alertava para o “risco com que se defrontavam os industriais” no “recém-percebido poder político das massas” e para a necessidade de livrar e vencer “a perpétua batalha pelas mentes dos homens” e “doutrinar os cidadãos com a crônica do capitalismo” até que “eles sejam capazes de repeti-la com absoluta fidelidade”; e assim por diante, numa torrente impressionante, acompanhada por esforços ainda mais impressionantes.

Para descobrir o verdadeiro sentido dos “princípios políticos e econômicos” ditos “a onda do futuro”, é evidentemente necessário ir além dos floreios retóricos e pronunciamentos públicos e investigar a prática efetiva e os documentos internos. O exame cuidadoso de casos particulares é o caminho mais frutífero, mas eles devem ser escolhidos com muito cuidado, para que apresentem um quadro justo. Há algumas diretrizes naturais. Um método razoável é tomar os exemplos escolhidos pelos próprios proponentes das doutrinas, os seus casos mais fortes. Outro é investigar documentos em que é máxima a influência e mínima a interferência, de forma que possamos enxergar os princípios operativos em sua forma mais pura. Se queremos determinar o que o Kremlin entendia por “democracia” e “direitos humanos”, devemos dar pouca importância às solenes denúncias do Pravda sobre o racismo nos Estados Unidos e o terror estatal de seus regimes clientes, e muito menos aos reclamos de suas nobres motivações. Muito mais instrutivo é a realidade das “democracias populares” no Leste europeu. Essa é uma questão elementar que se aplica também ao auto-designado “guardião e modelo”. A América Latina é a área de

testes óbvia, especialmente a América Central e o Caribe. Aqui, Washington enfrentou poucos desafios externos durante quase um século, de modo que os princípios norteadores da sua política, assim como do atual “Consenso [neoliberal] de Washington”, se revelam de um modo claríssimo quando examinamos a situação da região e como se chegou a ela.

É de certo interesse o fato de que este tipo de exercício raramente é realizado e, quando proposto, seja acusado de extremista ou coisa pior. Deixo-o como um “exercício para o leitor”, apenas chamando a atenção para o fato de que esta história contém lições úteis sobre os princípios econômicos e políticos do que vem a ser a “onda do futuro”.

A dita “cruzada pela democracia” de Washington foi empreendida com particular fervor durante os anos Reagan, tendo sido escolhida a América Latina como campo de manobras. Seus resultados são usualmente apresentados como o principal exemplo de como os Estados Unidos vieram a se tomar a “inspiração para o triunfo da democracia em nosso tempo”, para citar os editores de uma das principais publicações teóricas do liberalismo norte-americano. O mais recente artigo acadêmico sobre a democracia descreve o “renascimento da democracia na América Latina” como “impressionante”, mas não isento de problemas; os “obstáculos à sua implementação” ainda são “formidáveis”, mas talvez possam ser superados por meio de uma maior integração com os Estados Unidos. O autor, Sanford Lakoff, assinala o “histórico Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) como um instrumento de democratização potencial. Nessa região de tradicional influência dos Estados Unidos, escreve, os países marcham em direção à democracia depois de terem “sobrevivido a intervenções militares” e “perversas guerras civis”.

Começemos examinando de perto os casos mais recentes, casos naturais dada a irresistível influência norte-americana, bem como aqueles comumente selecionados para ilustrar as conquistas e compromissos da “missão norte-americana”.

Lakoff sugere que os primeiros “obstáculos à implementação” da democracia são as tentativas de proteger os “mercados domésticos”, ou seja, de impedir que as empresas estrangeira (principalmente norte-americanas) adquiram um controle ainda maior sobre a sociedade. Devemos entender, portanto, que a democracia é fortalecida à medida que cresce a transferência das decisões significativas para as mãos de tiranias privadas não controláveis, a maioria delas sediada em países estrangeiros. Enquanto isso, a arena pública deve encolher ainda mais, dado que o Estado é “minimizado”, de acordo com os princípios

políticos e econômicos neoliberais triunfantes. Um estudo do Banco Mundial assinala que a nova ortodoxia representa “um dramático afastamento de um ideal político pluralista e participativo em favor de um ideal autoritário e tecnocrático”, que se aproxima bastante dos principais elementos do pensamento liberal e progressista do século 20, e nessa linha, do modelo leninista; os dois são mais parecidos do que se costuma admitir.

Refletindo sobre os antecedentes, obtemos algumas pistas úteis sobre os conceitos de democracia e mercados, no sentido prático.

Lakoff não examina o “renascimento da democracia” na América Latina, mas cita fontes especializadas, dentre as quais uma contribuição sobre a cruzada dos EUA nos anos 1980. O autor é Thomas Carothers, que combina conhecimento com a “perspectiva interna” de quem trabalhou em programas de “fortalecimento democrático” no Departamento de Estado durante o governo Reagan. Carothers vê como “sincero”, da parte de Washington, o “ímpeto de promover a democracia”, mas um fracasso em sua quase totalidade. E mais, um fracasso sistemático: nos lugares onde era menor a influência de Washington realizavam-se progressos reais em direção à democracia, aos quais o governo Reagan geralmente se opunha, embora reivindicasse para si o crédito do processo quando ele se mostrava irresistível. Onde era mais forte a influência de Washington, menores eram os progressos, e ali onde eles ocorriam, a influência norte-americana era marginal, senão negativa. Sua conclusão geral é a de que os Estados Unidos tentaram manter “a ordem básica de... sociedades completamente antidemocráticas” e evitar “mudanças de cunho popular”, buscando “inevitavelmente, de cima para baixo, somente formas limitadas de mudança democrática que não perturbassem as tradicionais estruturas de poder de que os Estados Unidos são aliados de longa data”.

Essa última condição merece um esclarecimento. O termo *Estados Unidos* é geralmente usado para se referir a estruturas de poder dentro dos Estados Unidos; o “interesse nacional” é o interesse desses grupos, que tem uma fraca correlação com os interesses da população em geral. Logo, a conclusão é que Washington buscou formas de democracia de cima para baixo que não perturbassem as tradicionais estruturas de poder de que os Estados Unidos são aliados de longa data. Não é um fato muito surpreendente, tampouco uma novidade histórica.

Dentro dos próprios Estados Unidos, a “democracia de cima para baixo” está firmemente enraizada no sistema constitucional. Poder-se-ia dizer, como alguns historiadores, que esses princípios perderam força à medida que o território

nacional foi conquistado e colonizado. Independentemente do julgamento que se faça desses anos, em fins do século 19 as doutrinas fundacionais assumiram uma forma nova e muito mais opressiva. Quando James Madison falava do “direito das pessoas”, queria dizer pessoas. Mas o crescimento da economia industrial e a ascensão das formas corporativas de empreendimento econômico trouxeram um significado completamente novo ao termo. Nos documentos oficiais de hoje em dia, “pessoa tem uma acepção abrangente, que inclui qualquer indivíduo, ramo, sociedade, grupo associado, associação, Estado, truste, sociedade anônima (organizada ou não sob as leis de um Estado qualquer) ou entidade governamental”, conceito que teria espantado Madison ou qualquer outro que tivesse raízes intelectuais fincadas no Iluminismo e no liberalismo clássico.

Essas mudanças radicais na concepção de direitos humanos e de democracia foram introduzidas, principalmente, não pela legislação mas por decisões judiciais e especulações intelectuais. As sociedades anônimas, antes consideradas entidades artificiais sem nenhum direito, acabaram recebendo todos os direitos de pessoas e muito mais ainda, dado que são “pessoas imortais”, “pessoas” de extraordinária riqueza e poder. Além disso, não estavam mais limitadas aos propósitos específicos designados em seus alvarás, mas podiam atuar como quisessem, com pouquíssimas limitações.

Os juristas conservadores se opuseram acirradamente a essas inovações, reconhecendo que atacavam a tradicional ideia de que os direitos são inerentes ao indivíduo e atacavam também os princípios do mercado. Mas as novas formas de poder autoritário foram institucionalizadas, e com elas a legitimação do trabalho assalariado, considerado pouco melhor do que a escravidão pelas principais correntes do pensamento norte-americano durante a maior parte do século 19, o que inclui o movimento operário ascendente, personalidades como Abraham Lincoln, o Partido Republicano e a imprensa do *establishment*.

Esses temas têm enormes implicações para o entendimento da natureza da democracia de mercado. Mais uma vez, limito-me aqui a mencioná-los. O seu resultado material e ideológico ajuda a explicar a ideia de que, no estrangeiro, a “democracia” tem de refletir o modelo que se quer em casa: formas de controle de cima para baixo, cabendo ao público somente o papel de espectador que não participa da arena onde são tomadas as decisões, lugar de onde essas “pessoas ignorantes e intrometidas, estranhas ao processo”, devem ser excluídas, de acordo com a corrente geral da teoria democrática moderna. Mas essas ideias gerais são típicas e têm sólidas raízes na tradição, embora tenham sido radicalmente modificadas na nova era das “entidades de direito coletivo”

Retomando à “vitória da democracia” sob a batuta dos Estados Unidos, nem Lakoff nem Carothers se perguntam como foi que Washington manteve a tradicional estrutura de poder de sociedades altamente antidemocráticas. Seus temas não são as guerras terroristas que deixaram para trás de si dezenas de milhares de cadáveres torturados e mutilados, milhões de refugiados e devastações irrecuperáveis – em larga medida, guerras contra a Igreja, que se tomou um inimigo ao adotar a “opção preferencial pelos pobres” na tentativa de ajudar o povo sofredor a obter um mínimo de justiça e direitos democráticos. É mais do que simbólico que a terrível década de 1980 tenha começado com o assassinato de um arcebispo que se tomara “uma voz para os que não têm voz” e terminado com o assassinato de seis importantes intelectuais jesuítas que haviam escolhido o mesmo caminho, em ambos os casos por forças terroristas armadas e treinadas pelos vencedores da “cruzada pela democracia”. Deve-se observar com bastante atenção o fato de que esses importantes dissidentes intelectuais da América Central foram duplamente assassinados: mortos e silenciados. Suas palavras, sua própria existência na verdade, são praticamente desconhecidas nos Estados Unidos, ao contrário dos dissidentes de Estados inimigos, merecedores de grande respeito e admiração.

Essas questões não entram para a história tal como narradas pelos vitoriosos. No estudo de Lakoff, que não é atípico a esse respeito, o que sobrevive são referências a “intervenções militares” e “guerras civis”, sem que se identifique nenhum fator externo. No entanto, essas questões não serão descartadas tão rapidamente por aqueles que buscam um melhor entendimento dos princípios que conformarão o futuro, caso as estruturas de poder realizem os seus intentos.

Especialmente reveladora é a descrição que Lakoff faz da Nicarágua, típica também: “Uma guerra civil terminou, seguiu-se a realização de eleições democráticas e hoje a população está empenhada na execução da difícil tarefa de criar uma sociedade mais próspera e autônoma”. No mundo real, a superpotência que atacava a Nicarágua intensificou os seus ataques depois que o país realizou as suas primeiras eleições democráticas. O pleito de 1984 foi acompanhado de perto e reconhecido como legítimo pela associação de intelectuais latino-americanos (LASA), por delegações parlamentares da Inglaterra, Irlanda e outros países, incluindo uma delegação do governo holandês notavelmente simpática às atrocidades do governo Reagan. José Figueres, da Costa Rica, a mais importante personalidade da democracia na América Central e também um observador crítico, considerou não obstante as eleições como legítimas, neste “país invadido”, apelando a Washington para que permitisse aos sandinistas “finalizar em paz o que começaram; eles o merecem”. Os Estados Unidos se

opuseram fortemente à realização das eleições e tentaram sabotá-las, temendo que a democracia pudesse atrapalhar a sua guerra terrorista. Mas tais preocupações se revelaram injustificadas graças ao bom comportamento do sistema doutrinal, que bloqueou com notável eficiência os relatos honestos, adotando como que por reflexo a linha de propaganda estatal de que as eleições eram uma fraude sem sentido.

Omitiu-se também o fato de que, ao se aproximarem às eleições seguintes, Washington deixou claro que, se os resultados não fossem os desejados pelos Estados Unidos, os nicaraguenses continuariam a sofrer a guerra econômica ilegal e o “uso ilegal da força” que a Corte Internacional condenara e cujo fim exigira em vão, naturalmente. Dessa vez, porém, o resultado foi aceitável, aclamado nos Estados Unidos com uma explosão de contentamento altamente instrutiva.

No limite da independência crítica, o colunista Anthony Lewis, do *New York Times*, foi tomado de admiração pela “experiência de paz e democracia” de Washington, que mostrou que “vivemos numa era romântica”. Os métodos experimentais não eram nenhum segredo. Assim, a revista *Time*, juntando-se à comemoração quando “a democracia irrompeu” na Nicarágua, resumiu-os francamente: “arrasar a economia e promover uma longa e mortífera guerra por procuração até que os nativos, movidos pela exaustão, resolvam derrubar eles próprios o governo indesejado”, com um custo “mínimo” para os Estados Unidos, deixando às vítimas “pontes destruídas, usinas sabotadas e fazendas arruinadas”, e proporcionando ao candidato de Washington uma “plataforma vencedora”, acabar com o “empobrecimento do povo da Nicarágua”, para não dizer o terror permanente, que é melhor não mencionar. É verdade, é difícil classificar como “mínimo” o custo dos nicaraguenses: Carothers observa que a conta “em termos *per capita* foi significativamente mais alta do que o número de americanos mortos na Guerra Civil e em todas as guerras do século 20 juntas”. O resultado foi *Uma Vitória do Jogo Limpo Americano*, exultava a manchete do *New York Times*, deixando os americanos “Unidos na Alegria”, bem ao estilo da Albânia e da Coreia do Norte.

Os métodos dessa “era romântica” e a reação a eles nos círculos esclarecidos nos dizem outras coisas mais sobre os princípios democráticos vitoriosos. Também lançam alguma luz sobre a razão por que é uma “difícil tarefa” criar uma sociedade mais próspera e autônoma na Nicarágua. É verdade que a execução da tarefa está em curso e com um certo sucesso para uma minoria privilegiada, enquanto a maioria da população enfrenta o desastre social e

econômico característico das possessões do Ocidente. Vale observar que é esse exemplo que leva os editores da *New Republic* a se autoproclamarem a “fonte de inspiração para o triunfo da democracia em nossa época”, juntando-se ao coro dos entusiastas.

Aprendemos ainda mais sobre os princípios vitoriosos ao lembrar que essas mesmas figuras representativas da vida intelectual-liberal haviam exigido que as guerras de Washington fossem impiedosas, com apoio militar aos fascistas à moda latina... independentemente da quantidade de mortos”, porque “há prioridades norte-americanas mais elevadas do que os direitos humanos salvadorenhos”. Desenvolvendo o tema, Michael Kinsley, editor do *New Republic*, que representava a esquerda na imprensa escrita e nos debates televisivos, alertava contra as críticas levianas à política oficial norte-americana de atacar alvos civis indefesos. Essas operações terroristas internacionais causam “enormes sofrimentos à população civil”, ele reconhecia, mas podem ser “perfeitamente legítimas” se “a análise custo-benefício” mostrar que “a quantidade de sangue e miséria invertidos” produz a “democracia”, tal como a definem os senhores do mundo. A opinião esclarecida insiste em que o terror não é um valor em si mesmo, mas deve ser apreciado pragmaticamente. Kinsley observou mais tarde que os fins pretendidos haviam sido alcançados: “O empobrecimento do povo da Nicarágua era exatamente a questão da guerra dos contras e da política paralela de embargo econômico e veto aos empréstimos internacionais para o desenvolvimento”, que “arrasar[am] a economia” e “criar[am] o desastre econômico [que] foi provavelmente a melhor plataforma eleitoral da oposição vitoriosa”. Kinsley depois se juntou aos que saudavam o “triunfo da democracia” nas “eleições livres” de 1990.

Os Estados clientes gozam de privilégios semelhantes. Comentando um novo ataque de Israel contra o Líbano, o editor internacional do Boston Globe, H.D.S. Greenway, que reportara vividamente a primeira grande invasão quinze anos antes, disse que “se o bombardeio de aldeias libanesas, mesmo ao custo de vidas humanas, e a expulsão de refugiados civis para o norte garantissem as fronteiras de Israel, enfraquecessem o Hezbollah e promovessem a paz, eu diria: vão em frente, como fariam também muitos árabes e israelenses. Mas a História não tem sido generosa para com as aventuras de Israel no Líbano. Elas resolveram muito pouco e quase sempre criaram ainda mais problemas”. Pelo critério pragmático, portanto, o assassinato de civis, a expulsão de centenas de milhares de refugiados e a devastação do sul do Líbano são uma proposta duvidosa.

Atentem para o fato de que estou me limitando ao setor dissidente da opinião

tolerável, aquilo que é chamado de “esquerda”, o que nos diz ainda mais sobre os princípios vitoriosos e sobre a cultura intelectual dentro da qual eles encontram seu lugar.

Também reveladora foi a reação às periódicas alegações do governo Reagan de que a Nicarágua tinha planos para obter caças soviéticos (uma vez que os Estados Unidos coagiram seus aliados a não vendê-los). Os falcões exigiram o imediato bombardeio da Nicarágua. As pombas rebateram dizendo que era preciso confirmar a veracidade das acusações, caso em que os Estados Unidos deveriam bombardear a Nicarágua. Os observadores lúcidos compreendiam o motivo de a Nicarágua estar querendo aviões de caça: para se proteger dos aviões da CIA, que sobrevoavam o país abastecendo as forças delegadas dos Estados Unidos e passando-lhes informações atualizadas que lhes permitiam seguir a orientação de atacar “alvos leves” desprotegidos. O suposto tácito é que nenhum país tem o direito de defender sua população civil contra os ataques norte-americanos, doutrina que reinou praticamente incontestada na grande imprensa.

O pretexto das guerras terroristas de Washington sempre foi à autodefesa, típica justificativa oficial para todo e qualquer ato monstruoso, incluindo o Holocausto nazista. De fato, Ronald Reagan, considerando “que a política e as ações do governo da Nicarágua constituem uma ameaça incomum e extraordinária à segurança nacional e à política externa dos Estados Unidos”, declarou “uma emergência nacional para lidar com tal ameaça”, sem ter sido por isso ridicularizado. Por uma lógica similar, a União Soviética tinha todo o direito de atacar a Dinamarca, uma ameaça muito maior à sua segurança, e certamente a Polônia e a Hungria quando estas deram passos em direção à independência. O fato de essas alegações poderem ser regularmente colocadas em circulação é, uma vez mais, uma interessante ilustração da cultura intelectual dos vitoriosos e outra indicação do que vem pela frente.

Passemos ao NAFTA, o acordo “histórico” que pode ajudar o avanço da democracia ao estilo norte-americano no México, sugere Lakoff. Um olhar mais atento é instrutivo, uma vez mais. O NAFTA passou “na marra” pelo Congresso, à revelia da intensa oposição popular, mas com o apoio esmagador do mundo dos negócios e da mídia que prometiam fantásticos benefícios para todos os envolvidos, também previstos pela Comissão de Comércio Exterior dos Estados Unidos e pelos principais economistas do país, equipados com os mais atualizados modelos (que foram absolutamente incapazes de prever as deletérias consequências do Tratado de Livre Comércio Estados Unidos-Canadá, mas que,

por alguma razão misteriosa, iriam funcionar no caso do NAFTA). Ignorou-se completamente a cuidadosa análise do *Office of Technology Assessment* (o birô de pesquisas do Congresso), que concluiu que a versão planejada do NAFTA prejudicaria a maioria da população da América do Norte e propôs alterações que poderiam torná-lo benéfico para um setor mais amplo do que o pequeno círculo de investidores e financistas. Ainda mais instrutiva foi a ocultação da posição oficial do movimento organizado dos trabalhadores dos Estados Unidos, apresentada numa análise similar. Ao mesmo tempo, o movimento foi duramente criticado por sua visão “retrógrada e obscurantista” e por sua “cruel tática de ameaças”, ambas motivadas pelo “medo da mudança e dos estrangeiros”; uma vez mais, utilizo apenas exemplos sacados à esquerda do leque político, nesse caso, Anthony Lewis. As acusações eram comprovadamente falsas, mas foram o único discurso que chegou ao grande público nesse inspirador exercício de democracia. Outros detalhes, ainda mais esclarecedores, foram analisados pela literatura dissidente da época e dos anos seguintes, mas mantidos longe dos olhos do público e com pouca probabilidade de entrar para a história oficial.

Hoje, as lendas sobre as maravilhas do NAFTA estão silenciosamente guardadas nas prateleiras, ao mesmo tempo que os fatos começam a aparecer. Não se ouve mais falar das centenas de milhares de novos empregos e de outros grandes benefícios prometidos aos povos dos três países. Essas boas novas foram substituídas pelo “ponto de vista econômico claramente positivo” – a “visão dos experts” – de que o NAFTA não teve nenhum efeito significativo. O *Wall Street Journal* relata que “os funcionários do governo sentem-se frustrados por sua incapacidade de convencer os eleitores de que tal ameaça não os prejudica” e de que a perda de postos de trabalho é “muito menor do que a prevista por Ross Perot”, cuja voz foi admitida nos debates principais (ao contrário da *Organic Trade Association* (OTA), do movimento dos trabalhadores, dos economistas desgarrados da Linha do Partido e, é claro, dos analistas dissidentes) por causa de suas afirmações muitas vezes extremadas, facilmente ridicularizáveis. Citando a triste observação de um funcionário do governo, o *Journal* informa ainda que “É difícil combater os críticos dizendo a verdade a de que o pacto comercial ‘não fez realmente nada’”. Esquecida é como “a verdade” estaria quando este potente exercício de democracia estivesse roncando com força total à frente.

Enquanto os *experts* rebaixam o NAFTA à condição de “sem nenhum efeito significativo”, despachando a anterior “opinião dos *experts*” para os porões da memória, um “ponto de vista econômico” menos que “claramente positivo” vem à tona quando o âmbito do “interesse nacional” se amplia para incluir a

população em geral. Depondo diante do Comitê de Bancos do Senado em fevereiro de 1997, o presidente do Banco Central, Alan Greenspan, mostrou-se bastante otimista a respeito da “expansão econômica sustentável” propiciada pela “contenção atípica do crescimento das remunerações [cuja] principal causa parece ser o aumento da insegurança do trabalhador” – óbvia aspiração de uma sociedade justa. O Relatório Econômico da Presidência de fevereiro de 1997, orgulhando-se das realizações do governo, refere-se, de um modo mais elíptico, às “mudanças em instituições e práticas do mercado de trabalho” como um fator explicativo da “significativa contenção salarial” que anima a saúde da economia.

Uma das razões dessas mudanças positivas está detalhadamente explicada num estudo encomendado pela Secretaria de Relações de Trabalho do NAFTA “sobre as repercussões do súbito fechamento das fábricas para o princípio de liberdade de associação e o direito de organização dos trabalhadores nos três países”. O estudo foi elaborado sob a égide do NAFTA, em resposta a uma reclamação dos trabalhadores das telecomunicações por práticas ilegais de trabalho por parte da Sprint. A reclamação fora aceita pelo Conselho Nacional das Relações de Trabalho, que determinou algumas penalidades triviais depois de anos de atraso, um procedimento típico. O estudo do NAFTA, de autoria da especialista em economia do trabalho Kate Bronfenbrenner, da Universidade de Cornell, teve a sua publicação autorizada no México e Canadá, mas nos Estados Unidos ela foi protelada pelo governo Clinton. O estudo revela um impacto significativo do NAFTA sobre a substituição de grevistas. Quase a metade de todas as iniciativas de organização sindical é rompida pelas ameaças dos empregadores de transferir a produção para o estrangeiro; por exemplo, colocando avisos “Empregos Transferidos para o México” na frente da fábrica onde exista um ímpeto organizador. Essas ameaças são para valer: quando o ímpeto organizador é não obstante bem-sucedido, os empregadores fecham totalmente a fábrica ou parcialmente pelo triplo do tempo de antes do NAFTA (cerca de 15 por cento). As ameaças de fechamento de fábricas são duas vezes mais frequentes nas indústrias mais móveis (por exemplo, manufatura versus construção).

Essas e outras práticas relatadas no estudo são ilegais, mas trata-se de uma técnica, tanto quanto as violações das leis internacionais e dos acordos comerciais quando os resultados não são considerados aceitáveis. O governo Reagan deixou claro para o mundo dos negócios que as suas atividades anti-sindicais ilegais não seriam tolhidas pelo Código Penal, e os seus sucessores mantiveram essa posição. Uma poderosa repercussão foi a destruição dos sindicatos – ou, em termos mais polidos, as “mudanças nas instituições e práticas

do mercado de trabalho”, que contribuem para a “significativa contenção salarial”, dentro de um modelo econômico apresentado com grande orgulho a um mundo retrógrado que ainda não compreendeu os princípios vitoriosos que hão de mostrar o caminho da liberdade e da justiça.

Aquilo que se disse fora da grande imprensa sobre os objetivos do NAFTA é também agora silenciosamente admitido: o verdadeiro objetivo era “amarrar o México” às “reformas” que o transformaram num “milagre econômico”, no sentido técnico do termo: um “milagre” para os investidores norte-americanos e os mexicanos ricos, enquanto a população afundava na miséria. O governo Clinton “esqueceu que o propósito subjacente ao NAFTA não era promover o comércio, mas consolidar as reformas econômicas do México”, declara com arrogância Marc Levinson, correspondente da *Newsweek*, que só deixou de acrescentar que o contrário foi proclamado aos quatro ventos para garantir a aprovação do NAFTA, ao mesmo tempo que os críticos que destacavam esse “propósito subjacente” eram em sua maioria excluídos do livre mercado de ideias pelos seus proprietários.

Talvez as prováveis razões sejam também admitidas algum dia. Pretendia-se que, uma vez o México “amarrado” a essas reformas, evitar-se-ia o perigo detectado por um seminário de Desenvolvimento Estratégico Latino-Americano, realizado em setembro de 1990, em Washington. O seminário concluiu que era correto manter relações com a brutal ditadura mexicana, apesar de um problema potencial: “uma ‘abertura democrática’ no México poderia pôr à prova essa relação especial por meio da eleição de um governo mais interessado em contestar os EUA em termos econômicos e nacionais” – o que já não é um grave problema, agora que o México está “amarrado às reformas” por um tratado. Os Estados Unidos têm o poder de ignorar ao seu bel-prazer as obrigações contraídas pelos tratados. O México, não.

Em resumo, a ameaça é a democracia nos Estados Unidos e no estrangeiro, como ilustra mais uma vez o exemplo escolhido. A democracia é admissível, e até bem-vinda, mas, outra vez, a julgar pelos resultados e não pelo processo. O NAFTA foi considerado um dispositivo eficaz para diminuir a ameaça democrática. Ele foi implementado nos Estados Unidos por meio da efetiva subversão do processo democrático, e no México por meio da força, a despeito de protestos públicos importantes, porém inúteis. Seus resultados são hoje apresentados como um promissor instrumento para levar a democracia à moda norte-americana aos incultos mexicanos. Ciente dos fatos, um observador cínico talvez concorde.

Mais uma vez, os exemplos escolhidos de triunfo da democracia são os naturais, além de interessantes e reveladores, embora não exatamente da maneira que se pretendia.

O anúncio da Doutrina Clinton veio acompanhado de um exemplo ilustrativo dos princípios vitoriosos que é digno de prêmio: as realizações do governo no Haiti. Uma vez que esse caso é apresentado como o mais forte, convém observá-lo de perto.

Sim, permitiu-se que o presidente eleito retomasse ao Haiti, mas somente depois de as organizações populares terem sido submetidas a três anos de terror por forças que mantinham íntimas conexões com Washington em todos os sentidos; o governo Clinton ainda se recusa a devolver ao Haiti 160 mil páginas de documentos sobre o terror de Estado apreendidos pelas forças militares norte-americanas – “para evitar revelações constrangedoras” sobre o envolvimento do governo dos Estados Unidos com os golpistas, de acordo com o Observatório de Direitos Humanos. Era também necessário submeter o presidente Aristide a um “curso intensivo de democracia e capitalismo”, como o seu principal apoiador em Washington descreveu o processo de civilização do padre criador de problemas.

Esse mecanismo não é desconhecido em outras partes, quando se trata de uma transição importuna para a democracia formal.

Como condição para o seu retomo, Aristide foi obrigado a aceitar um programa econômico que orienta a política do governo haitiano para as necessidades da “Sociedade Civil, em especial o setor privado, nacional e estrangeiro”: os investidores norte-americanos são designados o núcleo da sociedade civil haitiana, ao lado dos haitianos ricos que apoiaram o golpe militar, mas não os camponeses e favelados que organizaram uma sociedade civil tão vibrante e vivaz que conseguiu eleger o seu próprio presidente apesar da desvantagem esmagadora, provocando imediatamente a hostilidade e o empenho dos Estados Unidos em subverter o primeiro regime democrático do país.

No Haiti, a ação inaceitável de “pessoas ignorantes e intrometidas, estranhas ao processo” foi revertida pela violência, com a cumplicidade direta dos Estados Unidos, e não apenas por meio de contatos com os terroristas oficiais em exercício. A Organização dos Estados Americanos declarou um embargo. Os governos Bush e Clinton sabotaram-no desde o início, isentando as empresas americanas e autorizando secretamente a *Texaco Oil Company* a abastecer os golpistas e seus aliados ricos em violação às sanções oficiais, fato fundamental

que foi conspicuamente revelado um dia antes de as tropas americanas desembarcarem para “restaurar a democracia”, mas que ainda não chegou ao conhecimento do público e é outro improvável candidato a fazer parte da história oficial.

Agora a democracia foi restaurada. O novo governo foi obrigado a abandonar o programa de reformas democráticas que tanto escandalizou Washington e seguir a política do candidato de Washington nas eleições de 1990, que recebeu 14 por cento dos votos.

Os antecedentes deste triunfo nos permitem penetrar nos “princípios políticos e econômicos” que nos conduzirão a um futuro glorioso. O Haiti foi uma das mais ricas presas coloniais do mundo (ao lado de Bengala), fonte de boa parte da riqueza da França. O país tem vivido sob o controle e a tutela dos Estados Unidos desde que os fuzileiros navais de Wilson invadiram-no há oitenta anos. Hoje o Haiti vive uma tal catástrofe que dificilmente será habitável num futuro não muito distante. Em 1981, começou-se a implementar uma estratégia de desenvolvimento da USAID-Banco Mundial baseada nas fábricas montadoras e na agro-exportação, abandonando-se a produção agrícola para consumo local. A USAID previu “uma mudança histórica em favor de uma interdependência de mercado mais profunda com os Estados Unidos”, no que iria se tornar “a Taiwan do Caribe”. O Banco Mundial ajudou, oferecendo as receitas usuais de “expansão da iniciativa privada” e minimização dos “objetivos sociais”, aumentando desse modo a desigualdade e a pobreza e rebaixando os níveis de educação e saúde. Vale a pena assinalar que essas receitas usuais vinham acompanhadas de sermões sobre a necessidade de diminuir a desigualdade e a pobreza e de melhorar os índices de saúde e educação. No caso do Haiti, as consequências foram as já conhecidas: lucros para os fabricantes americanos e para os haitianos super-ricos e declínio dos salários haitianos em 56 por cento durante toda a década de 1980 – em suma, um “milagre econômico”. Mas o Haiti continuou sendo o Haiti, enquanto Taiwan seguiu um caminho radicalmente diferente, como os conselheiros devem saber perfeitamente.

Foi a tentativa do primeiro governo democrático do Haiti de aliviar o desastre crescente que despertou a hostilidade de Washington e provocou o golpe militar e o terror subsequente. Uma vez “restaurada a democracia”, a USAID está retendo a ajuda para pressionar pela privatização das fábricas de cimento e dos moinhos de trigo, em benefício dos haitianos ricos e dos investidores estrangeiros (a “Sociedade Civil” haitiana, segundo as instruções que acompanharam a restauração da democracia), ao mesmo tempo em que proíbe os

gastos em saúde e educação. A agroindústria recebe vultosos financiamentos, mas nenhum recurso é colocado à disposição da agricultura camponesa e da artesanaria, que garantem a renda da esmagadora maioria da população. Fábricas estrangeiras que empregam trabalhadores (mulheres, na maioria), com salários muito abaixo do nível de subsistência e sob horrendas condições de trabalho, beneficiam-se da energia barata subsidiada pelo generoso supervisor. Mas para os haitianos pobres – a população em geral – não pode haver subsídio à eletricidade, gasolina, água nem comida; eles estão proibidos pelo FMI sob a alegação principista de que constituem “controle de preço”.

Antes das “reformas” serem instituídas, a produção local de arroz supria praticamente todas as necessidades internas, com importantes conexões com a economia do país. Graças à “liberalização” unilateral, ela hoje provê apenas 50 por cento, com efeitos previsíveis sobre a economia. O Haiti tem de “reformular”, eliminando tarifas de acordo com os severos princípios da ciência econômica – que, por algum milagre da lógica, isenta a agroindústria norte-americana; esta segue recebendo imensos subsídios públicos, aumentados pelo governo Reagan a ponto de perfazer 40 por cento da receita bruta dos produtores em 1987. As consequências naturais são conhecidas: um relatório da USAID de 1995 observa que a “política de comércio e investimento voltada para a exportação” determinada por Washington “pressionará implacavelmente os rizicultores locais”, que serão obrigados a se voltar para a busca mais racional da agro-exportação em benefício dos investidores norte-americanos, de acordo com os princípios da teoria das expectativas racionais.

Graças a esses métodos, o país mais pobre do hemisfério foi transformado num dos mais importantes compradores do arroz produzido nos Estados Unidos, enriquecendo empresas norte-americanas beneficiadas por subsídios públicos. Quem teve a sorte de receber uma boa educação ocidental pode sem dúvida explicar que os benefícios irão se derramar sobre os camponeses e favelados haitianos – em última instância.

Esse exemplo digno de prêmio nos diz ainda mais sobre o significado e as implicações da vitória da “democracia e do livre mercado”.

Os haitianos parecem compreender a lição, ainda que os gerentes de doutrina do Ocidente prefiram ver a coisa de modo diverso. O pleito parlamentar de abril de 1997 teve um comparecimento de “magros cinco por cento” de eleitores, informou a imprensa, levantando desse modo a seguinte questão: “Teria o Haiti frustrado as esperanças dos Estados Unidos?” Sacrificamo-nos tanto para levar-lhes a democracia, mas eles se mostram mal-agraçados, indignos do nosso

esforço. Pode-se entender por que os “realistas” insistem para que nos mantenhamos afastados das cruzadas pelo “meliorismo global”.

Atitudes semelhantes persistem em todo o hemisfério. Pesquisas revelam que, na América Central, a política suscita “tédio”, “desconfiança” e “indiferença” em proporções que superam de longe o “interesse” e o “entusiasmo” de “um público apático... que se sente espectador de seu sistema democrático” e manifesta “um pessimismo geral com respeito ao futuro”. O primeiro levantamento de opinião patrocinado pelos Estados Unidos na América Latina encontrou as mesmas respostas: “A mensagem mais alarmante da pesquisa”, comentou o seu coordenador brasileiro, foi “a percepção popular de que somente a elite se beneficiou com a transição para a democracia”. Estudiosos latino-americanos observam que a recente onda de democratização coincidiu com as reformas econômicas neoliberais, que prejudicaram a maioria das pessoas, levando a uma apreciação cínica dos trâmites democráticos formais. A introdução de programas similares no país mais rico do mundo teve efeitos similares, como já discutido.

Retomemos à doutrina prevalecente de que “a vitória norte-americana na guerra fria” foi a vitória da democracia e do livre mercado. No que diz respeito à democracia, a doutrina é parcialmente verdadeira, embora precisemos compreender o que se entende por “democracia” nesse caso: controle de cima para baixo “para proteger a minoria opulenta da maioria”. E que dizer do livre mercado? Aqui, também, vemos que a doutrina está muito distante da realidade, como ilustra o exemplo do Haiti.

Vejamos uma vez mais o caso do NAFTA, acordo destinado a amarrar o México numa disciplina econômica que protege os investidores dos perigos de uma “abertura democrática”. Não é um “acordo de livre comércio”. Ao contrário, é um acordo fortemente protecionista, projetado para obstruir os competidores da Europa e do leste asiático. Além disso, ele compartilha com os acordos globais alguns princípios anti-mercado, restrições radicais aos “direitos de propriedade intelectual” jamais aceitas pelas sociedades ricas durante seus processos de desenvolvimento, mas que agora elas pretendem utilizar para proteger as empresas sediadas em seus países – para destruir a indústria farmacêutica dos países mais pobres, por exemplo – e, eventualmente, bloquear inovações tecnológicas, como os processos de produção aperfeiçoados para produtos já patenteados no sistema tradicional. Não se anseia mais pelo progresso do que pelo mercado, a menos que traga benefícios para os que contam.

Há também o problema da natureza do “comércio”. Diz-se que mais da metade do comércio dos Estados Unidos com o México consiste de transações intra-empresas, chegando a atingir cerca de 15 por cento do total desde a criação do NAFTA. Já há uma década, a maioria das fábricas de propriedade norte-americana instaladas no norte do México, empregando poucos trabalhadores e praticamente sem nenhuma ligação com a economia mexicana, produzia mais de 33 por cento dos blocos de motor utilizados nos automóveis americanos e 75 por cento dos demais componentes essenciais. O colapso pós-NAFTA da economia mexicana, em 1994, que isentou apenas os muito ricos e os investidores norte-americanos (protegidos pelas cauções do governo dos Estados Unidos), levou ao crescimento do comércio EUA-México enquanto a nova crise, empurrando a população para uma miséria ainda mais profunda, “transformou o México numa fonte barata [i.e., ainda mais barata] de bens manufaturados, com salários industriais dez vezes menores do que os dos Estados Unidos”, segundo informa a imprensa. De acordo com especialistas, metade do comércio mundial norte-americano consiste dessas transações centralmente administradas, o mesmo valendo para as demais potências industriais, embora devamos ser cautelosos ao tirar conclusões acerca de instituições com controle público tão limitado. Alguns economistas descreveram, de maneira bastante plausível, o sistema mundial como um “mercantilismo de corporações”, muito distante, portanto, do ideal do livre comércio. A OCDE concluiu que são a “competição oligopolística e a interação estratégica entre firmas e governos, e não a mão invisível das forças do mercado, que condicionam as atuais vantagens competitivas e a divisão internacional do trabalho nas indústrias de alta tecnologia”, adotando assim, implicitamente, uma visão similar.

Até mesmo a estrutura básica da economia nacional viola os aclamados princípios neoliberais. Nos trabalhos sobre a história dos negócios nos Estados Unidos, é comum considerar como tema principal o fato de que “as empresas modernas tomaram o lugar dos mecanismos de mercado na coordenação das atividades econômicas e na alocação de recursos”, sendo muitas transações manejadas internamente, o que constitui outro grande desvio dos princípios do mercado. Mas há outros. Consideremos, por exemplo, o destino do princípio smithiano de que a livre movimentação de pessoas – através das fronteiras, por exemplo – é um componente essencial do livre comércio. Quando nos transportamos para o mundo dos conglomerados transnacionais, com suas alianças estratégicas e o suporte essencial de Estados poderosos, o hiato entre doutrina e realidade toma-se evidente.

As declarações públicas devem ser analisadas à luz desses fatos, dentre os

quais a conclamação de Clinton por comércio, em vez de ajuda, para a África, e por medidas que beneficiam justamente os investidores norte-americanos, a retórica altissonante que procura evitar questões como a longa história desse tipo de política e o fato de que os Estados Unidos já possuíam o mais miserável programa de ajuda dentre todos os países desenvolvidos mesmo antes da grande inovação. Ou ainda, para tomar o exemplo óbvio, o perfil que Chester Crocker traçou dos planos do governo Reagan para a África, em 1981. “Nós defendemos as oportunidades para o livre mercado, o acesso aos recursos-chave e a expansão das economias africana e norte-americana”, ele disse, e queremos trazer os países africanos “para dentro da corrente geral da economia de livre mercado”. Essa declaração talvez pareça ultrapassar os limites do cinismo, vinda dos líderes do “assalto sustentado” contra a “economia de livre mercado”. Mas a descrição de Crocker é justa, quando a analisamos sob o prisma da doutrina do mercado realmente existente. As oportunidades para o mercado e o acesso aos recursos são para os investidores estrangeiros e seus sócios locais, e as economias devem se expandir de um modo específico, protegendo “a minoria de opulentos da maioria”. Os opulentos, enquanto isso, merecem proteção do Estado e subsídios públicos. De que outro modo poderiam eles prosperar em benefício de todos?

É claro que os Estados Unidos não estão sozinhos com suas concepções de “livre mercado”, mesmo que sejam os seus ideólogos quem geralmente puxa o coro dos cínicos. O fosso entre países ricos e pobres é creditável fundamentalmente, desde 1960, às medidas protecionistas dos ricos, concluiu em 1992 um relatório das Nações Unidas sobre o desenvolvimento. O relatório de 1994 disse que “os países industrializados, ao violarem os princípios do livre comércio, causam um custo aos países em desenvolvimento de cerca de 50 bilhões de dólares por ano – quase o mesmo valor do fluxo total de ajuda externa” –, grande parte da qual é constituída de estímulos à exportação com subsídios públicos. O *Relatório Global 1996* da Organização para o Desenvolvimento Industrial da ONU estima que a disparidade entre os 20 por cento mais ricos e os 20 por cento mais pobres da população mundial aumentou mais de 50 por cento de 1960 a 1989 e prevê “um aumento crescente da desigualdade social no mundo como resultado do processo de globalização”. Essa disparidade crescente se apresenta também nas sociedades ricas, sob a liderança dos Estados Unidos, seguidos não muito de longe pela Grã-Bretanha. A imprensa de negócios exulta com o crescimento “espetacular” e “espantoso” dos lucros, aplaudindo a extraordinária concentração de riqueza nas mãos da pequena percentagem situada no topo da pirâmide populacional, enquanto para a maioria as condições de vida continuam a estagnar e declinar.

As grandes empresas de comunicação, o governo Clinton e os chefes de torcida do Modelo Americano se oferecem orgulhosamente como modelo para o resto do mundo; abafados pelo coro da auto-aclamação estão os resultados da deliberada política social dos últimos anos, como, por exemplo, os “indicadores básicos” recentemente publicados pela UNICEF, que revelam que os Estados Unidos têm o pior índice dentre os países industrializados, ficando ao lado de Cuba – um pobre país do Terceiro Mundo há quase quarenta anos sob constantes ataques da grande superpotência do hemisfério – em termos de mortalidade infantil até cinco anos. Os Estados Unidos também batem recordes de fome, pobreza infantil e outros indicadores sociais básicos.

Tudo isso acontece no país mais rico do mundo, com vantagens sem paralelo e instituições democráticas estáveis, mas também, num grau incomum, submetido ao governo dos negócios. São augúrios para o futuro, em todo o mundo, se for mantido o “dramático afastamento dos ideais políticos pluralísticos e participativos em favor de um ideal autoritário e tecnocrático”.

Vale a pena notar que, em segredo, as intenções costumam ser expressas com franqueza. Por exemplo, no período imediatamente posterior à II Grande Guerra, George Kennan, um dos mais influentes planejadores e considerado grande humanista, atribuiu a cada parte do mundo a sua “função”: a função da África era ser “explorada” para a reconstrução da Europa, observou ele; os Estados Unidos tinham pouco interesse no continente. Um ano antes, um estudo de planejamento de alto nível exortara que “o desenvolvimento cooperativo de gêneros alimentícios e matérias primas baratas no norte da África poderia ajudar a forjar a unidade europeia e a criar uma base econômica para a recuperação do continente”, um interessante conceito de “cooperação”. Não há registro de nenhuma sugestão no sentido de a África “explorar” o Ocidente para recuperar-se do “meliorismo global” dos séculos anteriores.

Nessa resenha, procurei seguir um princípio metodológico razoável: apreciar o elogio dos “princípios econômicos e políticos” do poder mundial dominante a partir de exemplos apresentados, por seus próprios defensores, como seus casos mais fortes. A resenha é breve e parcial e trata de questões pouco claras e ainda não muito bem compreendidas. Minha apreciação, com as reservas cabíveis, é que a amostra é satisfatória e fornece um quadro bastante ponderado da aplicação daqueles princípios, assim como da “onda do futuro” previsível caso eles permaneçam incontestados.

Mas, ainda que preciso, esse quadro é perigosamente enganoso, justamente pelo seu caráter parcial: estão completamente ausentes as conquistas daqueles

realmente comprometidos com os justos princípios proclamados e com princípios de justiça e liberdade cujo alcance é ainda muito maior. Trata-se, fundamentalmente, da crônica da luta popular para erodir e dismantelar for, mas de opressão e dominação às vezes completamente claras, mas que estão tão profundamente enraizadas que se tomaram quase invisíveis, até mesmo para as suas vítimas. Essa crônica é rica e animadora, e temos razões para supor que pode ser levada adiante. Fazê-lo requer uma avaliação realista das circunstâncias existentes e das suas origens históricas da qual este é, naturalmente, apenas um breve começo.

Os céticos que fazem pouco de tais esperanças e classificam-nas como utópicas só precisam voltar os olhos para o que ocorreu aqui, na África do Sul, nos últimos anos – um tributo à capacidade de realização do espírito humano e suas ilimitadas perspectivas. As lições dessas extraordinárias conquistas devem servir de inspiração aos povos de todo o mundo e guiar os próximos passos do povo sul-africano que, recém-saído de uma grande vitória, se volta agora para os desafios ainda mais difíceis que tem pela frente.

Extraído da Conferência Anual David Memorial, realizada na Universidade de Cape Town, África do Sul, em maio de 1997.

Capítulo V: A Insurreição Zapatista

Grandes mudanças ocorreram na ordem global no último quarto de século. Em 1970, a “aliança afluente” dos anos do pós-guerra começava a fazer água e crescia a pressão sobre os lucros das grandes empresas. Reconhecendo que os Estados Unidos não podiam mais desempenhar o papel de “banqueiro internacional” que fora tão benéfico para as multinacionais baseadas em território norte-americano, Richard Nixon dismantelou a ordem econômica internacional (o sistema de Bretton Woods), suspendendo a convertibilidade do dólar em ouro, impondo controles sobre os salários, sobretaxas de importação e medidas fiscais para colocar o poder do Estado, ainda mais do que antes a serviço da prosperidade dos ricos. Desde então, esta tem sido a política dirigente, acelerada durante os anos de Reagan e mantida pelos “Novos Democratas”. Intensificou-se a incessante guerra de classes livrada por setores empresariais corporativos, do escala global.

Os movimentos de Nixon foram um dentre uma série de fatores que levaram a um enorme crescimento do capital financeiro não regulado e a uma mudança radical do seu uso, do comércio e o investimento a longo prazo para a especulação. Eles lograram debilitar o planejamento econômico dos países, uma vez que os governos foram compelidos a preservar a “credibilidade” do mercado, empurrando suas economias para um “equilíbrio de baixo crescimento e forte desemprego”, como diz o economista John Eatwell, da Universidade de Cambridge, com salários reais estagnados ou declinantes, pobreza e desigualdade crescentes e mercados e lucros em expansão para uma minoria. O processo associado de internacionalização da produção proporciona novas armas para enfraquecer os trabalhadores do Ocidente, que têm de aceitar a perda de seu “luxuoso” modo de vida e concordar com a “flexibilização do mercado de trabalho” (a pessoa não saber se terá emprego no dia seguinte), rezam com alegria os cadernos de negócios. O retomo da maior parte da Europa Oriental às suas origens terceiro-mundistas realça consideravelmente tais perspectivas. O ataque aos direitos dos trabalhadores, aos padrões sociais e à democracia efetiva em todo o mundo é o produto dessas vitórias.

O triunfalismo desses pequenos setores de elite é bastante compreensível, assim como o desespero e o ódio dos que não pertencem aos círculos de privilegiados.

A revolta dos índios camponeses de Chiapas no dia de Ano-Novo pode ser prontamente entendida neste contexto geral. Ela coincidiu com a aprovação do NAFTA, que o exército zapatista chamou de “uma sentença de morte” para os índios, um presente para os ricos que aprofundará o fosso entre a extrema concentração da riqueza e a miséria das massas e destruirá o que resta da sociedade nativa.

A conexão NAFTA é em parte simbólica; os problemas são, em verdade, muito mais profundos. “Somos o produto de 500 anos de luta”, dizia a declaração de guerra zapatista. Nossa luta hoje é “por trabalho, terra, moradia, alimentos, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz”. “Sua verdadeira origem”, acrescentou o vigário-geral da diocese de Chiapas, “é a completa marginalização, a pobreza e a frustração de tantos anos de luta para melhorar a situação”.

Os índios camponeses são as maiores vítimas das políticas do governo mexicano. Mas sua aflição é compartilhada por muitos. “Quem quer que tenha tido a oportunidade de estar em contato com os milhões de mexicanos que vivem na extrema pobreza sabe que estamos convivendo com uma bomba-relógio”, observou a jornalista mexicana Pilar Valdes.

Em dez anos de reformas econômicas, o número de pessoas vivendo na pobreza absoluta aumentou em um terço nas áreas rurais. Metade da população total não dispõe de recursos para atender às suas necessidades básicas, um crescimento dramático desde 1980. Seguindo a receita do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, a produção agrícola foi substituída pela agro-exportação e pelas pastagens, beneficiando a agroindústria, os consumidores estrangeiros e os setores afluentes do país, enquanto a desnutrição veio a se tornar um dos principais problemas de saúde, o emprego agrícola declinou, as terras produtivas foram abandonadas e o México passou a importar enormes quantidades de alimentos. Os salários reais da indústria caíram verticalmente. A parcela do trabalho no PIE, que vinha subindo até meados da década de 1970, declinou, desde então, em mais de um terço. São as típicas consequências das reformas neoliberais. Estudos do FMI mostram “um padrão forte e consistente de redução da parcela do trabalho na renda total” sob o impacto dos seus “programas de estabilização” na América Latina, observa o economista Manuel Pastor.

O Secretário de Comércio mexicano saudou a queda dos salários como um incentivo ao investimento estrangeiro. E assim é, junto com a eliminação de postos de trabalho, a coação ao afrouxamento de restrições ambientais e o

direcionamento da política social para satisfazer as ambições da minoria privilegiada. Essas políticas são bem-vindas, é claro, para as instituições industriais e financeiras que estendem seu controle sobre a economia global, com a assistência de acordos falsamente rotulados como de “livre mercado”.

Existe a expectativa de que o NAFTA force uma grande quantidade de camponeses a abandonar suas terras, contribuindo para a miséria no campo e o barateamento da mão-de-obra na indústria. O emprego industrial, que diminuiu sob as reformas, deverá cair ainda mais. Um estudo do mais importante jornal empresarial mexicano, o *El Financiero*, previu que o México perderia quase 25 por cento da sua indústria manufatureira e 14 por cento do emprego atual nos dois anos seguintes. Segundo Tim Golden, do *New York Times*, “Os economistas preveem que milhões de mexicanos deverão perder os seus empregos nos primeiros cinco anos de vigência do NAFTA”. Tais processos farão diminuir ainda mais os salários, na mesma medida em que farão crescer os lucros e a polarização da sociedade, com repercussões previsíveis nos Estados Unidos e no Canadá.

Grande parte do apelo do NAFTA, conforme sublinham regularmente os seus mais ardorosos defensores, está no fato de que ele “amarra” as reformas neoliberais que reverteram anos de progresso dos direitos trabalhistas e do desenvolvimento econômico, trazendo pobreza e sofrimento em massa, junto com o enriquecimento de uma minoria de mexicanos e investidores estrangeiros. Para a economia mexicana em geral, essa “virtude econômica” trouxe “poucas recompensas”, segundo observou o *Financial Times*, de Londres, ao analisar “oito anos de políticas de mercado saídas dos livros de economia”, que geraram um baixo crescimento, atribuído, em sua quase totalidade, à assistência financeira do Banco Mundial e dos Estados Unidos. As altas taxas de juro reverteram parcialmente à imensa evasão de capitais que era um dos principais fatores da crise de endividamento mexicana, embora o serviço da dívida seja um ônus crescente, cujo maior componente atualmente é a dívida interna do governo com os mexicanos ricos.

Não surpreende que tenha havido considerável oposição ao plano de “amarrar” tal modelo de desenvolvimento. O historiador Seth Fein, escrevendo da cidade do México, descreveu as grandes manifestações populares contra o NAFTA, “brados de descontentamento claramente expressos, apesar de pouquíssimo divulgados nos Estados Unidos, contra a política do governo – revogação de direitos constitucionais trabalhistas, agrários e educacionais estabelecidos na Constituição mexicana de 1917, profundamente reverenciada

pelo povo – que a muitos mexicanos aparece como o verdadeiro significado do NAFTA e da política externa norte-americana no país”. A correspondente do *Los Angeles Times* Juanita Darling relatou a grande preocupação causada entre os trabalhadores mexicanos pela erosão de “direitos trabalhistas duramente conquistados”, que provavelmente “serão sacrificados à medida que as empresas nacionais, na tentativa de competir com as estrangeiras, busquem formas de reduzir seus custos”.

Um “Comunicado dos Bispos Mexicanos sobre o NAFTA” condenou o acordo e também a política econômica do qual ele faz parte, devido aos seus efeitos sociais deletérios. Os bispos reiteraram a preocupação da conferência de bispos latino-americanos de 1992, de que “a economia de mercado não se tome um absoluto ao qual tudo deva ser sacrificado, aumentando a desigualdade e a marginalização de grande parte da população” – o provável impacto do NAFTA e de outros acordos sobre os direitos dos investidores. A reação da comunidade de negócios mexicana foi variada: os elementos mais poderosos apoiaram o acordo, ao passo que as pequenas e médias empresas e suas organizações foram dúbias ou hostis. O mais importante jornal mexicano, *Excelsior*, previu que o NAFTA beneficiaria apenas “aqueles ‘mexicanos’ que hoje são donos de quase metade do país (15 por cento detêm mais da metade do PIB)”, “uma minoria dê-mexicanizada”, e constituiria uma nova fase da “história dos Estados Unidos em nosso país”, uma “história de abusos e pilhagens impunes”. O acordo teve também a oposição de muitos trabalhadores (incluindo o maior sindicato não-governamental) e de outros grupos, que advertiram para o impacto sobre os salários, os direitos trabalhistas e o meio ambiente, para a perda da soberania nacional, a crescente proteção dos direitos dos investidores e das empresas e a corrosão das possibilidades de crescimento sustentável. Homero Aridjis, presidente da mais importante organização ambiental mexicana, deplorou “a terceira conquista do México. A primeira, militar, a segunda, espiritual, e a terceira, econômica”.

Não demorou muito para que tais temores se concretizassem. Pouco depois de o NAFTA ter sido aprovado no Congresso, trabalhadores foram demitidos nas fábricas da Honeywell e da GE por tentar organizar sindicatos independentes. A *Ford Motor Company* despedira todos os seus operários em 1987, desconhecendo o acordo sindical e re-contratando trabalhadores por salários muito menores. Os protestos que se seguiram foram energeticamente reprimidos. Em 1992, foi a vez da Volkswagen, que demitiu 14 mil operários e readmitiu somente aqueles que repudiaram os líderes dos sindicatos independentes, com o apoio do governo. Esses são os componentes centrais do “milagre econômico”

que o NAFTA vai “amarrar”.

Poucos dias depois da votação do NAFTA, o Senado dos Estados Unidos aprovou “o mais extraordinário pacote anticrime da História (senador Orrin Hatch)”, que continha a incorporação de cem mil novos policiais, prisões regionais de segurança máxima, campos de treinamento para jovens infratores, extensão da pena de morte e sentenças mais severas, além de outras duras medidas. Especialistas em segurança pública entrevistados pela imprensa duvidaram de que a nova legislação pudesse ter um efeito significativo contra o crime, uma vez que não cuidava das “causas da desintegração social que produz os criminosos(violentos”. As principais dentre elas são as políticas econômicas e sociais que polarizam a sociedade americana, e que o NAFTA colocou alguns furos acima. Os conceitos de “eficiência” e “economia saudável”, prediletos dos ricos e privilegiados, não têm nada a oferecer aos crescentes setores da população que não dão lucro e que são empurrados para a pobreza e o desespero. Se não puderem ser confinados nas favelas, terão de ser controlados de um outro modo qualquer.

Assim como o momento da Insurreição Zapatista, o significado da coincidência legislativa foi mais que simbólico.

O debate sobre o NAFTA ficou basicamente concentrado no problema dos fluxos de trabalho, sobre os quais se sabe muito pouco. A expectativa mais confiável, porém, é a de que haverá um amplo achatamento salarial. “Muitos economistas acham que o NAFTA pode arrastar os salários para baixo”, disse Steven Pearlstein, no *Washington Post*, temendo que a redução dos salários mexicanos pudesse ter um efeito gravitacional sobre os salários dos trabalhadores norte-americanos”. Isso é esperado até mesmo pelos defensores do NAFTA, que reconhecem que os trabalhadores menos qualificados – cerca de 70 por cento da força de trabalho – deverão sofrer perdas salariais.

No dia seguinte à votação do NAFTA no Congresso, o *New York Times* publicou a sua primeira análise sobre os efeitos esperados do acordo na região de Nova York. Era uma análise otimista, coerente com o apoio entusiástico recebido em toda parte. Enfocava os prováveis beneficiários: os setores “financeiros e afins”, “os bancos regionais, as telecomunicações e as empresas prestadoras de serviços”, companhias de seguros, investidoras, empresas de serviços jurídicos, a indústria de relações públicas, as consultorias de negócios e congêneres. Prevvia ainda que algumas empresas manufactureiras poderiam ganhar, principalmente as de tecnologia de ponta, as editoras e os laboratórios farmacêuticos, que se beneficiariam das medidas protecionistas elaboradas para garantir às grandes

empresas o controle da tecnologia do futuro. De passagem, o artigo mencionava que também haveria perdedores, “predominantemente mulheres, negros e hispânicos”, além dos “trabalhadores não-especializados” em geral, isto é, a maioria da população de uma cidade onde 40 por cento das crianças já vivem abaixo da linha de pobreza, sofrendo de deficiências de saúde e instrução que as “amarram” a um amargo destino.

Observando que os salários reais dos trabalhadores da produção e de funções não-supervisoras caíram ao nível dos anos 1960, o *Congressional Office for Technology Assessment* previu, em sua análise da versão projetada (e implementada) do NAFTA, que ele “poderia ao final amarrar os Estados Unidos a um futuro de baixos salários e baixa produtividade”, embora as revisões propostas pela OTA e por outros críticos – jamais admitidos no debate – pudessem beneficiar as populações dos três países.

A versão aprovada do NAFTA provavelmente acelerará um “desenvolvimento positivo de transcendental importância” (*Wall Street Journal*): a redução do custo da força de trabalho norte-americana a níveis bem abaixo de todos as potências industriais à exceção da Inglaterra. Em 1985, os Estados Unidos situavam-se no topo da lista das sete maiores economias capitalistas (0-7), como era de esperar do país mais rico do planeta. Numa economia mais integrada, o impacto é mundial, uma vez que os competidores precisam se acomodar. A OM pode se mudar para o México ou agora para a Polônia, onde encontra quem se disponha a trabalhar por uma fração do valor do trabalho no Ocidente e está protegida por altas tarifas e outras restrições. A Volkswagen pode se mudar para a República Tcheca para desfrutar de proteção semelhante, recolhendo os lucros e deixando o governo com os custos. A Daimler-Benz pode fazer arranjos do mesmo tipo no Alabama. O capital pode se mover livremente; os trabalhadores e as comunidades ficam com as consequências. Ao mesmo tempo, o gigantesco crescimento do capital especulativo não regulado impõe pesadas pressões sobre as políticas governamentais de estímulo à produção.

Muitos fatores estão empurrando a sociedade global em direção a um futuro de baixos salários, baixo crescimento e elevados lucros, com polarização e desintegração social crescentes. Outra consequência é o esmorecimento dos processos democráticos significativos, à medida que a tomada de decisões é transferida às instituições privadas e estruturas para-governamentais que se vão aglutinando à sua volta, aquilo que o *Financial Times* chama de “governo mundial de fato”, que opera em segredo e não tem nenhum controle público.

Esses desenvolvimentos têm muito pouco a ver com o liberalismo econômico,

um conceito de limitada significância num mundo no qual uma vasta parcela do “comércio” consiste de transações intra-empresas, centralmente administradas (metade das exportações norte-americanas para o México antes do NAFTA, por exemplo – “exportações” que nunca chegaram a entrar no mercado mexicano). Ao mesmo tempo, o poder privado exige e recebe, como no passado, proteção estatal contra as forças do mercado.

“Os zapatistas realmente mexeram com a sensibilidade de um amplo segmento das massas populares mexicanas”, comentou o cientista político mexicano Eduardo Gallardo, pouco depois da insurreição, prevendo que suas repercussões seriam de longo alcance, incluindo passos no sentido da derrubada da longa ditadura eleitoral mexicana. Pesquisas realizadas no país confirmaram esse ponto de vista, dando conta do apoio da maioria às razões apresentadas pelos zapatistas para a insurreição. A mesma sensibilidade foi tocada no mundo inteiro, até mesmo nas sociedades industriais ricas, onde muitas pessoas reconheceram que as preocupações dos zapatistas não eram diferentes das suas próprias, apesar das circunstâncias tão diversas. O apoio dessas pessoas foi ainda mais estimulado pelas criativas ações zapatistas dirigidas aos setores mais amplos da população, visando engaja-los em esforços conjuntos ou paralelos para assumir o controle de suas vidas e seu destino. A solidariedade mexicana e internacional foi, sem dúvida, fator preponderante para inibir a brutal repressão militar que se previa e teve um espetacular efeito energizante sobre a organização e o ativismo em todo o mundo.

O protesto dos índios camponeses em Chiapas é somente um vislumbre de outras “bombas-relógio” prestes a explodir e não apenas no México.

Boa parte deste artigo foi publicada pela primeira vez em In These Times, em 21 de fevereiro de 1994.

Capítulo VI: A Arma Definitiva

Começemos com algumas questões simples, admitindo-se as condições que estão dadas hoje – e não, é claro, o fim da luta interminável pela liberdade e pela justiça.

Existe uma “arena pública” na qual, em princípio, os indivíduos podem participar das decisões que dizem respeito à sociedade em geral: a geração e aplicação das receitas públicas, a política externa etc. Num mundo constituído de estados-nação, a arena pública é primordialmente governamental, em vários níveis. A democracia funciona na medida em que os indivíduos possam ter uma participação significativa na arena pública, ao mesmo tempo em que cuidam de seus próprios assuntos, individuais e coletivamente, sem intromissões ilegítimas por parte das concentrações de poder. Uma democracia que funciona pressupõe uma relativa igualdade de acesso aos recursos – materiais, informacionais e outros –, um truísmo tão velho quanto Aristóteles. Em teoria, os governos são instituídos para servir ao seu “público interno” e devem se sujeitar à sua vontade. Duas boas medidas da democracia que funciona são, portanto, o grau em que a teoria se aproxima da realidade e o grau em que o “público interno” se aproxima verdadeiramente da população.

Nas democracias capitalistas de estado, a arena pública foi ampliada e enriquecida por uma longa e penosa luta popular, enquanto o poder privado concentrado trabalhava para restringi-la. Esses conflitos formam uma boa parte da História moderna. O modo mais eficaz de restringir a democracia é transferir a tomada de decisões da arena pública para instituições não sujeitas ao controle público: reis e príncipes, castas religiosas, juntas militares, ditaduras de partido e grandes empresas modernas. As decisões tomadas pelos diretores da GE afetam substancialmente a sociedade em geral, mas os cidadãos não jogam nelas nenhum papel, por princípio (podemos deixar de lado o claro mito da “democracia” do mercado e dos acionistas).

Os sistemas de poder não sujeitos ao controle público deixam, é verdade, algumas escolhas aos cidadãos. Eles podem apresentar suas reivindicações ao rei ou ao CEO e também entrar para o partido do governo. Podem oferecer seus serviços à GE e comprar os seus produtos. Podem lutar por direitos no interior das tiranias estatais e privadas ou solidariamente com os outros cidadãos, como podem tentar limitar ou liquidar um poder ilegítimo em defesa de ideais

tradicionais, incluindo aquele que inspirou o movimento operário norte-americano desde as suas origens: as fábricas devem ser geridas por quem nelas trabalha.

A “construção da América das sociedades anônimas” ao longo do último século foi um ataque à democracia – e aos mercados, e é parte da transformação de algo que se assemelhava ao “capitalismo” nos mercados fortemente administrados da moderna era do Estado e das S.A. Uma variante atual é chamada de “diminuição do Estado”, ou seja, a transferência do poder decisor da arena pública para outros lugares: “para as pessoas”, na retórica do poder; para as tiranias privadas, no mundo real. Todas essas medidas são projetadas para limitar a democracia e domar a “gentalha”, como era chamada a população por aqueles que se auto-designavam “homens bons” na Inglaterra do século 17, ao tempo da primeira irrupção da democracia na época moderna; os auto-designados “homens responsáveis” de hoje. Os problemas básicos persistem, assumindo formas sempre novas, suscitando novas medidas de controle e marginalização e conduzindo a novas formas de luta popular.

Os chamados “acordos de livre comércio” são um desses dispositivos de enfraquecimento da democracia. Eles são projetados para transferir a tomada de decisões que afetam a vida e as aspirações das pessoas para o âmbito de tiranias privadas que operam em segredo, sem qualquer supervisão ou controle público. Não surpreende que o público não goste delas. A oposição é quase instintiva, um tributo ao cuidado que se toma para isolar a gentalha da informação e do conhecimento relevantes.

A maior parte desse quadro é tacitamente admitida. Acabamos de testemunhar um outro exemplo: o empenho com que se tentou, nos últimos meses, aprovar o *Fast Track*, legislação que permitiria ao Executivo negociar acordos comerciais diretamente, sem a supervisão do Congresso nem o conhecimento do público; um mero “sim” ou “não” bastaria. O *Fast Track* gozava de apoio quase unânime no interior dos sistemas de poder, mas, como observou pesadamente o *Wall Street Journal*, os seus adversários talvez tenham uma “arma definitiva”: a maioria da população. As pessoas continuaram se opondo ao *Fast Track* apesar do bloqueio da mídia, acreditando ingenuamente que precisam saber o que está acontecendo com elas e ter voz nas decisões. Da mesma maneira, o NAFTA foi aprovado à revelia da oposição pública, que se manteve firme apesar do apoio entusiástico e quase unânime do poder estatal e empresarial, incluindo a sua mídia, que se recusou até mesmo a permitir que o principal adversário do tratado (o movimento organizado dos trabalhadores) se expressasse, enquanto o

denunciava por diversos delitos inventados.

O *Fast Track* foi pintado como uma questão de “livre mercado”, mas não é bem assim. O mais ardente defensor do “livre mercado” se oporia radicalmente ao *Fast Track* se acreditasse na democracia, pois é disso que se trata. Fora isso, os acordos projetados dificilmente poderiam, mais do que o NAFTA e o GATT/OMC, ser qualificados de acordos de livre comércio, questão que já tivemos oportunidade de discutir.

A razão oficial do *Fast Track* foi expressa pelo Delegado da Representação Comercial dos Estados Unidos, Jeffrey Lang: “O princípio básico das negociações é o de que somente uma pessoa [o Presidente] pode negociar em nome dos Estados Unidos”. O papel do Congresso é apenas endossar, e o do público, ficar olhando – de preferência para o outro lado.

O “princípio básico” é bastante real, mas seu alcance é pequeno. Vale para o comércio, não para outras questões: direitos humanos, por exemplo. Aqui o princípio é oposto: deve-se dar aos membros do Congresso todas as oportunidades de assegurar que os Estados Unidos mantenham seu índice de não-ratificação de acordos, um dos piores do mundo. As poucas convenções que chegaram ao Congresso ficaram anos aguardando votação, e as que chegaram a ser sancionadas foram sobrecarregadas de condições que as tornam inoperantes nos Estados Unidos; não são “autoexecutáveis” e possuem ressalvas específicas.

Comércio é uma coisa; tortura e direitos das mulheres e crianças, outra.

Essa distinção tem amplas implicações. A China é ameaçada com severas sanções por não aderir às exigências protecionistas de Washington e por intrometer-se na punição aos líbios. Mas o terror e a tortura provocam uma resposta diferente: nesse caso, as sanções seriam “contraproducentes”. Elas “tolheriam nossos esforços para estender a cruzada pelos direitos humanos ao povo sofrendor da China e seus territórios, da mesma forma como a relutância em treinar militares indonésios “diminui a nossa capacidade de influenciar positivamente as [suas] políticas e o seu comportamento em relação aos direitos humanos”, explicou recentemente o Pentágono. O esforço missionário na Indonésia deve prosseguir, portanto, descumprindo as ordens do Congresso. Parece bastante razoável. Basta lembrar como o treinamento militar americano “pagou dividendos” no início da década de 1960 e “encorajou” os militares a cumprir suas tarefas necessárias, como informou ao Presidente e ao Congresso o secretário de Defesa Robert McNamara depois dos enormes massacres conduzidos pelo exército em 1965 que deixaram centenas de milhares de

cadáveres em poucos meses, urna “carnificina assombrosa” (*New York Times*) que provocou urna euforia incontida entre os “homens bons” (até mesmo o *Times*) e muitas recompensas para os “moderados” que a conduziram. McNamara exaltou o treinamento de oficiais indonésios nas universidades norte-americanas, “um fator muito importante” para colocar a “nova elite política Indonésia” (os militares) no rumo certo.

Ao construir a sua política de direitos humanos para a China, o governo deve ter se lembrado do instrutivo conselho de urna missão militar de Kennedy à Colômbia: “Quando necessário, executar ações paramilitares, de sabotagem e/ou terroristas contra comunistas conhecidos” (termo que abrange camponeses, sindicalistas, ativistas de direitos humanos etc.). Os alunos aprenderam bem a lição, colecionando o pior recorde de direitos humanos da década de 1990 no hemisfério, com assistência e treinamento militar cada vez maior dos Estados Unidos.

É fácil, portanto, para urna pessoa razoável, entender que seria contraproducente um excesso de pressão sobre a China em questões como tortura de dissidentes e atrocidades no Tibet. Isso poderia fazer com que a China sofresse os “efeitos nocivos de urna sociedade privada da influência americana”, razão aduzida por um grupo de executivos de grandes empresas para que sejam levantadas as proibições que os impedem de entrar no mercado cubano, onde poderiam trabalhar para restaurar “os efeitos positivos da influência americana” que prevaleceu da época da “libertação”, há cem anos, até a época de Batista, as mesmas influências que se mostraram tão benéficas no Haiti, El Salvador e em outros paraísos contemporâneos – e que, por sinal, também geraram lucros.

Essas sutis diferenciações devem fazer parte do arsenal daqueles que aspiram à respeitabilidade e ao prestígio. Dominando-as, podemos ver por que os direitos humanos e os direitos dos investidores requerem tratamentos tão diversos. A contradição com os “princípios básicos” é apenas aparente.

Os Buracos Negros da Propaganda

É sempre esclarecedor procurar o que se omite nas campanhas de propaganda. O *Fast Track* recebeu uma enorme publicidade. Mas muitas questões cruciais desapareceram no buraco negro reservado aos temas classificados como impróprios para o consumo público. Um deles é o fato, já mencionado, de que não se tratava de acordos comerciais, mas de um princípio democrático; e de que, de qualquer modo, os acordos não eram sobre o livre mercado. Ainda mais surpreendente é que durante a intensa campanha parece não ter havido nenhuma menção pública ao futuro tratado que devia estar no centro das preocupações: o Acordo Multilateral sobre o Investimento (AMI), matéria bem mais importante do que a vinda do Chile para o NAFTA e outros petiscos servidos para explicar por que o presidente deve negociar acordos comerciais sozinho, sem a intromissão do público.

O AMI tem o sólido apoio das instituições financeiras e industriais, estreitamente envolvidas em seu planejamento, desde o início: por exemplo, o *Conselho dos Estados Unidos para Negócios Internacionais*, que, conforme seus próprios termos, “promove os interesses globais dos negócios americanos no país e no exterior”. Em janeiro de 1996, o Conselho chegou a publicar um *Guia do Acordo Multilateral sobre o Investimento*, disponível para o seu público empresarial e seus respectivos círculos, e certamente para a mídia. Mesmo antes de o *Fast Track* ser apresentado no Congresso, o Conselho solicitou ao governo Clinton que incluísse o AMI na legislação então pendente, informou o *Miami Herald* em julho de 1997 – aparentemente a primeira, e rara, menção ao AMI na imprensa; voltaremos ao tema com mais detalhes.

Por que, então, o total silêncio durante a controvérsia do *Fast Track* e sobre o AMI? Uma razão plausível nos ocorre. Poucos líderes políticos e da mídia duvidam que, se o povo fosse informado, não ficaria nada contente com o AMI. Os adversários poderiam uma vez mais brandir a sua “arma definitiva”, se os fatos viessem à luz. Fazia sentido, portanto, que as negociações sobre o AMI fossem conduzidas sob uma “capa de segredo” para usar o termo empregado pelo ex-presidente da Suprema Corte australiana, *Sir Anthony Mason*, ao condenar a decisão de seu governo de retirar do escrutínio público as negociações em tomo de “um acordo que pode ter um grande impacto na Austrália se for ratificado”.

Por aqui não se ouviu nenhuma voz como a do juiz Mason. Teria sido supérfluo: a capa de segredo foi defendida com muito maior vigilância em nossas instituições livres.

Dentro dos Estados Unidos, são poucos os que sabem alguma coisa sobre o AMI, que já vinha sendo objeto de intensas negociações na OCDE desde maio de 1995. A data-limite para o lançamento era maio de 1997. Se o objetivo tivesse sido atingido, o público teria ficado sabendo sobre o AMI tanto quanto a respeito da Lei de Telecomunicações de 1996, outro fabuloso presente do governo às concentrações de poder privado, quase que totalmente reservado às páginas econômicas. Mas os países membros da OCDE não chegaram a um acordo no tempo previsto, e a data-limite foi adiada por um ano.

O plano original e preferencial era forjar o acordo no interior da Organização Mundial do Comércio. Mas essa tentativa foi bloqueada pelos países do Terceiro Mundo, particularmente a Índia e a Malásia, que perceberam que as medidas que estavam sendo elaboradas iriam privá-los dos mecanismos que haviam sido empregados pelos países ricos para conquistar o seu lugar ao sol. As negociações foram então transferidas para as instalações mais seguras da OCDE, em que era esperado que se chegaria a um acordo “ao qual os países emergentes queriam se juntar”, como disse delicadamente o *London Times* – sob pena de serem excluídos dos mercados e dos recursos dos ricos, o familiar conceito de “livre escolha” vigente em sistemas de grande desigualdade de poder e riqueza.

Por quase três anos, a gentilha foi mantida em uma bem aventurada ignorância sobre o que se estava passando. Mas não inteiramente. No Terceiro Mundo, o AMI tomou-se um assunto muito discutido no início de 1997. Na Austrália, a notícia veio a público em janeiro de 1998 nas páginas econômicas, provocando uma enxurrada de reportagens e controvérsias na imprensa do país; daí a condenação de Sir Anthony Mason, falando numa convenção em Melbourne. O partido da oposição “exortou o governo a submeter o acordo ao comitê parlamentar de tratados antes de assiná-lo”, informou a imprensa. O governo se recusou a fornecer informações detalhadas ao Parlamento e a permitir que este fizesse uma análise do acordo. Nossa “posição sobre o AMI é muito clara”, o governo respondeu: “Não assinaremos nada que não seja comprovadamente do interesse nacional australiano”. Em resumo, “Vamos fazer o que acharmos melhor” – ou, mais precisamente, o que os nossos senhores ordenarem; e de acordo com a *praxe*, o “interesse nacional” será definido pelos poderes centrais, funcionando a portas fechadas.

Sob pressão, o governo concordou, alguns dias depois, que o comitê

parlamentar fizesse uma análise do AMI. Relutantemente, os editores apoiaram a decisão: isso era necessário por causa da “histeria xenófoba” dos “alarmistas” e da “aliança profana entre grupos assistenciais, sindicatos, ambientalistas e a bizarra teoria da conspiração”. Advertiram, entretanto, que depois dessa lamentável concessão seria de “vital importância que o governo não recuasse nem mais um milímetro de seu firme compromisso” com o AMI. O governo negou a acusação de segredo, alegando que a minuta do acordo estava disponível na Internet – graças aos grupos de ativistas que a colocaram ali depois que ela lhes foi vazada.

Podemos nos animar: a democracia floresce na Austrália, apesar de tudo!

No Canadá, agora enfrentando uma espécie de incorporação aos Estados Unidos acelerada pelo “livre comércio”, a “aliança profana” obteve um sucesso muito maior. Durante um ano inteiro, o acordo foi discutido nos principais diários e semanários, em cadeia nacional de TV no horário nobre e em reuniões públicas. A província da Colúmbia Britânica anunciou na Câmara dos Comuns sua “firme oposição” ao tratado proposto, observando as suas “inaceitáveis restrições” aos governos eleitos nos níveis federal, provincial e local; seu impacto negativo sobre os programas sociais (saúde pública etc.) e sobre a proteção ambiental e a gestão de recursos naturais; a abrangência extraordinária da definição de “investimento”; e outros ataques à democracia e aos direitos humanos. O governo provincial se opunha particularmente às medidas que permitem às grandes empresas mover ações judiciais contra os governos, enquanto elas próprias ficam isentas de responsabilidades, além de ter as suas questões resolvidas em “câmaras de litígio não eleitas e não sujeitas ao controle público”, formadas por “especialistas em relações comerciais”, e operando sem regras estatutárias, sem transparência e sem chance de recurso.

Uma vez rompida a capa de segredo pela gritaria dos de baixo, o governo canadense foi obrigado a tranquilizar o público, dizendo que o desconhecimento é para o seu próprio bem. Essa missão foi cumprida num debate nacional da CBC TV por Sergio Marchi, ministro canadense do Comércio Internacional: ele “gostaria de pensar que o povo tem absoluta confiança”, disse, na “atitude honesta que, creio, o nosso Primeiro-Ministro transpira”, e “no seu amor pelo Canadá”.

Isso devia resolver o problema. De modo que a democracia está saudável na fronteira norte, também.

De acordo com a CBC, o governo canadense – como o australiano – “não tem

planos neste momento para a legislação sobre o AMI”, e “o ministro do Comércio diz que isso talvez não venha a ser necessário”, uma vez que o AMI “é apenas uma extensão do NAFTA”.

Na Inglaterra e na França, houve alguma discussão na mídia, mas não sei se lá ou em qualquer outro país do mundo livre se achou necessário assegurar ao público que os seus interesses estão mais bem servidos pela fé nos líderes que “o amam”, que “transpiram honestidade” e que defendem resolutamente o “interesse nacional”.

Não surpreende, portanto, que essa história tenha seguido um curso singular no país mais poderoso do mundo, onde os “homens bons” se declaram os campeões da liberdade, da justiça, dos direitos humanos e – acima de tudo – da democracia. Os líderes da mídia com certeza sempre souberam tudo sobre o AMI e suas amplas implicações, assim como os intelectuais públicos e os especialistas de sempre. Como já assinalado, o mundo dos negócios não apenas era sabedor como estava ativamente envolvido. Mas numa impressionante demonstração de autodisciplina, com exceções não mais numerosas do que o erro estatístico, a imprensa livre conseguiu manter na escuridão aqueles que confiam nela – tarefa nada fácil nesse nosso complicado mundo.

O mundo das grandes empresas empresta ao AMI um apoio esmagador. Embora o silêncio impeça a citação de depoimentos, é justo supor que os setores do mundo empresarial dedicados ao esclarecimento do público sejam não menos entusiásticos. Uma vez mais, porém, eles sabem que a “arma definitiva” pode ser desembainhada se a gentalha vier a saber o que se está passando. Esse dilema tem uma solução natural. Já o estamos observando há quase três anos.

O Público que Conta e o que Não Conta

Os defensores do AMI têm um único argumento de peso: seus críticos não possuem informação suficiente para apresentar uma causa totalmente convincente. O propósito da “capa de segredo” foi assegurá-lo, de modo que os esforços foram bem sucedidos. Isso é uma trágica verdade nos Estados Unidos, país que possui as mais estáveis e duradouras instituições democráticas e que pode, portanto, reivindicar-se com toda a justiça como modelo da democracia estatal-capitalista. Com essa experiência e esse status, não é surpresa que os princípios da democracia sejam ali claramente compreendidos e lucidamente expressos nos altos escalões. Samuel Huntington, eminente cientista político de Harvard, por exemplo, afirma simplesmente em seu texto *American Politics* que o poder deve permanecer invisível para que seja eficiente: “Os arquitetos do poder nos Estados Unidos devem criar uma força que possa ser sentida, mas não vista. O poder se mantém forte quando permanece à sombra; exposto à luz do sol ele começa a evaporar”. Ele ilustrou a sua tese nesse mesmo ano (1981), quando explicou a função da “ameaça soviética”: “Temos de vender [a intervenção ou qualquer outra ação militar] de forma a criar a falsa impressão de que é a União Soviética que estamos combatendo. É o que os Estados Unidos vêm fazendo desde a Doutrina Truman”.

Esses são os limites – “criar uma falsa impressão” para iludir o público e excluí-lo por completo – dentro dos quais os líderes responsáveis exercem o seu ofício nas sociedades democráticas.

Não obstante, é injusto acusar as potências da OCDE de estarem conduzindo negociações secretas. Afinal, os ativistas conseguiram colocar uma minuta do tratado, ilicitamente obtida, na Internet. Os leitores da “imprensa alternativa” e das publicações do Terceiro Mundo, além de outros infectados pela “aliança profana”, vêm acompanhando os acontecimentos pelo menos desde o início de 1997. E, no que diz respeito à grande imprensa, não é contraditória a participação direta da organização que “promove os interesses globais das empresas americanas” e suas congêneres dos demais países ricos.

Há, porém, alguns setores que foram de alguma forma esquecidos: o Congresso dos Estados Unidos, por exemplo. Em novembro passado, vinte e cinco parlamentares enviaram uma carta ao presidente Clinton declarando que as negociações sobre o AMI haviam “chegado até nós” – presumivelmente através

dos esforços de ativistas e de grupos de interesse público. Eles pediam ao presidente que respondesse três perguntas muito simples.

Primeiro: “Dadas as recentes declarações do governo no sentido de que não pode negociar complicados acordos multissetoriais e multilaterais sem o recurso do *Fast Track*, como se explica que o AMI já esteja praticamente concluído”, com um texto “tão intrincado quanto o do NAFTA ou do GATT” e com medidas que “demandarão uma significativa limitação das leis e das políticas norte-americanas no que concerne à regulamentação de investimentos municipais, estaduais e federais?”

Segundo: “Como se explica que esse acordo venha sendo negociado desde maio de 1995 sem consulta nem supervisão do Congresso, sobretudo considerando que este detém a prerrogativa constitucional exclusiva de legislar sobre o comércio internacional?”

Terceiro: “O AMI estabelece um conceito elástico de ingressos que permitirá a uma empresa ou investidor estrangeiro acionar judicialmente o governo dos Estados Unidos por prejuízos no caso de tomarmos medidas que restrinjam a ‘fruição’ de um investimento. É uma linguagem ampla e vaga que vai muito além do conceito limitado de ingressos estabelecidos em nossa legislação doméstica. Por que razão os Estados Unidos cederiam de bom grado sua imunidade soberana e se exporiam à responsabilização por prejuízos sob uma linguagem vaga como a que se refere a quaisquer medidas ‘com efeito equivalente’ a uma expropriação ‘indireta’?”

Na terceira pergunta, os signatários talvez tivessem em mente a ação movida pela Ethyl Corporation – famosa produtora de gasolina com chumbo – contra o Canadá, exigindo 250 milhões de dólares de indenização por perdas de “expropriação” e pelos prejuízos causados à “boa reputação” da companhia pela legislação canadense que proibiu o MMT, um aditivo da gasolina. O Canadá considera o MMT uma toxina perigosa e um risco significativo para a saúde, em consonância com a Agência Norte-Americana de Proteção Ambiental, que restringiu pesadamente o seu uso, e com o estado da Califórnia, que o proibiu por completo: A ação também exige indenização pelos “efeitos desalentadores” da lei canadense, que levou a Nova Zelândia e outros países a rever o uso do MMT, acusa a Ethyl. Ou quem sabe os signatários estivessem pensando na ação movida contra o México pela Metalclad, companhia norte-americana de gestão de resíduos perigosos, exigindo 90 milhões de dólares de indenização por “expropriação”, porque o lugar onde pretendia depositar seu lixo tóxico foi declarado parte de uma zona ecológica.

Essas ações estão se dando sob as regras do NAFTA, que permite que as companhias processem governos, conferindo-lhes, na prática, direitos de Estados nacionais (e não de meros indivíduos, como antes). Presumivelmente, a intenção é explorar e, se possível, expandir, os (vagos) limites dessas regras. Em parte, elas são provavelmente apenas intimidação, um dispositivo típico e por vezes eficaz à disposição de quem tem muito dinheiro para conseguir o que quer através de ameaças legais por vezes absolutamente frívolas.

“Considerando a gravidade das implicações potenciais do AMI”, concluía a carta dos congressistas ao presidente, “esperamos ansiosamente as suas respostas a essas perguntas”. Mais tarde foi enviada uma resposta aos signatários, dizendo absolutamente nada. A mídia foi informada de tudo, mas não sei de nenhuma cobertura jornalística.

Além do Congresso, outro grupo desconsiderado foi à população. Fora o jornalismo de negócios, não houve, até onde sei, cobertura da grande imprensa até meados de 1997 e muito pouca desde então. Como já mencionado, o Miami Herald registrou o AMI em julho de 1997, dando conta do entusiasmo e do envolvimento direto do mundo dos negócios. O *Chicago Tribune* publicou uma reportagem em dezembro do mesmo ano, observando que “a questão não mereceu nenhuma atenção pública ou debate político”, exceto no Canadá. Nos Estados Unidos, “essa obscuridade parece deliberada”, relata o *Tribune*. “Fontes governamentais dizem que o governo... não está interessado em fomentar mais discussões sobre a economia global”. Dependendo do estado de ânimo do público, o segredo é a melhor política, que conta com a conivência do sistema de informação.

O *Newspaper of Record* quebrou o silêncio poucos meses depois, publicando uma matéria paga do Fórum Internacional sobre a Globalização contrária ao tratado. A matéria cita uma manchete de *Business Week*, que descreve o AMI como um “explosivo acordo comercial de que nunca se ouviu falar”. “O acordo... reescreveria as regras da propriedade no exterior – afetando tudo, de fábricas a bens imóveis e até ações. Mas a maioria dos legisladores nunca ouviu falar do Acordo Multilateral sobre o Investimento porque as conversações secretas do governo Clinton foram levadas a cabo por debaixo do radar do Congresso” e a mídia se ateve à agenda da Casa Branca. Por quê?, pergunta o Fórum Internacional, respondendo implicitamente com uma resenha dos aspectos básicos do tratado.

Alguns dias depois (16 de fevereiro de 1998), a edição matinal do NPR trouxe um caderno sobre o AMI. Uma semana mais tarde, o *Christian Science Monitor*

publicou um artigo (magérrimo). O *New Republic* já havia detectado a crescente preocupação do público com o AMI. A questão não recebera uma cobertura adequada da parte de setores respeitáveis, concluiu *The New Republic*, porque “a grande imprensa”, embora “se incline geralmente para a esquerda... se inclina ainda mais profundamente para o internacionalismo”. A imprensa de esquerda não foi capaz, portanto, de perceber a tempo a oposição do público ao *Fast Track* e não percebeu que os criadores de problemas de sempre ‘já estão se preparando [para] a luta contra o AMI. A imprensa deveria encarar mais seriamente a sua responsabilidade e lançar um ataque preventivo contra a “paranoia do AMI” que “ricocheteou pela Internet” e chegou a provocar reuniões públicas. A simples ridicularização da turma da terra arrasada e dos helicópteros negros” talvez não seja suficiente. O silêncio talvez não seja a melhor atitude se os países ricos têm a intenção de “amarrar a liberalização da legislação internacional sobre investimentos da mesma forma como o GATT normatizou a liberalização do comércio”.

No dia 1º de abril de 1998, o *Washington Post* levou a notícia ao público nacional por meio de uma matéria assinada por Fred Hiatt, um de seus editorialistas. Ele fazia a irrisão ritual dos críticos e da acusação de “segredo” – afinal de contas, o texto do acordo foi divulgado (ilicitamente) por ativistas através da Internet. Tal como outros que descem a esse nível de apologética, Hiatt não tira a consequência óbvia: a de que a mídia deveria sair de cena com dignidade. Suas importantes testemunhas poderiam ser desmascaradas por qualquer um que se propusesse a fazer uma pesquisa cuidadosa, ao mesmo tempo em que toda análise/comentário/discussão é declarada irrelevante.

Hiatt escreve que o “AMI ainda não atraiu muita atenção em Washington” – particularmente a do seu jornal – um ano passado da data originalmente prevista para a sua criação e três semanas antes da data fixada para o ano de 1998. Ele limita a sua cobertura a alguns poucos comentários oficiais vazios, apresentados como fatos indiscutíveis, e acrescenta que o governo “aprendeu com o *Fast Track* que precisa consultar, mais do que nunca – e durante a elaboração dos acordos –, os sindicatos, as autoridades locais, os ambientalistas e outros”, como já tivemos ocasião de comentar.

Talvez por causa da carta dos congressistas ou porque os excêntricos saíram à luz, Washington divulgou uma declaração oficial sobre o AMI em 17 de fevereiro de 1998. A declaração, do Subsecretário de Estado, Stuart Eizenstat, e do delegado para assuntos comerciais dos Estados Unidos, Jeffrey Lang, foi ignorada pela mídia até onde é do meu conhecimento. Foi uma declaração

morna, mas que merecia títulos de primeira página, considerando o que fora publicado até então (fundamentalmente nada). As virtudes do AMI são apresentadas como evidentes por si mesmas; não há nenhuma descrição ou discussão. Em questões como trabalho, meio ambiente, “ingressos” etc., a mensagem é igual às divulgadas pelos governos do Canadá e da Austrália: “Confiem em nós e fiquem calados”.

Mais interessante ainda é a boa notícia de que os Estados Unidos tomaram a iniciativa na OCDE de assegurar que o acordo “complemente os nossos amplos esforços”, até aqui desconhecidos, “em defesa do desenvolvimento sustentável e do respeito aos padrões de trabalho”. Eizenstat e Lang “congratulam-se com o fato de os participantes concordarem conosco” nessas questões. Além disso, os demais países-membros da OCDE agora “concordam conosco a respeito da importância de trabalhar em estreita colaboração com seus públicos internos para construir o consenso” em tomo do AMI. Eles se juntam a nós na compreensão “de que é importante para os seus respectivos públicos internos ter alguma participação nesse processo”.

“Visando maior transparência”, acrescenta a declaração do governo, “a OCDE concordou em tomar pública a minuta do acordo”, talvez até antes da data-limite para a sua assinatura.

Temos aqui, enfim, um “retumbante atestado” de democracia e direitos humanos. O governo Clinton é o líder mundial, proclama, do movimento para garantir que os “públicos internos” joguem um papel ativo na “construção do consenso” em tomo do AMI.

Mas quem é o “público interno”? Para responder a essa pergunta basta dar uma olhada nos fatos incontestes. Em toda parte, o mundo dos negócios teve um papel fundamental. O Congresso não foi informado, e o público importuno – a “arma definitiva” – foi deixado na ignorância. Um simples exercício de lógica elementar nos diz com exatidão o que o governo Clinton considera ser o “público interno”.

É uma útil lição. Os valores práticos dos poderosos raramente são expressos com tanta franqueza e precisão. Para sermos justos, esses valores não são monopólio dos Estados Unidos. São compartilhados pelos centros de poder estatal-privados em outras democracias parlamentares e por seus congêneres em sociedades em que não existe necessidade de se perder tempo com floreios retóricos sobre a “democracia”.

São lições claras como água. É preciso ter muito talento para não entendê-las

e não enxergar o quanto elas ilustram bem as advertências de Madison há mais de duzentos anos, quando deplorava a “ousada depravação dos tempos que correm”, em que “os especuladores se tomarão a guarda pretoriana do governo seus instrumentos e seus tiranos seduzidos por suas liberalidades e intimidando-o com clamores e conluíus”.

Essas observações atingem a essência do AMI. Assim como a maior parte das políticas públicas dos anos recentes, particularmente nas sociedades anglo-americanas, o acordo está projetado para minar a democracia e os direitos dos cidadãos por meio da transferência de uma parcela ainda maior do poder de decisão para instituições privadas não sujeitas ao controle público, para os governos de quem elas são o “público interno” e para organizações internacionais com as quais compartilham “interesses comuns”.

Os Termos do AMI

O que dizem realmente e o que auguram os termos do AMI? Se os fatos e os problemas fossem trazidos à arena pública, o que sucederia?

Não há uma resposta definitiva para essa pergunta. Mesmo que tivéssemos em mãos o texto completo do AMI, a lista detalhada das ressalvas introduzidas pelos signatários e a transcrição integral das atas não saberíamos a resposta. O motivo é que as respostas não são determinadas pelas palavras, mas pelas relações de poder que impõem as suas interpretações. Há dois séculos, na principal democracia da época, Oliver Goldsmith observou que “a lei oprime os pobres, os ricos fazem a lei” – a lei na prática, isto é, independentemente do que digam as belas palavras. Esse princípio continua válido.

Ainda uma vez, estamos lidando com truísmos, e de larga aplicação. Na Constituição dos Estados Unidos e em suas emendas nada existe que autorize a outorga de direitos humanos (liberdade de expressão, privacidade e inviolabilidade, direito de comprar cargos eletivos etc.) a isso que os historiadores do direito chamam de “entidades de direito coletivo”, entidades orgânicas que têm direitos de “pessoas imortais” – direitos que vão muito além daqueles das pessoas reais, se levarmos em conta o seu poder, e que hoje vão sendo assimilados aos dos Estados, como já vimos. Procurar-se-á em vão na Carta das Nações Unidas o fundamento da autoridade reclamada por Washington para usar a força e a violência com vistas à consecução do “interesse nacional”, tal como definido pelas pessoas imortais que lançam sobre a sociedade essa sombra chamada “política”, na evocativa frase de John Dewey. O *U.S. Code* define muito claramente o crime de “terrorismo”, para o qual a legislação prevê severas penas. Mas não encontraremos nenhuma frase que exima de punição “os arquitetos do poder” por suas práticas de terror de Estado, para não falar de seus monstruosos clientes (visto que desfrutam das boas graças de Washington): Suharto, Saddam Hussein, Mobutu, Noriega e outros, grandes e pequenos. Como denunciam, ano após ano, as principais organizações de direitos humanos, praticamente toda a ajuda externa americana é ilegal, do principal recebedor até o último da lista, porque a lei proíbe ajuda a países que praticam a “tortura sistemática”. A lei pode ser essa, mas qual será o seu significado?

O AMI se encaixa nessa mesma categoria. Uma avaliação possível é a da “pior hipótese”, que será a correta se o “poder permanecer na sombra” e se os

advogados das grandes empresas, que são as suas mãos de aluguel, conseguirem estabelecer a sua interpretação da fraseologia propositadamente ambígua e enrolada da minuta do tratado. Outras interpretações, menos assustadoras, podem se mostrar corretas se não for possível conter a “arma definitiva” e o resultado vier a refletir a influência dos métodos democráticos. Dentre esses possíveis resultados está o dismantelamento da estrutura inteira e das instituições ilegítimas sobre as quais ela repousa. Esse é um problema para a organização popular e para a ação, não para palavras.

Aqui se poderia levantar a ressalva de alguns críticos do AMI (eu, por exemplo). Os textos explicam detalhadamente os direitos dos “investidores”, mas não os dos cidadãos, que são reduzidos na mesma proporção. Os críticos, em consequência, chamam-no de “acordo sobre os direitos do investidor”, o que é bastante verdadeiro, mas enganoso. Afinal, quem são os “investidores”?

Em 1997, metade das ações pertencia à centésima parte mais rica dentre as famílias e quase 90 por cento às 10 por cento mais ricas (a concentração é ainda maior em se tratando de títulos e depósitos, e equivalente para outros ativos); a inclusão dos planos de pensão leva a uma distribuição apenas levemente mais uniforme entre a quinta parte das fabricas mais ricas. O entusiasmo despertado pela radical inflação de ativos dos últimos anos é compreensível. E depois de um século de ativismo judicial, o controle efetivo da grande empresa é exercido por muito poucas mãos institucionais e pessoais, com a chancela da lei.

Esta conversa inocente sobre “investidores” não deveria evocar as imagens de Joe Doakes, mas as da *Caterpillar Corporation*, que acaba de derrotar uma greve importante apoiando-se no tão louvado investimento externo: ela usou o extraordinário crescimento dos lucros que compartilha com outros “públicos internos” para criar um excesso de capacidade no estrangeiro, debilitando assim a luta dos trabalhadores de Illinois contra a erosão dos seus salários e suas condições de trabalho. Esses desenvolvimentos resultam, em não pequena medida, da liberalização financeira dos últimos vinte e cinco anos, que será intensificada pelo AMI; vale a pena notar também que esta época de liberalização financeira tem sido também uma época de crescimento extraordinariamente baixo (incluindo o boom atual, a recuperação mais fraca do pós-guerra), salários baixos, lucros elevados – e, ocasionalmente, restrições comerciais impostas pelos ricos.

A expressão mais adequada para definir o AMI e iniciativas similares não é “acordo sobre os direitos do investidor”, mas “acordo sobre os direitos da grande empresa”.

Os “investidores” relevantes são entidades de direito coletivo e não pessoas tal como entendidas pelo senso comum e pela tradição anterior à criação do poder empresarial contemporâneo pelo moderno ativismo judicial. Isso nos conduz a outra crítica. Os adversários do AMI costumam dizer que os acordos concedem direitos excessivos às grandes empresas. Mas falar de concessão de direitos excessivos ao rei, ao ditador e ao proprietário de escravos é retroceder demais. Em vez de “tratado dos direitos da grande empresa” seria mais preciso chamar esse instrumento de “tratado sobre o poder da grande empresa”, uma vez que não são nada claros os motivos pelos quais essas instituições devam ter quaisquer direitos.

Quando a corporativização das sociedades capitalistas de estado ocorreu há um século, em parte como resposta às enormes deficiências do mercado, os conservadores – uma estirpe quase extinta hoje em dia – se opuseram a esse ataque com base nos princípios fundamentais do liberalismo clássico. E com justa razão. Poderíamos relembrar a crítica de Adam Smith às “sociedades por ações” do seu tempo, particularmente quando à administração era concedido um certo nível de independência; e também a sua atitude em face da corrupção inerente ao poder privado, à presumível “conspiração contra o público”, em sua visão mordaz, quando os homens de negócios se encontram para almoçar, que dirá quando constroem entidades de direito coletivo e suas alianças recíprocas, com direitos extraordinários outorgados, apoiados e reforçados pelo poder de estado.

Recordemos então, tendo em mente essas condições, algumas das características pretendidas do AMI, apoiando-nos na informação que chegou ao público interessado graças à “aliança profana”.

Aos “investidores” é concedido o direito de movimentar livremente seus ativos, incluindo unidades de produção e ativos financeiros, sem “interferência governamental” (ou seja, a voz do público). Por meio de chicanas familiares ao mundo dos negócios e aos advogados das grandes empresas, os direitos concedidos aos investidores estrangeiros são facilmente transferidos aos investidores locais. Dentre as opções democráticas que podem ser barradas estão as que exigem propriedade nacional, transferência de tecnologia, administração local, controle da empresa, piso salarial, prioridades (para áreas carentes, minorias, mulheres etc.), proteção do trabalhador, do consumidor e do meio ambiente, restrições a produtos perigosos, proteção à pequena empresa, apoio às indústrias estratégicas e emergentes, reforma agrária, controle comunitário e operário (isto é, os fundamentos da verdadeira democracia), condutas no

trabalho (que pudessem ser interpretadas como ameaças ilegais à ordem) e assim por diante.

Os “investidores” têm permissão para mover ações judiciais contra os governos, em qualquer nível, por infração dos direitos a eles concedidos. Não existe reciprocidade: os cidadãos e os governos não podem processar os “investidores”. Os processos movidos pela Ethyl e pela Metalclad são iniciativas exploratórias.

Não se preveem quaisquer restrições ao investimento em países que violam os direitos humanos: a África do Sul da época do “engajamento construtivo” ou a Burma de hoje em dia. Entende-se, é claro, que o ‘Don’ não deve ser tolhido por tais restrições. Os poderosos estão acima das leis e dos tratados.

Restrições ao fluxo de capitais são vedadas: por exemplo, as medidas tomadas pelo Chile para desincentivar o ingresso de capitais de curto prazo, às quais se atribui em amplos círculos um certo isolamento que protegeu o país do impacto destrutivo dos mercados financeiros altamente voláteis, sujeitos à imprevisível irracionalidade da manada. Ou outras medidas de maior alcance que pudessem reverter as consequências deletérias da liberalização dos fluxos de capital. Propostas responsáveis para atingir esses objetivos vêm sendo discutidas há anos, mas jamais chegaram à agenda dos “arquitetos do poder”. Pode até ser que a economia seja prejudicada pela liberalização financeira, como indicam as evidências. Mas esse é um problema de pouca gravidade comparado às vantagens obtidas em 25 anos de liberalização dos fluxos de capital, iniciada principalmente pelos governos dos Estados Unidos e do Reino Unido. São vantagens substanciais. A liberalização financeira contribui para a concentração de riqueza e proporciona armas poderosas para atacar os programas sociais. Ajuda a gerar uma “significativa contenção salarial” e uma “contenção atípica do crescimento das remunerações [cuja] principal causa parece ser o aumento da insegurança do trabalhador” tão incentivada por Alan Greenspan, Diretor do Banco Central, e pelo governo Clinton, em defesa de um “milagre econômico” que suscita a reverente admiração de beneficiários e observadores iludidos, particularmente estrangeiros.

Há poucas surpresas aqui. Os criadores do sistema econômico internacional do segundo pós-guerra defendiam a liberdade de comércio, mas também a regulação do capital; essa foi a estrutura básica do sistema de Bretton Woods, de 1944, incluindo a Carta do FMI. Uma das razões para isso era o temor (bastante plausível) de que a liberalização do capital financeiro obstaculizasse a liberdade de comércio. Outra era o reconhecimento de que ela seria uma poderosa arma

contra a democracia e o Estado do bem-estar, que tinha um enorme apoio popular. A regulação do capital permitiria aos governos implementar políticas monetárias e fiscais e sustentar programas sociais e de pleno emprego sem o temor da fuga de capitais, conforme assinalou na época o negociador dos Estados Unidos, Harry Dexter White, com a aprovação de seu colega britânico, John Maynard Keynes. O livre fluxo de capitais, ao contrário, criaria o que alguns economistas internacionais chamam de um “senado virtual”, no qual o capital financeiro altamente concentrado impõe as suas próprias políticas sociais sobre populações refratárias e pune governos dissidentes com a fuga de capitais. Os supostos de Bretton Woods prevaleceram largamente durante os anos 1950 e 1960, a “Época de Ouro”, com seus elevados índices de crescimento da economia e da produtividade e ampliação do contrato social. Esse sistema foi desmantelado por Richard Nixon com o apoio da Grã-Bretanha e, mais tarde, por outras grandes potências. A nova ortodoxia institucionalizou-se no âmbito do *Consenso de Washington*. Seus resultados se coadunam muito bem com os temores dos criadores do sistema de Bretton Woods.

No entanto, o entusiasmo despertado pelos “milagres econômicos” produzidos pela nova ortodoxia vai declinando entre os administradores da economia global à medida que a multiplicação de semi-desastres, desde que os fluxos financeiros foram liberalizados nos anos 1970, começou a ameaçar o “público interno” e também o público em geral. O Diretor econômico do Banco Mundial, Joseph Stiglitz, os editores do *Financial Times* de Londres e outras figuras próximas aos centros de poder começaram a reclamar medidas para regular os fluxos de capital, seguindo a liderança de bastiões da respeitabilidade como o *Bank for International Settlements*. O Banco Mundial, de certa forma, também reverteu o seu curso. Não apenas a economia global é muito pouco compreendida, como vai se tomando difícil ignorar e consertar as suas deficiências mais sérias. Mudanças poderão ocorrer, em direções imprevisíveis.

Voltando ao AMI, seus signatários ficarão “amarrados” durante vinte anos. Essa é uma “proposta do governo dos Estados Unidos”, segundo o porta-voz da Câmara Canadense de Comércio, também consultor sênior de investimentos e negócios da IBM Canadá, escolhido para representar o país em debates públicos.

O tratado contém um efeito “catraca”, resultante das medidas de “pausa” e “recuo”. “Pausa” significa que não se admite nenhuma nova legislação que possa ser interpretada como “não-conforme” ao AMI. “Recuo” significa ‘que os governos devem se empenhar na eliminação de toda legislação existente que possa ser interpretada como “não-conforme” ao AMI. Interpretação, em todos os

casos, é para você-sabe-quem. O objetivo é “amarrar os países” a arranjos que, com o tempo, irão reduzir mais e mais a arena pública, transferindo poder para os “públicos internos” autorizados e suas estruturas internacionais. Estas incluem uma rica coleção de alianças empresariais para administrar a produção e o comércio, apoiando-se em estados poderosos cujo papel é sustentar o sistema enquanto socializa os custos e os riscos das empresas transnacionais baseadas no país – praticamente todas as corporações transnacionais, de acordo com estudos técnicos recentes.

A data prevista para a assinatura do AMI era 27 de abril de 1998, mas, à medida que se aproximava, tomava-se claro um provável adiamento devido aos crescentes protestos populares e às disputas internas ao clube. De acordo com rumores vazados pelos órgãos do poder (principalmente a imprensa de negócios estrangeira), essas disputas internas compreendem tentativas da União Europeia e dos EUA de conceder certos direitos a estados-membros, esforços da União Europeia para conquistar algo parecido com o vasto mercado interno de que desfrutam as empresas sediadas nos Estados Unidos, as ressalvas da França e do Canadá para manter um certo controle sobre suas indústrias culturais (ameaça que é muito maior para os países menores) e as objeções europeias às formas mais extremas e arrogantes de intromissão norte-americana nos mercados, como a Lei Helms-Burton.

O *Economist* revela ainda outros problemas. Questões ecológicas e trabalhistas, que “no início mal apareciam”, estariam se tornando difíceis de suprimir. Está mais difícil conter os paranoicos e catastrofistas que “querem inserir padrões elevados de trabalho e de proteção ambiental a serem respeitados pelos investidores estrangeiros”, e cujos “intensos ataques, disseminados por uma rede de sites da Internet, têm deixado os negociadores inseguros a respeito da forma como devem agir”. Uma possibilidade seria ouvir os anseios do público. Mas essa hipótese não é mencionada: é excluída por princípio, como antagônica à própria essência do negócio.

Se a data-limite for ultrapassada ou se a tentativa for abandonada, ainda não significaria que todo o trabalho foi “em vão”, informa o *Economist* ao seu público. Muitos progressos foram feitos e, “com sorte, partes do AMI podem servir de base para um acordo global sobre investimentos na OMC”, que os recalcitrantes “países em desenvolvimento” talvez se sintam mais propensos a aceitar – depois de alguns anos sendo bombardeados pelas irracionalidades do mercado, da disciplina imposta às vítimas pelos senhores do mundo e de uma crescente consciência, por parte de elementos de suas elites, de que podem

compartilhar dos privilégios concentrados se ajudarem a disseminar as doutrinas dos poderosos, não importa o quão fraudulentas, não importa o quanto outros tenham de pagar. É possível que “partes do AMI” tomem forma em algum outro lugar, talvez no FMI, com cuja descrição sempre se pode contar.

Por outro lado, os adiamentos têm proporcionado à gentinha mais oportunidades de romper a “capa de segredo”.

É importante que a população em geral procure descobrir o que está sendo preparado para ela. O empenho do governo e da mídia em manter tudo encoberto, exceto para o seu “público interno” oficialmente reconhecido, é certamente compreensível. Mas essas barreiras já foram superadas por ações públicas vigorosas e podem ser superadas outra vez.

Originalmente publicado em 2, em maio de 1998, sob o título “O Público Interno”.

Capítulo VII: “Hordas de Vigilantes”

O *Capítulo VI* foi publicado poucas semanas antes da data limite para a assinatura do AMI pelos países da OCDE em abril de 1998. Àquela altura, já estava claro que não se chegaria a um acordo, como não se chegou de fato – um acontecimento importante que merece uma atenta reflexão como ensinamento sobre o que pode ser conquistado com a “arma definitiva” da organização popular e do ativismo, mesmo em circunstâncias pouco auspiciosas.

Em parte, o fracasso do AMI deveu-se a disputas internas, por exemplo, a objeções europeias ao sistema federal norte-americano e ao alcance extraterritorial das leis dos Estados Unidos, a preocupações com a manutenção de um certo grau de autonomia cultural e assim por diante. Mas um problema muito mais significativo assomava: a enorme oposição pública em todo o mundo. Ficava cada vez mais difícil assegurar que as regras da ordem global continuassem sendo “escritas por advogados e empresários que planejam visando o lucro” e “por governos assessorados e orientados por esses mesmos advogados e empresários”, enquanto “invariavelmente o que não se ouve é a voz do público” – assim o *Chicago Tribune* descreveu as negociações do AMI, da mesma forma como o contínuo esforço para “construir regras” para outras esferas da “atividade global” sem a interferência do público. Em suma, estava mais difícil limitar a informação e a participação àqueles setores identificados pelo governo Clinton, com rara e inadvertida clareza, como o seu “público interno”: o Conselho de Assuntos Internacionais dos EUA, que “promove os interesses globais dos negócios norte-americanos no país e no exterior”, e as concentrações de poder privado em geral – mas, principalmente, não o Congresso (que não foi informado, em flagrante violação das exigências constitucionais) tampouco o grande público, cuja voz foi abafada por uma “capa de segredo” sustentada com impressionante disciplina durante três anos de intensas negociações.

Esse problema foi observado pelo *Economist*, de Londres, diante da aproximação da data prevista para a assinatura do acordo. Informações vazavam para grupos de interesse público e organizações populares, e estava se tomando difícil ignorar a voz daqueles que “querem inserir padrões elevados de trabalho e de proteção ambiental a serem respeitados pelos investidores estrangeiros”, problemas que “mal apareciam”, uma vez que as deliberações estiveram restritas aos “públicos internos” dos estados democráticos.

Como já se esperava, os países da OCDE não chegaram a um acordo em 27 de abril de 1998, com o que passamos à próxima fase. Uma consequência positiva foi que a imprensa nacional saiu do seu (virtual) silêncio. Nas páginas de negócios do *New York Times*, o correspondente de assuntos econômicos Louis Uchitelle informou que a data-limite para a assinatura do AMI fora adiada por seis meses devido à pressão popular. Os tratados envolvendo relações comerciais e investimentos geralmente “despertam pouca atenção do público” (por quê?); e embora “o trabalho e o meio ambiente não estejam excluídos”, explicou o diretor de comércio internacional da Associação Nacional da Indústria, “eles não ocupam o centro” das atenções dos diplomatas da área comercial e da Organização Mundial do Comércio.

Mas “essas pessoas de fora do processo estão clamando para se fazer ouvir nas negociações de um tratado que irá se chamar Acordo Multilateral sobre o Investimento”, Uchitelle comentou (com uma ironia intencional, presumo), e o clamor foi suficiente para forçar o adiamento.

O governo Clinton, “reconhecendo as pressões”, esforçou-se por apresentar a questão de um modo apropriado. Seu representante nas negociações do AMI declarou: “Existe um forte apoio para que o tratado preveja medidas que promovam os objetivos ambientais de nosso país e a nossa agenda para os padrões internacionais de trabalho”. Portanto, as pessoas de fora do processo estão tentando forçar uma porta aberta: eles deviam estar aliviados por saber que Washington sempre foi o mais ardente defensor de sua causa.

O *Washington Post* também tratou do adiamento, na sua seção econômica, culpando principalmente “a intelligentsia francesa” que “se agarrou à ideia” de que as regras do AMI “constituíam uma ameaça à cultura francesa”, no que foi apoiada pelos canadenses. “E o governo Clinton mostrou pouco interesse em lutar pelo acordo, em grande parte devido à veemente oposição de muitos daqueles grupos ambientais e trabalhistas americanos que se opuseram ao [NAFTA]” e que por algum motivo não conseguem compreender que sua luta está mal orientada, uma vez que é o governo Clinton que tem insistido o tempo todo nos “objetivos ambientais” e nos “padrões internacionais de trabalho” – o que não é uma rematada falsidade, desde que os objetivos e padrões permaneçam convenientemente vagos.

Dizer que o movimento dos trabalhadores “lutou contra o NAFTA” é o modo característico de apresentar o fato de que ele reivindicou uma versão do NAFTA que servisse aos interesses não apenas de círculos de investidores, mas das populações dos três países envolvidos; e que a sua crítica detalhada e suas

propostas foram ocultadas na mídia (como o foram as análises e propostas similares elaboradas pelo *Congress's Office of Technology Assessment*).

A revista *Time* disse que a data-limite teve de ser adiada “em grande parte devido ao mesmo tipo de ativismo exibido em San José”, Califórnia, referindo-se a uma manifestação promovida por ambientalistas e outros grupos. “A acusação de que o AMI enfraquecia as proteções ambientais nacionais transformou um acordo técnico-econômico numa cause célebre”. Essa observação ecoou na imprensa canadense, a única no mundo ocidental a cobrir o assunto com seriedade (sob intensa pressão das organizações e ativistas populares) depois de só dois anos de silêncio. O *Toronto Globe and Mail* observou que os governos da OCDE “não resistiram a... uma liga global de organizações populares que, com pouco mais do que computadores e acesso à Internet, ajudaram a fazer descarrilar um acordo inteiro”.

O mesmo tema foi enunciado com uma nota de desespero, senão de terror, pelo mais importante diário econômico do mundo, o Financial Times, de Londres. Num artigo intitulado *Guerrilhas em Rede*, ele disse que “os governos dos países industrializados foram tomados de medo e espanto” quando, “para sua consternação”, as tentativas de impor o AMI em segredo “foram emboscadas por uma horda de vigilantes cujas motivações e métodos são apenas vagamente compreendidos na maioria das capitais nacionais” – o que é muito natural; eles não fazem parte do “público interno”. Como se pode então esperar que os governos os compreendam? “Esta semana, a horda reivindicou o seu primeiro sucesso” ao bloquear o AMI, prosseguiu o jornal, “e há quem pense que ela poderá alterar fundamentalmente o modo como os acordos comerciais internacionais são negociados”.

As hordas são uma visão aterradora: “elas incluíam sindicatos, lobistas ambientais e dos direitos humanos e grupos de pressão que se opõem à globalização” – quer dizer, a globalização na forma particular exigida pelo “público interno”. A horda turbulenta subjugou as estruturas de poder patéticas e impotentes das ricas sociedades industriais. Ela é dirigida por “movimentos marginais que defendem posições extremadas” e possui uma “boa organização e sólidas finanças” que a capacitam “a manejar a sua grande influência com a mídia e com os membros dos parlamentos nacionais”. Nos Estados Unidos, a “grande influência” na mídia era efetivamente zero, e na Grã-Bretanha, onde era quase igual, ela atingiu um nível tal, que o Ministro do Interior Jack Straw, do governo trabalhista, reconheceu na BBC que nunca ouvira falar do AMI. Mas é preciso compreender que mesmo a menor brecha na conformidade constitui um

terrível perigo.

O jornal prossegue dizendo que será preciso “convocar o apoio do empresariado” para rechaçar as hordas. Até o momento, o empresariado não reconheceu a gravidade da ameaça. E ela é mesmo grave. “Veteranos diplomatas da área comercial” advertem que com a “crescente exigência de maior transparência e controle público” está ficando “mais difícil para os negociadores fazer acordos a portas fechadas e levá-los para receber o endosso automático dos parlamentos”. “Em vez disso, enfrentam pressões em favor de maior legitimidade popular para suas ações, explicando-as e defendendo-as em público”, tarefa nada fácil quando as hordas estão preocupadas com a “segurança social e econômica”, e quando o impacto dos acordos comerciais “sobre a vida das pessoas comuns... ameaça despertar o descontentamento popular” e “sensibilidades acerca de questões como padrões ambientais e de segurança alimentar”. Talvez venha a se tornar até impossível “resistir às exigências de participação direta por parte de grupos de pressão nas decisões da OMC, o que violaria um dos seus princípios fundamentais”: “Este é o lugar onde os governos ‘conspiram em privado’ contra os seus grupos internos de pressão, diz um ex-funcionário da OMC”. Se as muralhas forem rompidas, a OMC e outras organizações secretas dos ricos e poderosos poderão se transformar em “um alegre campo de caça para interesses especiais”: trabalhadores, agricultores, pessoas preocupadas com a segurança social e econômica, com a segurança alimentar e com o destino das gerações futuras, além de outros componentes marginais extremistas que não entendem que os recursos só são eficientemente utilizados quando orientados pelo lucro a curto prazo para o poder privado, ajudado por governos que “conspiram em privado” para proteger e aumentar o seu poder.

É supérfluo acrescentar que os *lobbies* e grupos de pressão que estão despertando tanto medo e consternação não são o Conselho de Assuntos Internacionais dos EUA, “advogados e homens de negócios” que estão “escrevendo as regras da ordem global” e similares, mas a “voz pública” que está “invariavelmente ausente”.

A “conspiração em privado” vai muito além dos acordos comerciais, é claro. A responsabilidade do público em assumir custos e riscos é, ou deveria ser, conhecida dos observadores como o que seus acólitos gostam de chamar de “economia capitalista de livre iniciativa”. No mesmo artigo, Uchitelle relata que a Caterpillar, que recentemente usou o seu excesso de capacidade produtiva no exterior para derrotar uma greve no país, transferiu 25 por cento da sua produção

para o estrangeiro e pretende aumentar as vendas desde o exterior em 50 por cento até 2010, com a ajuda dos contribuintes norte-americanos: “O *Export Import Bank* desempenha um papel significativo na estratégia [da Caterpillar]”, com “empréstimos a juros baixos” a fim de facilitar a operação. Os empréstimos do banco já representam quase dois por cento da receita anual de 19 bilhões de dólares da empresa e aumentarão com os novos projetos que vêm sendo elaborados para a China. Esse é um procedimento operacional típico: os conglomerados multinacionais geralmente buscam apoio em seus Estados nacionais para serviços essenciais. “Em mercados realmente duros, de riscos elevados e grandes oportunidades”, diz um executivo da Caterpillar, “precisamos realmente ter alguém nos apoiando no canto do ringue”, e os governos – especialmente os poderosos – “sempre terão mais influência” que os bancos e maior boa vontade para oferecer empréstimos a juros baixos, graças à liberalidade do contribuinte desavisado.

O comando deve permanecer nos Estados Unidos, de modo que as pessoas que contam estarão próximas de nossos segundos no canto do ringue, podendo desfrutar de um estilo de vida apropriado, diante de uma paisagem mais amena: os barracos onde mora a força de trabalho estrangeira não atrapalharão a vista. Lucros à parte, essa operação proporciona uma formidável arma contra os trabalhadores que ousam levantar a cabeça (como ilustra a recente greve) e que fazem a sua parte pagando pela perda de seus empregos e pelas armas aperfeiçoadas da guerra de classes. E, mais importante, tudo isso melhora a saúde “da economia da carochinha”, que se apoia no “aumento da insegurança do trabalhador”, como dizem os especialistas.

No conflito em tomo do AMI, as linhas não poderiam ter sido traçadas com maior firmeza. De um lado estão as democracias industriais e seus “públicos internos”. Do outro, as “hordas de vigilantes”, “interesses especiais” e “extremistas marginais” que exigem transparência e controle público e que ficam aborrecidos quando os parlamentos apenas endossam os acordos secretos da conexão estatal-privada de poder. As hordas enfrentavam a maior concentração de poder do mundo, provavelmente de toda a História: os governos dos Estados ricos e poderosos, as instituições financeiras internacionais e os setores financeiro e industrial concentrados, incluindo os conglomerados do setor de comunicação. E os elementos populares venceram – apesar dos seus minúsculos recursos e de uma organização tão limitada que somente a paranoia daqueles que exigem o poder absoluto pôde perceber o seu resultado nos termos que acabamos de analisar. Esta é uma conquista extraordinária.

E não foi a única vitória desse gênero naqueles poucos meses. Uma outra foi obtida no outono de 1997, quando o governo foi obrigado a retirar seu projeto de lei para o *Fast Track*. Lembremo-nos de que não era uma questão de “livre comércio”, como se costuma alegar, mas de democracia: a reivindicação das hordas “de mais transparência e controle público”. O governo Clinton disse, com justeza, que não se estava propondo nada de novo: apenas a mesma autoridade que os seus antecessores tiveram para “negociar a portas fechadas” acordos que serão depois submetidos “ao carimbo dos parlamentos”. Mas os tempos estão mudando. Como admitiu a imprensa econômica quando o *Fast Track* se defrontou com uma inesperada oposição pública, os adversários do antigo regime dispunham de uma “arma definitiva”, a população em geral, que não estava mais disposta a aceitar o papel de mera espectadora enquanto seus mestres fazem o trabalho importante. As queixas da imprensa econômica ecoam aquelas dos internacionalistas liberais da Comissão Trilateral há vinte anos, lamentando os intentos dos “interesses especiais” de se organizarem e penetrarem na arena política. Suas momices vulgares abalaram os arranjos civilizados que prevaleciam antes da “crise da democracia”, quando “Truman conseguia governar o país com a ajuda de um número relativamente pequeno de advogados e banqueiros de *Wall Street*”, conforme explicou Samuel Huntington, de Harvard, que depois se tornaria professor de Ciência do Governo. E agora os “interesses especiais” estão penetrando em câmaras ainda mais sagradas.

Esses desenvolvimentos são muito importantes. As potências da OCDE e seus públicos internos evidentemente não irão aceitar a derrota. Tomarão iniciativas mais eficazes na área das relações públicas para explicar às hordas que o melhor que elas têm a fazer é cuidar de seus próprios afazeres e deixar que os negócios do mundo sejam conduzidos em segredo, e buscarão também outras formas de implementar o AMI, na OCDE ou em outro quadro qualquer. Já há esforços no sentido de mudar a carta do FMI para se aplicarem medidas do gênero AMI como condição para a concessão de empréstimos, impondo dessa forma suas regras aos fracos, aos outros, em última instância. Os realmente poderosos seguirão as suas próprias regras, como quando o governo Clinton interrompeu seus emocionados apelos em favor do livre comércio para aplicar tarifas proibitivas aos supercomputadores japoneses, que estavam prejudicando os fabricantes norte-americanos (ditos “privados” apesar de sua maciça dependência de subsídios e proteção pública).

Mesmo sabendo que o poder e o privilégio com certeza não vão descansar, as vitórias populares devem ser inspiradoras. Elas ensinam lições sobre o que se pode conquistar mesmo quando a desigualdade das forças em luta é tão bizarra

quanto à do confronto em torno do AMI. É verdade que são vitórias defensivas. Mas elas impedem, ou pelo menos adiam, o enfraquecimento ainda maior da democracia e a transferência de mais poderes para as mãos das tiranias privadas em rápido processo de concentração, que querem administrar os mercados e se constituir num “Senado virtual” que dispõe de diversos meios de frustrar o desejo popular de usar as formas democráticas em benefício do interesse do público: a ameaça da fuga de capitais, a transferência das unidades de produção, o controle da mídia e outras formas de coação. Devemos prestar muita atenção ao medo e ao desespero dos poderosos. Eles compreendem muito bem o alcance da “arma definitiva” e só esperam que aqueles que buscam um mundo mais livre e justo não adquiram essa mesma compreensão e a coloquem efetivamente em uso.

Artigo publicado originalmente em 2, em julho/agosto de 1998.

Table of Contents

[Introdução](#)

[Capítulo I: Neoliberalismo e Ordem Global](#)

[O Consenso de Washington](#)

[A Novidade do Neoliberalismo](#)

[Como os Países se Desenvolvem](#)

[Variantes da Doutrina Neoliberal](#)

[Capítulo II: Consentimento sem Consentimento](#)

[Capítulo III: A Paixão pelos Mercados Livres](#)

[A Organização Mundial do Comércio e a “exportação dos Valores Norte-Americanos”](#)

[Organização Mundial de Comércio, um Fórum Inadequado](#)

[Pensamentos Indecentes](#)

[Capítulo IV: Democracia de Mercado Numa Ordem Neoliberal](#)

[Capítulo V: A Insurreição Zapatista](#)

[Capítulo VI: A Arma Definitiva](#)

[Os Buracos Negros da Propaganda](#)

[O Público que Conta e o que Não Conta](#)

[Os Termos do AMI](#)

[Capítulo VII: “Hordas de Vigilantes”](#)